

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Antonio Eustaquio Neves Ladeia

**O PREÇO DA CESTA BÁSICA E O DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO: ESTUDO DE CASO DE IMPERATRIZ – MA**

Taubaté – SP
2014

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Antonio Eustaquio Neves Ladeia

**O PREÇO DA CESTA BÁSICA E O DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO: ESTUDO DE CASO DE IMPERATRIZ – MA**

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento, Gestão e Avaliação do Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Edson Trajano Vieira

Taubaté – SP
2014

ANTONIO EUSTAQUIO NEVES LADEIA

**O PREÇO DA CESTA BÁSICA E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:
ESTUDO DE CASO DE IMPERATRIZ – MA**

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento, Gestão e Avaliação do Desenvolvimento Regional.

Data: _____

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Edson Trajano Vieira

Universidade de Taubaté

Assinatura: _____

Prof. Dr. José Luís Gomes da Silva

Universidade de Taubaté

Assinatura: _____

Prof. Dr. Carlos Alberto Máximo Pimenta

Universidade Federal de Itajubá

Assinatura: _____

Dedico este trabalho aos meus filhos Maria Isabel
e Mateus, exemplos a serem seguidos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a DEUS que, até agora, me tem dado – além do que mereço – saúde, discernimento e sabedoria.

Aos meus compadres Antonio Leite e Dorlice por me terem proporcionado a oportunidade de cursar o Mestrado.

Ao Prof. Dr. Edson Trajano Vieira, pela habilidade e paciência com que orientou este trabalho.

A todos os professores do Mestrado, pelo muito que me ensinaram.

Ao Prof. Msc. Murilo Barros Alves, pelas sugestões e críticas na elaboração da análise estatística dos resultados.

À Leninha, minha namorada, pela ajuda no lançamento de dados da pesquisa e por ter estado sempre ao meu lado nos momentos de dificuldade.

Ao amigo Edimundo Franco que, como moto taxista, conduziu-me pelos diversos bairros da Cidade no decorrer da pesquisa de campo.

O melhor que podemos fazer por nossas vidas é torná-las em algo mais duradouro do que simples existências.

Autor desconhecido

RESUMO

A persistência e gravidade dos problemas sociais ao longo da história e a escassez dos recursos públicos disponíveis para solucionar tais problemas, têm sido motivo de grande preocupação para economistas e governos. Dentre os problemas sociais que afligem a humanidade, nada se compara à escassez de alimentos; em especial à fome – ainda presente em muitos países e até mesmo em algumas regiões brasileiras. A história mostra que a modernização dos meios de produção de alimentos não é capaz de baratear o preço da alimentação, notadamente o da alimentação básica, obrigando o trabalhador, principalmente aquele que ganha menor renda, a comprometer mensalmente considerável parte desse ganho na aquisição de alimentos básicos. A essa quantidade mínima de alimentos básicos denomina-se Cesta Básica – daí sua importância na renda do trabalhador. O objetivo deste trabalho é comparar o comportamento do preço mensal da cesta básica e da renda do trabalhador que ganha um salário mínimo nominal no município de Imperatriz – MA, em São Luís – MA e nas capitais que compõem a região 2 (Norte/Nordeste) definida pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, no período de setembro de 2009 a agosto de 2012. A pesquisa foi um trabalho de campo, documental, qualitativa e quantitativa descritiva e relacionou as variáveis cesta básica e renda do trabalhador que ganha um salário mínimo nominal pelo cálculo da quantidade de horas de trabalho despendidas mensalmente para adquirir a cesta. A pesquisa concluiu que a variação na renda do trabalhador que ganha um salário mínimo não foi suficiente para fazer frente às variações das cestas básicas em todas as localidades mencionadas, o que aponta para a necessidade de definição e implementação de políticas públicas que incentivem a produção local de alimentos de qualidade e em quantidades suficientes, além de promoverem o acesso do trabalhador a esses alimentos.

Palavras-chave: Cesta básica. Desenvolvimento econômico. Gestão. Preço dos alimentos. Renda do trabalhador.

ABSTRACT

The persistence and the serious social problems along the time and the need of the public resources ready to solve such problems have been the reason of deep concern for the economists and the governments. Among social problems that worry the mankind, nothing is compared to the need of food; specially the hunger which is still present in several countries. Even in some Brazilian regions. History shows that the modernization of the means of food production is not able to lower the price of food, were unable to make the price of food cheaper. The basic one is really more important for those workers who earns the least amount. They have to involve the lion's share for the basic food. This small quantity of food is called the Basic Basket. The objective of this study is to compare the behavior of the monthly price of basic food and income worker who earns a nominal minimum wage in the city of Empress - MA in São Luís - MA and in capitals that make up the region 2 (North / Northeast) defined by the Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, from September 2009 to August 2012. The research is a documentary, qualitative and quantitative descriptive field which related the changeable baskets and the worker's salary who earns a nominal minimum wage for the calculation of the number of business hours spent monthly to get the basket. The research concluded that the variation in income worker who earns minimum wage was not enough to cope with the variations of baskets in all localities mentioned, which points out to the need for defining and implementing public policies that encourage local production food quality and in sufficient quantities, and promote worker access to these foods.

Keywords: Basic Basket. Economic development. Management. Food prices. Worker income.

LISTA DE EQUAÇÕES

Equação 1	39
Equação 2	40
Equação 3	40
Equação 4	56
Equação 5	57
Equação 6	58
Equação 7	58

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Participação dos setores de Agropecuária, Indústria, Serviços e Impostos sobre Produtos e Serviços no PIB total de Imperatriz, 1999-2009	67
Gráfico 2 – Projeção da evolução do PIB de Imperatriz – MA, 2010-2015	67
Gráfico 3 – Evolução do PIB <i>per capita</i> de Imperatriz – 2002-2011.....	68
Gráfico 4 – Evolução do IFDM - Educação para o município de Imperatriz – MA, 2005 a2010	78
Gráfico 5 – Evolução do IFDM-Saúde para o município de Imperatriz – MA, 2005 a2010 ...	79
Gráfico 6 – Evolução do IFDM- Emprego e Renda para o município de Imperatriz – MA, 2005 a2010	80
Gráfico 7 – Evolução do IFDM - Consolidado para o município de Imperatriz – MA, 2005 a2010	81
Gráfico 8 – Comportamento dos valores das cestas básicas de Imperatriz, de São Luís e das oito capitais da região 2 (Norte-Nordeste) definida pelo Dieese – setembro/2009–agosto/2012 (R\$).....	89
Gráfico 9 – Comparação da cesta básica de Imperatriz com a cesta básica de Aracajú - setembro/2009–agosto/2012 (R\$).....	90
Gráfico 10– Comportamento da quantidade de horas trabalhadas mensalmente necessárias à aquisição da cesta básica de Imperatriz, de São Luís e das demais capitais da região 2 (Norte-Nordeste) definida pelo Dieese – setembro/2009–agosto/2012	95
Gráfico 11– Comportamento da quantidade de horas trabalhadas mensalmente necessárias à aquisição da cesta básica de Imperatriz e de Aracajú – setembro/2009–agosto/2012	96
Gráfico 12– Comportamento dos valores dos salários mínimos necessários para Imperatriz, para São Luís e para as oito capitais da região 2 (Norte-Nordeste) definida pelo Dieese - setembro/2009–agosto/2012 (R\$).....	100
Gráfico 13 – Comportamento do salário mínimo necessário para Imperatriz e do salário mínimo necessário para Aracajú – setembro/2009–agosto/2012 (R\$).....	101
Gráfico 14 – Variação percentual acumulada dos produtos da cesta básica no município de Imperatriz – MA no período de setembro/2009 a agosto/2012	104
Gráfico 15 – Variação do Dólar dos EUA (R\$) – setembro/2009 a agosto/2012	106
Gráfico 16 – Comportamento da variação acumulada do preço da cesta básica e da carne no município de Imperatriz – MA, do IPCA e do salário mínimo no período de setembro/2009 a agosto/2012.....	107
Gráfico 17 – Comportamento da variação acumulada do preço da cesta básica e do leite no município de Imperatriz – MA, do IPCA e do salário mínimo no período de setembro/2009 a agosto/2012.....	108
Gráfico 18 – Comportamento da variação acumulada do preço da cesta básica e do feijão no município de Imperatriz – MA, do IPCA e do salário mínimo no período de setembro/2009 a agosto/2012.....	109

Gráfico 19 – Comportamento da variação acumulada do preço da cesta básica e do arroz no município de Imperatriz – MA, do IPCA e do salário mínimo no período de setembro/2009 a agosto/2012.....	110
Gráfico 20 – Comportamento da variação acumulada do preço da cesta básica e da farinha de mandioca no município de Imperatriz – MA, do IPCA e do salário mínimo no período de setembro/2009 a agosto/2012	111
Gráfico 21 – Comportamento da variação acumulada do preço da cesta básica e do tomate no município de Imperatriz – MA, do IPCA e do salário mínimo no período de setembro/2009 a agosto/2012.....	113
Gráfico 22 – Comportamento da variação acumulada do preço da cesta básica e do pão francês no município de Imperatriz – MA, do IPCA e do salário mínimo no período de setembro/2009 a agosto/2012	114
Gráfico 23 – Comportamento da variação acumulada do preço da cesta básica e do café em pó no município de Imperatriz – MA, do IPCA e do salário mínimo no período de setembro/2009 a agosto/2012.....	115
Gráfico 24 – Comportamento da variação acumulada do preço da cesta básica e da banana no município de Imperatriz – MA, do IPCA e do salário mínimo no período de setembro/2009 a agosto/2012.....	116
Gráfico 25 – Comportamento da variação acumulada do preço da cesta básica e do açúcar no município de Imperatriz – MA, do IPCA e do salário mínimo no período de setembro/2009 a agosto/2012.....	117
Gráfico 26 – Comportamento da variação acumulada do preço da cesta básica e do óleo de soja no município de Imperatriz – MA, do IPCA e do salário mínimo no período de setembro/2009 a agosto/2012	118
Gráfico 27 – Comportamento da variação acumulada do preço da cesta básica e da margarina no município de Imperatriz – MA, do IPCA e do salário mínimo no período de setembro/2009 a agosto/2012.....	119

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resumo do debate da segurança alimentar no Brasil	34
Quadro 2 – Inflação no Brasil e as correntes econômicas	49
Quadro 3 – Principais indicadores de inflação utilizados no Brasil	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Valores de elasticidade-renda da demanda, produtos selecionados	41
Tabela 2 – IPCA, ponderação dos índices metropolitanos (%).....	51
Tabela 3 – IPCA ponderação % dos grupos de despesa e número de subitens por grupo	52
Tabela 4 – Distribuição percentual das pessoas ocupadas, por classes de rendimento nominal mensal do trabalho principal, Brasil e Grandes Regiões, 2010	55
Tabela 5 – Evolução do Produto Interno Bruto* setorial e total do município de Imperatriz – MA, 1999-2009 (Valores em R\$ 1.000,00).....	66
Tabela 6 – Pessoas com 10 anos ou mais de idade, por classe de rendimento nominal mensal, absoluto e percentual, no município de Imperatriz (2000/2010).....	69
Tabela 7 – Produção de arroz (em casca) no município de Imperatriz, área cultivada, quantidade produzida, produtividade, valor total da produção e valor unitário da produção (2004-2011)	71
Tabela 8 – Produção de feijão (em grão) no município de Imperatriz, área cultivada, quantidade produzida, produtividade, valor total da produção e valor unitário da produção (2004-2011)	72
Tabela 9 – Produção de mandioca (em raiz) no município de Imperatriz, área cultivada, quantidade produzida, produtividade, valor total da produção e valor unitário da produção (2004-2011)	73
Tabela 10 – Produção de tomate no município de Imperatriz, área cultivada, quantidade produzida, produtividade, valor total da produção e valor unitário da produção (2004-2011)	74
Tabela 11 – Produção de banana (cacho) no município de Imperatriz, área cultivada, quantidade produzida, produtividade, valor total da produção e valor unitário da produção (2004-2011)	75
Tabela 12 – Pessoas residentes em domicílios particulares ⁽¹⁾ , por classes de rendimento selecionadas, município de Imperatriz – MA, 2010.....	77
Tabela 13 – Provisões Mínimas Estipuladas Pelo Decreto Lei Nº. 399	84
Tabela 14 – Provisões mínimas estipuladas pelo Decreto Lei nº. 399, com adaptação para o município de Imperatriz – MA	84
Tabela 15 – Comparação do valor da cesta básica de Imperatriz com o valor da cesta básica de São Luís e com os das demais capitais da região 2 (Norte-Nordeste) definida pelo Dieese setembro/2009–agosto/2012	85
Tabela 16 – Comportamento dos valores das cestas básicas de Imperatriz, de São Luís e das oito capitais da região 2 (Norte-Nordeste) definida pelo Dieese – setembro/2009–agosto/2012	87
Tabela 17 – Comparação do comportamento da variação da cesta básica de Imperatriz, de São Luís e das demais oito capitais da região 2 (Norte-Nordeste) definida pelo Dieese com o comportamento da variação na renda do trabalhador que ganha um salário mínimo nominal, setembro/2009 a agosto/2012	91

Tabela 18 – Comparação da quantidade de horas trabalhadas mensalmente necessárias para aquisição da cesta básica em Imperatriz, em São Luís e nas demais capitais da região 2 (Norte-Nordeste) definida pelo Dieese – setembro/2009–agosto/2012	92
Tabela 19 – Comportamento da quantidade de horas trabalhadas mensalmente necessárias à aquisição da cesta básica de Imperatriz, de São Luís e das demais capitais da região 2 (Norte-Nordeste) definida pelo Dieese – setembro/2009–agosto/2012	93
Tabela 20– Comparação do valor do salário mínimo necessário para Imperatriz com o valor do salário mínimo necessário para São Luís e para as demais capitais da região 2 (Norte-Nordeste) definida pelo Dieese – setembro/2009–agosto/2012	97
Tabela 21 – Comportamento dos valores dos salários mínimos necessários para Imperatriz, para São Luís e para as oito capitais da região 2 (Norte-Nordeste) definida pelo Dieese - setembro/2009–agosto/2012	98
Tabela 22 – Variação percentual das cestas básicas de Imperatriz, de São Luís e das oito capitais da região 2 (Norte-Nordeste) definida pelo Dieese – setembro/2009–agosto/2012 (R\$)	101
Tabela 23 – Variação percentual dos preços em reais dos doze produtos que compõem a cesta básica de Imperatriz, da cesta básica de Imperatriz, do IPCA e do salário mínimo vigente no período de setembro/2009 a agosto/2012	103
Tabela 24 – Preços em dólar e em reais de <i>commodities</i> selecionadas e variação percentual dos preços em reais (setembro de 2009/agosto de 2012)	105

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 Apresentação	15
1.2 Objetivos.....	16
1.2.1 <i>Objetivo geral</i>	16
1.2.2 <i>Objetivos específicos</i>	17
1.3 Delimitação do Estudo	17
1.4 Organização do Trabalho.....	17
2 REVISÃO DE LITERATURA	19
2.1 Crescimento e desenvolvimento econômico – um debate conceitual e multidisciplinar ...	19
2.2 A escassez de alimentos, desenvolvimento econômico e políticas públicas	25
2.3 A agricultura familiar e desenvolvimento	35
2.4 Relação entre os preços dos alimentos e a renda.....	39
2.5 Estudo da Cesta Básica no Brasil	42
2.5.1 <i>Inflação</i>	42
2.5.2 <i>Efeitos da inflação</i>	44
2.5.3 <i>Causas da inflação</i>	46
2.5.4 <i>Índices de inflação</i>	49
2.5.1 <i>Cálculo da Quantidade de Horas Trabalhadas para Adquirir a Cesta</i>	56
2.5.2 <i>Cálculo do Salário Mínimo Necessário</i>	57
3 MÉTODO	59
3.1 Base de Dados	60
3.4 Coleta de Dados.....	60
3.5 Análise dos dados dos preços da Cesta Básica.....	61
4 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO – MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ - MA.....	62
4.1 O município de Imperatriz - MA.....	62
4.2 Atividades Econômicas e a expansão da renda em Imperatriz.....	65
4.3 Produção Agrícola no município.....	70
4.4 Indicadores de Desenvolvimento no município Imperatriz.....	76
5 VARIAÇÕES NO PREÇO DA CESTA BÁSICA	83
5.1 A Pesquisa da Cesta Básica em Imperatriz	83
5.2 Comparação dos valores das cestas básicas	85
5.3 Comparação do comportamento da variação das cestas básicas	90
5.4 Comparação das quantidades de horas trabalhadas.....	91
5.5 Comparação dos valores dos salários mínimos necessários.....	96
5.6 Análise do Comportamento dos Preços dos Produtos da Cesta Básica de Imperatriz – MA no período de Setembro/2009 a Agosto/2012	103
6 CONCLUSÃO.....	120
REFERÊNCIAS	122

1 INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação

A fome, ainda presente em muitos países e até mesmo em algumas regiões brasileiras, está entre os principais problemas sociais que afligem a humanidade. A história mostra que a modernização dos meios de produção de alimentos não é capaz de baratear o preço da alimentação, notadamente o da alimentação básica, obrigando o trabalhador, principalmente aquele que tem menor renda, a comprometer mensalmente considerável parte desse ganho na aquisição de alimentos básicos. A essa quantidade mínima de alimentos básicos denomina-se Cesta Básica.

No Brasil, historicamente, a região mais atingida pela fome tem sido o nordeste. O município de Imperatriz – MA, localiza-se nessa região e daí a importância da pesquisa da cesta básica nessa localidade. Acrescentando-se a isso a sua dinâmica econômica agropecuária e social com o crescimento populacional urbano, surge a necessidade de se elaborar um índice de preços para o município, com características de indicador econômico comparativo em nível nacional, que expresse o consumo dos indivíduos de baixa renda (os que recebem um salário mínimo nominal¹) com relação à alimentação básica, assim como da análise do comportamento dos preços dos produtos que compõem essa cesta de alimentos básicos.

O salário mínimo no Brasil tem dentre outros objetivos o de promover a distribuição da riqueza produzida e garantir os direitos básicos fundamentais. A Constituição Federal, em seu artigo 7º, inciso IV, estabelece que o piso mínimo é um direito do trabalhador, cujo valor deve ser suficiente para suprir as necessidades básicas de alimentação, habitação, vestuário, transporte, educação, saúde, lazer e previdência social, para si e sua família. (SILVA et al., 2007).

A pesquisa buscou demonstrar se a variação na renda do trabalhador, no município de Imperatriz – MA, no município de São Luís – MA e na Região 2, definida pelo DIEESE, foi suficiente para fazer frente à variação dos preços da Cesta Básica dessas localidades no

¹Neste trabalho a expressão salário mínimo nominal refere-se ao salário mínimo nacional, estabelecido em Lei.

período em estudo e se o salário mínimo nominal percebido pelo trabalhador, nessas localidades, foi suficiente para sua manutenção e de sua família no período em estudo.

O estudo se justifica pelo fato de que esse indicador poderá ser útil como orientador de estudos que visem a avaliar o poder aquisitivo do trabalhador assalariado em Imperatriz – MA, como norteador para a definição de políticas públicas capazes de expandir a renda do trabalhador – principalmente para a população de baixa renda –, estimular o aumento da produção de alimentos – notadamente a produção de alimentos básicos – e, também, para a Justiça (local) como parâmetro na arbitragem de pensões alimentícias e de penas socioeducativas a contraventores.

A partir da Lei nº. 185, de 14 de janeiro de 1936, regulamentada em 30 de abril de 1938 pelo Decreto Lei nº. 399 foram estabelecidos os alimentos e suas respectivas quantidades, tomadas como essenciais para o sustento do trabalhador que recebe um salário mínimo (salário mínimo nominal).

De acordo com o art. 6º, § 1º do Decreto Lei nº. 399, a parcela correspondente à alimentação deverá ter um valor mínimo igual aos valores da lista de provisões necessárias à alimentação diária de um trabalhador adulto. A Cesta Básica divulgada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) para a Região 2 (Norte-Nordeste), na qual a cidade de Imperatriz está inserida, é composta de doze produtos: carne, leite, feijão, arroz, farinha de mandioca, tomate, pão, café, banana, açúcar, óleo e manteiga.

Partindo desse pressuposto, veio a pergunta: a variação na renda do trabalhador que ganha um salário mínimo nominal é suficiente para fazer frente à variação dos preços da Cesta Básica (ração mínima essencial definida pelo Decreto Lei nº 399/1938) e para manutenção de sua família na região cidade de Imperatriz – MA , no período de setembro de 2009 a agosto de 2012?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Análise e discussão do comportamento do preço mensal da Cesta Básica e o comprometimento da renda do trabalhador na aquisição dessa cesta no município de Imperatriz – MA.

1.2.2 Objetivos específicos

- Analisar, no período considerado, a variação da renda do trabalhador que ganha um salário mínimo nominal em relação à variação dos preços da cesta básica.
- Avaliar o tempo de trabalho despendido mensalmente pelo trabalhador na localidade para adquirir tal cesta.
- Comparar e discutir a correlação da variação no preço da Cesta Básica do município de Imperatriz – MA em relação à da capital do estado e à das demais capitais nordestinas onde são feitas as pesquisas do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico (DIEESE).
- Analisar a variação do preço da Cesta Básica de Imperatriz em relação às variações do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).
- Analisar a variação dos preços dos produtos que compõem a Cesta Básica de Imperatriz em relação às variações da própria Cesta Básica do município, do IPCA e do salário mínimo vigente.

1.3 Delimitação do Estudo

O trabalho teve como foco principal o estudo de composição e variação da Cesta Básica para a cidade de Imperatriz – MA, no período de setembro de 2009 a agosto de 2012. A pesquisa também abordou, a título de comparação, o valor da Cesta Básica da cidade de São Luís – MA, pesquisada pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), que utiliza a metodologia do Dieese, e das cidades da região Norte-Nordeste que compõem a Região 2 definida pelo do Dieese.

1.4 Organização do Trabalho

O trabalho está organizado da seguinte forma.

- A presente introdução apresentando um debate teórico do desenvolvimento econômico a partir da oferta de alimentos, evidenciando a relevância da pesquisa e apontando os objetivos (geral e específicos) e delimitando o estudo.
- A revisão de literatura apresenta um debate conceitual e multidisciplinar sobre crescimento e desenvolvimento econômico, discorrendo ainda sobre a agricultura familiar e o desenvolvimento, sobre a relação entre os preços dos alimentos e a renda, sobre o estudo da cesta básica no Brasil e segue abordando o tema inflação (ainda que superficialmente) para fechar com o cálculo da quantidade de horas trabalhadas mensalmente para adquirir a cesta e o cálculo do salário mínimo necessário.
- A seguir vem o método, evidenciando a base de dados utilizada no estudo, a coleta de dados e a análise dos preços da cesta básica.
- O tópico contextualização da área de estudo contempla um breve histórico sobre o município de Imperatriz, discorre sobre as atividades econômicas e a expansão da renda em Imperatriz, apresenta dados sobre a produção agrícola no município e fecha com a apresentação e a análise de alguns indicadores de desenvolvimento local.
- O tópico variações no preço da cesta básica de Imperatriz discorre sobre a pesquisa da cesta básica no município e apresenta as comparações dos valores das cestas básicas, do comportamento das variações das cestas básicas, das quantidades de horas trabalhadas e dos valores dos salários mínimos necessários para Imperatriz, para São Luís (capital do estado do Maranhão) e para as capitais da região 2 (Norte-Nordeste), definida pelo DIEESE, fechando com a comparação e a análise do comportamento dos preços dos produtos da cesta básica de Imperatriz em relação às variações da própria cesta básica, do IPCA e do salário mínimo vigente.
- Finalmente são apresentados os tópicos conclusão e referências bibliográficas.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Crescimento e desenvolvimento econômico – um debate conceitual e multidisciplinar

A discussão sobre desenvolvimento encerra divergências na economia há muito tempo. Tem-se falado em crescimento, em desenvolvimento e, no período mais recente, em desenvolvimento sustentável – embora os estudiosos do tema ainda discordam em vários aspectos. O crescimento econômico está associado tão somente ao aumento da quantidade do produto, sendo seu determinante a acumulação de riqueza e o aumento de poder.

A busca pelo crescimento econômico tem direcionado os rumos da economia em nível mundial por mais de 200 anos. A história mostra que o crescimento econômico traduz-se no desejo de acumular riqueza e está associada ao poder político requerido – a exemplo dos pensamentos mercantilista (1450-1750) e fisiocrata (meados de 1700).

Para os mercantilistas, “a riqueza das nações depende de afluxo externo de metais preciosos” (SOUZA, 2012, p. 54), o que levava à expansão do comércio internacional e, conseqüentemente, a um maior crescimento econômico. A expansão das exportações tendia, nessa visão, a desafogar os estoques de mercadorias e a elevar o nível de renda e de emprego; e o fluxo de moeda a reduzir a taxa de juros que, por sua vez, estimulava o nível de investimento e o crescimento econômico.

Para os representantes da fisiocracia, a exemplo de François Quesnay, a agricultura é a chave para o crescimento da economia. Para ele, a desregulamentação do Estado, a eliminação das restrições às exportações e a redução da carga tributária eram imprescindíveis para um melhor funcionamento do sistema econômico. (SOUZA, 1999).

O tema crescimento econômico foi também abordado pelo economista clássico Adam Smith em sua obra *A Riqueza das Nações*, publicada em 1776 e considerada como marco de fundação da Ciência Econômica. Smith defende a expansão dos mercados como fator de crescimento econômico através do aumento do emprego e da renda. Crescimento econômico é entendido como “um conceito que se refere à capacidade de um sistema econômico incrementar a disponibilidade de bens e serviços e atender às necessidades de uma população”. (SMITH, 1996).

As conclusões de Smith condizem com o pensamento atrelado ao período de consolidação do capitalismo, à época da Revolução Industrial inglesa (1751 e 1830). Para ele,

além da divisão do trabalho ser fator essencial para a expansão da riqueza – dado que indivíduos especializados em determinadas atividades tendiam a produzir mais –, o aumento da proporção dos trabalhadores produtivos em relação aos improdutivos, a elevação da renda média da população e a redução do número de desempregados eram fatores essenciais para que ocorresse o desenvolvimento. Smith acreditava também que, no longo prazo, o crescimento da riqueza material poderia ocasionar uma redistribuição da renda entre capitalistas, trabalhadores e arrendatários. (VIEIRA, 2009).

Já o tema desenvolvimento econômico, a história mostra ser este recente – tendo surgido somente no século XX. No período anterior, a preocupação dos responsáveis pelas contas públicas era tão somente a de aumentar a riqueza e o poderio militar de um país ou região, com pouco ou nenhum intuito de melhorar as condições de vida da sociedade em geral, apesar da convivência com um analfabetismo massificado, com a fome e com elevados níveis de mortalidade – principalmente a mortalidade infantil. Não raras foram as vezes que populações foram dizimadas por enfermidades ocasionadas por simples falta de higiene. (SOUZA, 1999).

A segurança, muitas vezes, era priorizada em detrimento dos objetivos econômicos e sociais numa tentativa de se tornar menos perigosos os traslados entre regiões – e até mesmo dentro da mesma região. Segurança alimentar compreende, conceitualmente, oferta de alimentos e o indivíduo possuir renda suficiente para sua aquisição. (SILVA, et al., 2007).

Na Idade Média, por exemplo, a preocupação centrava-se em combinar a segurança da população com a subsistência dos nobres – os Senhores Feudais. Esse sistema, embora tenha sobrevivido por séculos, dificultava sobremaneira as mudanças necessárias ao desenvolvimento econômico, tais como: provimento de mais e melhores alimentos para a população, melhorias na saúde, na habitação, na educação, etc.

Com o Renascimento, mas principalmente com o advento das grandes navegações iniciadas em fins do século XV, as descobertas marítimas causaram grande revolução nas relações econômicas devido ao importante papel que as riquezas das colônias passaram a desempenhar nas economias dos países europeus. (SOUZA, 1999).

No período recente a busca pela qualidade de vida e bem-estar da população tem se tornado cada vez mais presente no debate acerca do desenvolvimento econômico, e não se pode falar em qualidade de vida e bem-estar social sem que seja considerado o aspecto nutricional da população, haja vista que nutrição e qualidade de vida são indissociáveis. A boa

saúde é fundamental para o bem-estar e o desenvolvimento econômico e social sustentável, ou seja, não é possível deixar de considerar a alimentação como fator fundamental da saúde das pessoas.

As recompensas do desenvolvimento humano, como vimos, vão muito além da melhora direta da qualidade de vida, e incluem também sua influência sobre as habilidades produtivas das pessoas e, portanto, sobre crescimento econômico em uma base amplamente compartilhada. Saber ler e fazer contas ajuda as massas a participar do processo de expansão econômica (bem ilustrado por Japão e Tailândia). Para aproveitar as oportunidades do comércio global, o “controle de qualidade” e a “produção segundo especificações” podem ser absolutamente cruciais, e trabalhadores que não sabem ler e fazer contas têm a dificuldade para alcançar e manter esses padrões. Ademais, existem provas concretas de que a melhoria nos serviços de saúde e na nutrição também tornam a força de trabalho mais produtiva e bem remunerada (SEN, 2000 – p.171).

Sen (2000) defende que o desenvolvimento de um país está essencialmente ligado às oportunidades que ele oferece à população de fazer escolhas e exercer sua cidadania, incluindo não apenas a garantia dos direitos sociais básicos, como saúde e educação, mas também segurança, liberdade, habitação e cultura.

Para Sen, desenvolvimento econômico significa aquilo que os agentes econômicos usufruem a partir de suas posses, e não necessariamente ter mais posses. Uma região desenvolvida é aquela em que os indivíduos podem desfrutar das liberdades individuais, para atender a seus desejos, associada ao comprometimento social institucional. Uma atuação mais direta dos indivíduos contribui para a formação de um capital social resultante do clima de confiança estabelecido entre os membros de uma comunidade. Os contatos sociais entre os membros de uma determinada sociedade facilitam, além das questões econômicas, a disponibilidade dos sujeitos para atender às necessidades da coletividade.

Na modernidade, segundo Santos et al. (2012), o termo desenvolvimento sugere um conceito multidimensional, pelo que o tratam sob diversas dimensões: a) a econômica – sociedade do crescimento; b) a política – invenção da modernidade; c) a social – sociedade do bem estar; e, d) a ambiental – sociedade sustentável.

Sob a dimensão econômica, os autores enfatizam que a preocupação com o desenvolvimento está sedimentada na ciência econômica, o que pode ser percebido nos trabalhos dos economistas clássicos Adam Smith, Thomas Malthus, David Ricardo e Karl Max, ao apresentarem o desenvolvimento como um fenômeno imprescindível para a formação e fortalecimento do capitalismo. (SOUZA, 1999).

Com relação à dimensão política, os autores evidenciam que o termo fora empregado pela primeira vez como elemento de um programa de governo, por Harry S. Truman – presidente dos Estados Unidos da América no período de abril/1945 a janeiro/1953 –, em seu discurso de posse (1949), quando disse:

É preciso que nos dediquemos a um programa ousado e moderno que torne nossos avanços científicos e nosso progresso industrial disponíveis para o crescimento e para o progresso das áreas subdesenvolvidas. O antigo imperialismo – a exploração para o lucro estrangeiro – não tem lugar em nossos planos. O que imaginamos é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos de uma distribuição justa e democrática. (TRUMAN, 1949 apud ESTEVA, 2000 p. 59).

Inicia-se aí a intenção de os países ricos auxiliarem os países mais pobres – aqueles considerados ainda atrasados no que respeita ao desenvolvimento –, apontando para a ideia de possível mudança a um estado melhor. Começa a deixar de existir a dicotomia entre colonizados e colonizadores e a visão se volta para um mundo composto de uma coleção de nações, embora umas desenvolvidas e outras subdesenvolvidas.

No que tange à dimensão social, há que se mencionar o fato de que a preocupação dos economistas clássicos Smith, Ricardo e Marx em explicar a riqueza de um país culminou por originar a teoria do crescimento econômico, estando o conceito de desenvolvimento relacionado tão somente à evolução da produção, da acumulação e do progresso técnico. Já os esforços para explicar o subdesenvolvimento e a pobreza deram origem às teorias do desenvolvimento. (SOUZA, 1999).

Com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), expande-se o debate sobre o conceito de desenvolvimento social e alguns autores, dentre os quais Myrdal, Hirschman, Prebisch, Furtado e Cardoso, influenciados pela teoria keynesiana, abrem a discussão de que falar em desenvolvimento é falar em seu contrário, já que existe forte relação entre essas duas realidades. Pode-se dizer que o subdesenvolvimento é uma consequência do desenvolvimento, ou seja, o termo subdesenvolvimento surge a partir do momento que se tenta explicar o desenvolvimento, já que o estado de desenvolvimento ou subdesenvolvimento está diretamente relacionado à maior ou menor intensidade com que as necessidades humanas são satisfeitas. (VIEIRA, 2009).

Segundo os economistas da CEPAL, existe um desequilíbrio no relacionamento entre os países desenvolvidos (centrais, industrializados e hegemônicos) e os países

subdesenvolvidos (periféricos, agrícolas e dependentes), implicando na capacidade dos países atrasados de acumular capital – pelo que permanecem em seu estado de subdesenvolvimento. Tal fato se explica pela taxa de produtividade, que nos países subdesenvolvidos (agrícolas) é menor que nos países desenvolvidos (industrializados), ocasionando a inelasticidade da oferta. A inelasticidade da oferta limita o crescimento econômico – condição necessária, embora não suficiente, ao desenvolvimento econômico.

O pensamento latino-americano critica o conceito de desenvolvimento baseado apenas na evolução da produção e da acumulação de capital sem se preocupar com melhorias das condições de vida da população, o que trouxe relevância à questão social no conceito de desenvolvimento. Este fato contribuiu para que governos de todo o mundo, assim como alguns órgãos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) buscassem métodos para medir o desenvolvimento social. Exemplo disso é que, desde 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) acompanha, por meio do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – desenvolvido pelos economistas Amartya Sen e Marubul Haq (1990) –, o desempenho dos países quanto ao estabelecimento e execução de políticas públicas que visem ao desenvolvimento das pessoas. (SANTOS et al., 2012).

Não menos importante que as já mencionadas, há ainda a dimensão ambiental do desenvolvimento – a sociedade sustentável. Santos et al. (2012) enfatizam que, não obstante a atual preocupação de alguns segmentos sociais acerca da questão ambiental no processo de desenvolvimento, essa questão foi primeiramente tratada pelo economista britânico Thomas Malthus, em 1898, em sua obra *Ensaio Sobre o Princípio da População*, na qual demonstrou grande preocupação com a desigualdade entre o crescimento da população e dos meios de subsistência – a produção de alimentos.

Com efeito, Malthus (1996) considerava a causa de todos os males como residente na fertilidade humana, já que os seres humanos são naturalmente impulsivos quanto à prática do sexo – o que torna sua reprodução também impulsiva – daí considerar que a produção de alimentos cresce em progressão aritmética enquanto a população cresce em progressão geométrica. Diante disso, a necessidade de encontrar meios naturais, ou mesmo artificiais, capazes de controlar o crescimento excessivo da população foi tema de grande preocupação para ele, que não contava com o fato de que as inovações tecnológicas fossem capazes de

aumentar a produtividade da agricultura, muito menos com a redução das taxas do crescimento populacional.

O debate de Malthus é retomado na segunda metade do século XX, pelo Clube de Roma, cujos autores incluem a discussão de novos elementos: aceleração da industrialização, aumento dos indicadores de desnutrição, rápido crescimento populacional, degradação dos recursos naturais não renováveis e do meio ambiente como um todo (BRUSEKE, 2013, p. 31 apud SANTOS et al., 2012), abrindo-se um debate acerca da sustentabilidade do modelo de desenvolvimento assentado no crescimento econômico, culminando, como proposta, com o conceito de desenvolvimento sustentável, que busca conciliar o pensamento desenvolvimentista, de que o crescimento e a acumulação são os princípios básicos do sistema, como o ecodesenvolvimento, que tem como foco a prudência ecológica e o conservacionismo.

O modelo de desenvolvimento sustentável parte do pressuposto de que a relação homem-natureza pode ser equilibrada, significando dizer que cuidar do meio ambiente vai além de garantir a sobrevivência da fauna, da flora, do solo e do ar – significa, também, garantir a convivência de todos os fatores existentes no meio, sejam eles bióticos, abióticos, humanos ou não humanos.

A partir daí já não se pode mais falar em desenvolvimento sem que seja considerada, atrelada a ele, a questão ambiental, tratando-se, portanto, de desenvolvimento sustentável – definido pelo Relatório Brundtland como aquele que responde às necessidades do presente sem, contudo, comprometer as possibilidades das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades – haja vista que:

O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível de satisfação de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, ao mesmo tempo um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais. (RELATÓRIO BRUNDTLAND, 1987 apud SANTOS et al., 2012).

No que respeita ao desenvolvimento econômico regional, as teorias de desenvolvimento apontavam os investimentos e a tecnologia como fatores de crescimento e de desenvolvimento. As políticas de desenvolvimento buscam atrair investimentos acompanhados de tecnologia moderna visando a aumentar a produtividade do trabalho e, concomitantemente, a competitividade regional, negligenciando fatores internos, culturais e

sociais, capazes de contribuir não só para a riqueza empresarial, mas, também, para a riqueza humana. (VIEIRA; SANTOS, 2012).

De acordo com a economia clássica, as decisões dos agentes econômicos (empresas, governos e sociedade) visam os benefícios materiais, como aumento do produto, da renda, acumulação de capital, etc.

Para Vieira e Santos,

[...] há outros interesses que direcionam as ações relacionadas ao alcance do desenvolvimento e a própria concepção sobre qual forma de desenvolvimento é desejável e que estão articuladas a fatores como os valores sociais, culturais e psicológicos. Assim, o desenvolvimento dependerá, não somente dos agregados econômicos, mas também de condicionantes culturais e sociais. (VIEIRA; SANTOS, 2012, p. 21).

Diante disso, os autores constatarem a necessidade de políticas de desenvolvimento que possam ir além das questões econômicas, tendo como ponto de sustentação o social e o político dos atores locais, e sugerem que, em um mundo global de intensas relações econômicas, com muitos modelos de desenvolvimento feitos a partir de uma infinidade de variáveis econômicas quantificadas e analisadas, a política de desenvolvimento regional deve ser repensada e reclassificada em outras categorias, como as realizações feitas com os recursos disponíveis na busca da produtividade social, no estabelecimento de valores considerando a cultura regional, nas relações sociais entre os indivíduos e o ambiente onde estão inseridos de forma a definir valores que possam contribuir para melhores condições de vida, além dos valores econômicos.

Nesta dissertação o debate sobre desenvolvimento fica restrito a questão da oferta de alimentos e, principalmente, a capacidade de aquisição por parte das famílias com menor renda.

2.2 A escassez de alimentos, desenvolvimento econômico e políticas públicas

A persistência e gravidade dos problemas sociais ao longo dos tempos, e a escassez dos recursos públicos disponíveis para solucionar esses problemas, têm sido motivo de grande preocupação para economistas e governos – não de agora, mas de séculos, remontando desde a Escola Clássica.

Dentre todos os problemas sociais que afligem a humanidade, nada se compara à escassez de alimentos; principalmente à fome – ainda presente em muitos países e até mesmo em algumas regiões brasileiras não obstante o avanço e inovações tecnológicos dos meios de produção. Mas ainda assim, produzir alimento para populações inteiras não é tarefa fácil – muito menos, barato. Essa escassez de alimentos foi sempre o grande desafio dos países em desenvolvimento, com destaca Maluf (1995):

O contraste entre países avançados e subdesenvolvidos é bastante acentuado na questão alimentar. O enfrentamento dessa questão foi um componente decisivo na conformação do padrão de desenvolvimento dos primeiros. Atualmente eles se caracterizam – como resultado das políticas públicas adotadas em distintos momentos – pela autossuficiência produtiva agroalimentar (com tendência a gerar excedentes), ou pela disponibilidade de alimentos obtida via importações [...]. (MALUF, 1995, p. 136-136).

A história mostra que, ao longo dos anos, o trabalhador – principalmente aquele de baixa renda (hoje, aquele que ganha salário um mínimo) – é obrigado a comprometer grande parte da sua renda na aquisição de alimentos básicos em quantidades mínimas para alimentar sua família e para reproduzir sua força de trabalho. A essa quantidade mínima de alimentos básicos denomina-se cesta básica – daí sua importância na renda do trabalhador.

O desenvolvimento econômico, para Smith (1996), seria gerado pela divisão do trabalho, que por sua vez exerceria influência positiva no acúmulo de capital, gerando, ao final do processo, aumento na produção e, conseqüentemente, na disponibilidade de bens para o consumo. Esse aumento da produção, contudo, deveria conter em seu processo um aumento da produtividade – foco do desenvolvimento.

Outros economistas clássicos, a exemplo de David Ricardo e Jean Baptiste Say, analisaram os problemas do crescimento e do desenvolvimento econômico pelo lado da oferta. Para eles, verificava-se, sempre, a lei de Say, ou lei dos mercados: *a oferta gera sua própria demanda*.

Produzindo, portanto, um indivíduo torna-se consumidor de seus próprios produtos ou comprador e consumidor dos produtos de outro. Não se deve supor que tal indivíduo permaneça por maior ou menor tempo desinformado sobre as mercadorias que pode produzir mais vantajosamente para alcançar o objetivo que tem em vista, ou seja, a aquisição de outros bens, e, portanto, não é provável que ele continue produzindo uma mercadoria para a qual não exista demanda. (RICARDO, 1996, p. 210).

De acordo com esse princípio, quanto maior a oferta, maior será a dimensão do mercado. Assim, para Say, a prosperidade de uma espécie de indústria favorece a prosperidade de todas as outras, e desse modo a importação de produtos estrangeiros favorece a venda de produtos nativos. (SOUZA, 1999, p. 147).

Enquanto um indivíduo tiver um desejo por satisfazer, terá necessidade de mais mercadorias e sua demanda poderá se efetivar desde que disponha de um novo valor qualquer para trocar por essas mercadorias. Se fossem dadas 10 mil libras a um indivíduo que já possuísse 100 mil anuais, ele não as guardaria num cofre; aumentaria seus gastos em 10 mil libras, empregaria essa soma produtivamente ou a emprestaria a outra pessoa para o mesmo fim. Em qualquer dos casos, a demanda aumentaria, embora por razões diferentes. Se ele aumentasse as despesas, sua demanda efetiva provavelmente se constituísse de casas, mobiliário ou qualquer outra satisfação semelhante. Se empregasse produtivamente as 10 mil libras, sua demanda efetiva seria constituída por alimentos, vestuário e matérias-primas que pudessem servir para empregar novos trabalhadores, mas continuaria sendo uma demanda. (RICARDO, 1996, 210).

Significa dizer que enquanto a produção apresentasse lucros, não haveria limites para o seu crescimento, já que sempre haveria uma demanda a ser satisfeita. A viabilidade da acumulação de capital e do crescimento econômico sedimentava-se nas inovações tecnológicas (do lado da produção) e na livre importação de bens de consumo dos trabalhadores – elementos fundamentais na redução dos preços dos alimentos e na contenção da elevação dos salários.

Em resumo, a análise clássica centra-se nos determinantes da oferta agregada, ou seja, enquanto os rendimentos decrescentes da agricultura não elevassem demasiadamente os salários monetários, ao ponto de eliminar os lucros, a acumulação de capital dar-se-ia com a expansão do emprego e da renda.

Malthus (1996) estabeleceu a teoria da população – enfatizando suas preocupações com o crescimento demográfico e com a escassez de alimentos –, cujos princípios foram amplamente utilizados pelos economistas clássicos.

Segundo ele, existe um problema demográfico no mundo, porque a força da paixão entre os sexos é maior do que a força da natureza, decorrendo, daí, o princípio da população: o poder de crescimento da população é indefinidamente maior do que o poder que tem a terra de produzir meios de subsistência para o homem.

A população, quando não controlada, cresce numa progressão geométrica. Os meios de subsistência crescem apenas numa progressão aritmética. Um pequeno conhecimento de números demonstrará a enormidade do primeiro poder em comparação com o segundo. Por aquela lei da nossa natureza que torna o alimento necessário para a vida humana, os efeitos desses dois poderes desiguais devem ser mantidos iguais. Isso implica um obstáculo que atua de modo firme e constante sobre a população, a partir da dificuldade da subsistência. Esta dificuldade deve diminuir em algum lugar e deve, necessariamente, ser duramente sentida por uma grande parcela da humanidade. (MALTHUS, 1996, p. 246).

O fator que mais favorecia o crescimento demográfico, para Malthus, constituía-se de uma maior disponibilidade de alimentos (o indivíduo com facilidade de acesso aos alimentos tenderia a procriar em demasia). Outros fatores considerados favoráveis ao crescimento demográfico: (a) a possibilidade de importar alimentos mais baratos; (b) a Lei dos Pobres²; (c) os casamentos precoces, estimulados pelos nobres com o objetivo de aumentar a oferta de soldados; e (d) o aumento dos vícios, ou seja, a prática do sexo antes do casamento, a promiscuidade e a prostituição.

Concomitante, existiam os freios ao crescimento demográfico (a falta de alimentos, as epidemias, as guerras e a insalubridade nos locais de trabalho e nas cidades). Esses freios impediam que a população crescesse além do crescimento dos meios de subsistência. O freio “falta de alimentos”, entretanto, era inibido pela Lei dos Pobres – o que levou Malthus a criticar essa lei.

A Lei dos Pobres era considerada por Malthus como uma medida paliativa de caráter filantrópico e transitório, pois, no longo prazo, seus efeitos prejudicavam a população, uma vez que: (a) estimulava os casamentos precoces e a procriação em demasia; (b) reduzia a mobilidade espacial da mão-de-obra, já que os indivíduos ficavam ligados às paróquias ao invés de buscarem a expansão da fronteira agrícola; (c) elevava os preços dos produtos agrícolas, já que a massa alimentada pelas paróquias, por não produzir, acabava por aumentar a demanda por alimentos sem a contrapartida da oferta – o que prejudicava os trabalhadores empregados; e (d) desestimulava o trabalho, pois esses indivíduos – alimentados pelas paróquias sem a necessidade trabalhar – representavam um mau exemplo para os que trabalhavam. (SOUZA, 1999, p. 148).

²Lei existente na Inglaterra, segundo a qual as paróquias deveriam ajudar a alimentar os pobres.

Por estas razões Malthus sugeriu a abolição da Lei dos Pobres, maior liberdade à economia de mercado e à mobilidade do trabalho, assim como estímulo mais amplo à expansão da fronteira agrícola, de forma a aumentar os meios de subsistência – já que os grandes obstáculos ao crescimento demográfico, para ele, constituíam-se, basicamente, da miséria e do vício. Malthus considerava como vício tanto a insalubridade das cidades como os obstáculos ao casamento. (SOUZA, 1999, p. 148).

Ainda conforme Souza (1999), a teoria de Malthus está fundamentada na lei dos rendimentos decrescentes da agricultura: mantendo-se fixa uma área de terra, os acréscimos de fatores variáveis (trabalho e capital – como adubo e máquinas, por exemplo) geram acréscimos menos do que proporcionais do produto total. Significa dizer que os trabalhadores adicionais teriam uma cota cada vez menor de alimentos, ao mesmo tempo em que os salários nominais subiriam, elevando o fundo de salários necessários e reduzindo os lucros do capitalista.

O fantasma malthusiano da fome, portanto, poderia ser afastado à medida que o progresso tecnológico na agricultura e o deslocamento da fronteira agrícola aumentassem os meios de subsistência. Por outro lado, a teoria de Malthus pode ser criticada pelo fato de que o aumento demográfico pode servir de estímulo à produção, ao elevar a oferta de mão-de-obra e o número de consumidores. (SOUZA, 1999, p. 148).

Percebe-se, pois, a preocupação de Malthus com a alimentação do trabalhador já no século XVIII. Percebe-se também que se referia aos “meios de subsistência” como sendo a quantidade mínima de alimentos básicos necessários à alimentação de um trabalhador e de sua família, já que, naquela época, a mulher não exercia atividades remuneradas. Essa quantidade mínima de alimentos básicos é, hoje, denominada cesta básica.

Resolver, ou pelo menos minimizar, o problema da produção de alimentos (e conseqüentemente o da fome) exige mudanças na estrutura fundiária através da adoção de políticas públicas consistentes e voltadas ao homem do campo.

A função que o Estado desempenha na sociedade sofreu inúmeras transformações ao passar do tempo. Conforme já mencionado, nos séculos XVIII e XIX seu principal objetivo centrava-se na segurança pública e na defesa externa contra ataques inimigos.

Com o aprofundamento e expansão da democracia, as responsabilidades do Estado se diversificaram e atualmente é comum afirmar que a função do Estado é promover o bem-estar da sociedade e, para tanto, ele necessita desenvolver um conjunto de ações e atuar diretamente

em diferentes áreas, tais como reforma agrária, saúde, educação, produção, infraestrutura e meio ambiente.

Atingir resultados nessas diversas áreas, visando a promover o bem-estar da sociedade, exige dos governos a adoção de políticas públicas que podem ser definidas como sendo um conjunto de decisões, planos, programas, ações e atividades do governo voltadas para a solução (ou não) de problemas sociais. (LOPES; AMARAL; CALDAS, 2008).

Políticas públicas são, então, diretrizes, princípios norteadores de ações do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos com o objetivo de alcançar o bem-estar social e o interesse público, traduzindo-se em desenvolvimento. Conclui-se daí que o bem-estar da sociedade é sempre definido pelo governo e não propriamente pela sociedade, já que esta não consegue se expressar de forma integral. O que a sociedade faz são solicitações aos seus representantes eleitos (vereadores, deputados e senadores) para que atendam às suas demandas.

Ocorre, entretanto, que os recursos para o atendimento de todas as demandas da sociedade são escassos, o que faz com que os bens e serviços públicos demandados pelos diversos indivíduos passem a ser motivo de disputa, induzindo indivíduos com os mesmos objetivos a se unirem em grupos objetivando maior êxito na competição por bens e serviços também escassos – a exemplo das diversas manifestações populares que vêm ocorrendo por todo o país. A esse respeito vale comentar que os conflitos e as disputas na sociedade não são necessariamente ruins; ao contrário, servirão de estímulo a mudanças e melhorias para a sociedade se ocorrerem dentro dos limites da lei e não colocarem as instituições em risco.

As políticas públicas são executadas por meio de diversos instrumentos, como a criação de instituições e/ou de linhas específicas de crédito – estas com taxas de juros subsidiadas – podendo ser definidas tanto em nível regional quanto nacional.

Como exemplo instrumento de políticas públicas em nível regional pode-se citar, dentre outras, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada pelo governo federal em 1959, cujo objetivo principal era investir em transportes, energia elétrica, recursos humanos, agricultura e indústria, abrindo frentes de colonização no semiárido com vistas à elevação da renda e aumento da oferta de alimentos. (SOUZA, 2009, p. 176).

Segundo Polari (1993, p. 327-330, apud SOUZA, 2009, p. 178) os investimentos da SUDENE passaram de 3,8% do PIB regional, em média, entre 1960/1970, para 5,6% entre 1967/1973. A taxa de crescimento do PIB industrial nordestino subiu de 6,8% para 8,7%. Entre 1973/1980 a taxa de investimento da SUDENE caiu para 4,9%, mas a indústria cresceu a uma taxa superior ao ritmo da indústria brasileira (9,8% contra 7,2%).

O investimento intenso modernizou a estrutura industrial e elevou o nível de emprego na região, traduzindo-se em desenvolvimento dado que propiciou à população melhorias na qualidade de vida. Economias externas, mão de obra barata, maior nível educacional e subsídios locais têm atraído novas indústrias do Centro-Sul e do exterior para o Nordeste. (SOUZA, 2009, p. 179).

Vale lembrar que a SUDENE constituiu-se num instrumento de política pública amplo para todo o nordeste brasileiro, não tendo sido voltado especificamente para o campo, ao contrário do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), política pública do governo federal com foco estritamente no homem do campo.

Em termos de políticas públicas para o meio rural brasileiro no período recente, o PRONAF pode ser considerado o acontecimento mais marcante. Com este programa o governo federal reconhece e legitima uma nova categoria social – a dos agricultores familiares – que até então era designada simplesmente como pequenos produtores, produtores de baixa renda, ou ainda agricultores de subsistência.

De acordo com Schneider, Mattei e Cazella (2004), até o início da década de 1990 não existia nenhum tipo de política pública especial, com abrangência nacional, voltada ao atendimento das necessidades desse segmento social da agricultura, o qual era, inclusive, caracterizado de modo meramente instrumental e bastante impreciso no âmbito da burocracia estatal.

Para Silva e Sousa (2007), o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) foi a base das transformações e da modernização da agricultura brasileira, uma vez que a liberação do crédito estava vinculada ao uso de “pacotes tecnológicos” compostos por insumos químicos, máquinas e equipamentos. A política de crédito rural não era neutra em relação à classificação social dos agricultores: os recursos eram direcionados para alguns produtos, regiões e categorias de produtores. Segundo Rezende (1992, apud SILVA; SOUSA, 2007), o crédito rural foi concedido a uma fração relativamente pequena de agricultores e as principais culturas de exportação receberam cerca de metade do crédito total.

Ainda segundo esses autores, os agricultores do Sul e do Sudeste receberam três vezes o montante creditado para os agricultores do Nordeste. Dentro de cada região, os grandes agricultores receberam mais do que os pequenos. Esse modelo de distribuição dos financiamentos contribuiu ainda mais para a distorção regional, ampliando as diferenças na distribuição da renda entre as regiões e entre os próprios agricultores, ao beneficiar, em maior escala, os grandes proprietários. Apesar da política agrícola não excluir formalmente nenhum segmento social, a exclusão dava-se, na prática, por meio dos procedimentos operacionais adotados pelas instituições financeiras, como, por exemplo, a exigência de garantias e a prática de taxas de juros de mercado não suportadas pelos pequenos produtores – dentre outros.

O PRONAF surgiu não somente com o propósito de auxiliar a produção dos agricultores de pequeno porte nas suas atividades familiares, no que diz respeito ao acesso ao crédito mais facilitado, juros mais baixos e prazos maiores de amortização, mas também teve com o propósito corrigir a exclusão dos agricultores familiares do sistema de crédito tradicional.

Vale lembrar que no início da década de 1990 a agricultura brasileira, e particularmente a da região Sul, foi fortemente afetada pelo processo de abertura comercial e de desregulamentação dos mercados, fatores que a sujeitavam a uma acirrada concorrência com os países do Mercosul. Devido às dificuldades decorrentes da crise da segunda metade dos anos 1980, principalmente no que se refere à disponibilidade de crédito e à queda da renda, os agricultores familiares da região Sul do Brasil, e em menor escala os agricultores da região Nordeste, encontravam-se debilitados diante da nova conjuntura econômica e comercial – fato amplamente divulgado pela imprensa.

Esse cenário começou a apresentar mudanças com a inserção de políticas agrícolas diferenciadas para os diversos tipos de agricultores familiares e o PRONAF veio atender às reivindicações dos trabalhadores rurais por financiamentos diferenciados para agricultura familiar.

O PRONAF foi criado em 1996, cuja institucionalização ocorreu pelo do Decreto Presidencial nº 1.946, de 28 de julho de 1996. A partir daí o programa tem se firmado como a principal política pública do Governo Federal para apoiar os agricultores familiares. No início de vigência do programa apenas as ações relativas ao crédito de custeio foram implementadas. A ampliação do programa para as áreas de investimentos, infraestrutura e serviços municipais, capacitação e pesquisa, só ocorreu a partir de 1997, quando o programa ganhou maior

dimensão e passou a operar de forma integrada em todo território nacional. (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004).

Segundo o Manual Operacional do PRONAF, o programa visa o fortalecimento da agricultura familiar, mediante apoio técnico e financeiro, para promover o desenvolvimento rural sustentável. Seu objetivo geral consiste em fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar; contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares.

Quatro objetivos específicos complementam os propósitos do programa:

- a) ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares;
- b) viabilizar a infraestrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares;
- c) elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social;
- d) estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos.

Do ponto de vista operacional, o PRONAF apresenta, atualmente, quatro grandes linhas de atuação, a saber:

- a) crédito de custeio e investimento destinado às atividades produtivas rurais;
- b) financiamento de infraestrutura e serviços a municípios de todas as regiões do país, cuja economia dependa fundamentalmente das unidades agrícolas familiares;
- c) capacitação e profissionalização dos agricultores familiares através de cursos e treinamentos aos agricultores, conselheiros municipais e equipes técnicas responsáveis pela implementação de políticas de desenvolvimento rural;
- d) financiamento da pesquisa e extensão rural visando à geração e transferência de tecnologias para os agricultores familiares.

O Quadro 1 aponta as principais políticas públicas no Brasil que visaram à segurança alimentar. Na década de 2000, em especial no primeiro Governo Lula, a segurança alimentar foi estabelecida como prioridade principal do Governo, com destaque para o programa “Fome Zero”. (SILVA, ET. AL., 2007).

Data	Evento	Responsável	Abordagem
1985	Proposta de “Política Nacional de Segurança Alimentar”	Ministério da Agricultura	Necessidades alimentares e autossuficiência nacional na produção.
1986	8ª Conferência Nacional de Saúde	Ministério da Saúde	Convocação da 1ª Conferência Nacional de Alimentação
	1ª Conferência Nacional de Alimentação	Instituto Nacional de Alimentação	Direito à alimentação, inclusive produção e distribuição de alimentos, qualidade, acesso, carências nutricionais.
1991	Proposta de uma Política Nacional de Segurança Alimentar	Lideranças do Partido dos Trabalhadores	Segurança alimentar como objetivo estratégico do governo
1992	Campanha Ação da Cidadania contra a Fome	Movimento pela Ética na Política*	Sentimento de solidariedade, distribuição de alimentos e combate a carências sociais
1992	Discurso de posse	Presidente Itamar Franco	Combate à fome como prioridade
1992	“Mapa da Fome” IPEA Instituto de Pesq. Econômica Aplicada	Governo Federal	Relatório - 32 milhões de brasileiros não tinham renda para se alimentar
1993	Plano de Combate à Fome e à Miséria	Governo Federal	Ações do governo - princípios da solidariedade, parceria e descentralização
1993	Criação do CONSEA Conselho Nacional de Segurança Alimentar	Governo Federal	Consulta, assessoria e indicação de prioridades ao Presidente da República
1994	I Conferência Nacional de Segurança Alimentar	Governo Federal e Ação da Cidadania contra a fome	Fome - questão obrigatória na agenda política e lançamento das bases de uma política nacional de segurança alimentar
1995	Conselho da Comunidade Solidária	Governo Federal	Substituição do CONSEA. Reorientação para o combate à fome e à pobreza
1996	Cúpula Mundial de Alimentação	Ministério das Relações Exteriores e Comunidade Solidária	Segurança alimentar e nutricional - ações de desenvolvimento voltadas à promoção da vida e ao combate à exclusão social
1999	Projeto Alvorada	Governo Federal	Substituiu a Comunidade Solidária nas ações de combate à pobreza
1999	Comunidade Ativa	Governo Federal	Ações de desenvolvimento local e sustentável da Comunidade Solidária
1999	Fórum de Segurança Alimentar e Nutricional	Instituições diversas	Incluiu o item “Direito Humano à Alimentação” no Plano de Ação da Cúpula Mundial de Alimentação
1999	Política Nacional de Alimentação e Nutrição	Ministério da Saúde	Definir a contribuição setorial da saúde
2001	Comitê de Acompanhamento de Implementação do Plano da Cúpula Mundial de Alimentação da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO	Governo Federal, Ministério das Relações Exteriores	Acompanhar ações de implementação dos compromissos do Plano de Ação da Cúpula Mundial da Alimentação, relativos à erradicação da pobreza e do acesso à alimentação abundante e de qualidade e do desenvolvimento sustentável
2001	Bolsa Alimentação	Governo Federal	Renda para famílias com crianças e gestantes em risco nutricional
2003	Fome Zero**	Governo Federal	Política pública que visa à erradicação da fome e da exclusão social
2003	Bolsa Família**	Governo Federal	Renda do Fome Zero para famílias com renda per capita até R\$ 100 mensais

Quadro 1 – Resumo do debate da segurança alimentar no Brasil

Fonte: SILVA et al., 2007 * Movimento pela Ética na Política – movimento social de grande expressão no início dos anos 90, liderado pelo sociólogo Herbert de Souza, que se destacou pela bandeira da ética. Teve importante papel no processo de impeachment do presidente Fernando Collor, em 1992, além de organizar e mobilizar a população na Ação da Cidadania contra a fome. ** Fonte: Brasil, 2005.

2.3 A agricultura familiar e desenvolvimento

A ideia de um mundo famélico sempre assombrou a humanidade, que se preocupa com o ritmo de crescimento do consumo que pode se tornar maior do que o da produção, conforme a teoria malthusiana. A viabilidade da agricultura busca conciliar a oferta de alimentos com qualidade e sustentabilidade em suas várias dimensões do desenvolvimento. A adoção de políticas de desenvolvimento econômico passa pela busca da melhora da qualidade de vida dos indivíduos, com a integração de políticas de sustentabilidade ambiental, econômica e social.

O debate ambiental passa por duas linhas teóricas bem distintas. Para a primeira linha, a de Economia Ambiental, as políticas de preservação ambiental devem estar subordinadas aos interesses econômicos. Para a segunda linha, a de Economia Ecológica, os interesses ambientais devem estar à frente dos interesses econômicos, e faz-se a defesa de uma política forte de sustentabilidade ambiental. (MAY, 2003).

Na década de 2000, a discussão sobre a agricultura familiar vem ganhando legitimidade social, política e acadêmica no Brasil, passando a ser utilizada com mais frequência nos discursos dos movimentos sociais rurais, pelos órgãos governamentais e por segmentos do pensamento acadêmico.

Ao longo do tempo, entretanto, muitas terminologias foram empregadas para se referir ao mesmo sujeito: camponês, pequeno produtor, lavrador, agricultor de subsistência, agricultor familiar. A substituição de termos obedece, em parte, a regionalismos e à própria evolução do contexto social e às transformações sofridas por esta categoria, mas é resultado também de novas percepções sobre o mesmo sujeito social. (WANDERLEY, 2001).

Para Wanderley,

[...] agricultura familiar não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, sua utilização, com o significado e abrangência que lhe tem sido atribuído nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação. (WANDERLEY, 2001, p. 21).

Embora tardiamente, se comparada à tradição dos estudos sobre esse tema nos países desenvolvidos, a expressão “agricultura familiar” emergiu no contexto brasileiro a partir de

meados da década de 1990. Neste período ocorreram dois eventos que tiveram um impacto social e político muito significativo no meio rural.

No campo político a expressão aparece em meio aos movimentos sociais do campo, liderados pelo sindicalismo rural ligado à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Em meados dos anos de 1990, assistiu-se a diversas atuações desses movimentos, que produziram inclusive formas de manifestação política que perduram até hoje, como é o caso dos eventos anuais em torno do “Grito da Terra”. Diante dos desafios que o sindicalismo rural enfrentava nesta época – impactos da abertura comercial, falta de crédito agrícola e queda dos preços dos principais produtos agrícolas de exportação –, a incorporação e a afirmação da noção de agricultura familiar começou abrigar outras categorias sociais (assentados, arrendatários, parceiros, etc.). (SCHNEIDER, 2006).

Ainda segundo o mesmo autor, a afirmação da agricultura familiar no cenário brasileiro está relacionada à legitimação que o Estado lhe emprestou ao criar, em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). A partir do surgimento do PRONAF, o sindicalismo rural brasileiro passou a reforçar a defesa de propostas que significassem compromissos cada vez mais sólidos do Estado com uma categoria social considerada específica e que necessitava de políticas públicas diferenciadas (juros menores, apoio institucional, etc.).

Daí pode-se concluir que a formulação de políticas favoráveis à agricultura familiar e à reforma agrária obedeceu, em boa parte, às reivindicações das organizações de trabalhadores rurais e à pressão dos movimentos sociais organizados.

Com aproximadamente quatro milhões de pequenas propriedades rurais em todo o Brasil, a agricultura familiar emprega cerca de 80% da mão de obra do campo e responde pela produção de mais de 60% dos alimentos diversificados consumidos no dia a dia pela população brasileira. Num país permeado de latifúndios, como é o Brasil, a produção da agricultura familiar disputa com o agronegócio exportador a atenção do poder público e o reconhecimento de sua participação no desenvolvimento. A alta produção das pequenas propriedades rurais contrasta com as extensas áreas ocupadas pelo agronegócio com lavouras de monocultura e pastagens para a pecuária extensiva. (MELLO, 2007).

A agricultura familiar é uma forma de produção através da interação entre gestão e trabalho; são os próprios agricultores que dirigem o processo produtivo, trabalhando com a diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho

assalariado. A discussão sobre a importância e o papel da agricultura familiar vem ganhando força impulsionada através de debates embasados no desenvolvimento sustentável e também na geração de emprego e renda.

Uma pesquisa realizada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), cujo objetivo principal era estabelecer as diretrizes para um “modelo de desenvolvimento sustentável”, escolheu-se como forma de classificar os estabelecimentos agropecuários brasileiros a separação em dois modelos: “patronal” e “familiar”. O modelo patronal tem como característica a completa separação entre gestão e trabalho, o emprego de mão de obra assalariada, a organização descentralizada e ênfase na especialização.

O modelo familiar teria como característica a relação íntima entre trabalho e gestão, a direção do processo produtivo conduzido pelos proprietários, a ênfase na diversificação produção, a durabilidade dos recursos, a qualidade de vida, a utilização do trabalho assalariado em caráter complementar e a tomada de decisões imediatas, ligadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo. (FAO/INCRA, 1994).

A escolha da agricultura familiar está relacionada com sua multifuncionalidade, que além de produzir alimentos e matérias-primas, responde por cerca de 80% da ocupação no setor rural e favorece o emprego de práticas produtivas ecologicamente mais equilibradas, como a o cultivo diversificado, o menor uso de insumos industriais e a preservação ambiental. Com isto o meio rural, sempre visto como fonte de problemas, hoje aparece também como portador de soluções, vinculadas à melhoria do emprego e da qualidade de vida. (WANDERLEY, 2001).

Há que se considerar também o fato de a agricultura familiar está associada à dimensão espacial do desenvolvimento, por permitir uma distribuição populacional mais equilibrada no território, em relação à agricultura patronal – esta última normalmente associada à monocultura. Estas ideias devem ser contextualizadas no debate sobre os caminhos para a construção do desenvolvimento sustentável nas dimensões ambientais, econômicas e sociais.

Entretanto, ainda que haja consenso entre vários autores sobre a importância da agricultura familiar, as visões em relação ao modelo que essa agricultura familiar deveria adotar divergem em certos aspectos.

Abramovay (1992) diferencia a agricultura familiar no interior das sociedades capitalistas mais desenvolvidas do campesinato clássico. Os camponeses podiam ser entendidos como sociedades parciais com uma cultura parcial, integrados de modo incompleto a mercados imperfeitos, representando um modo de vida caracterizado pela personalização dos vínculos sociais e pela ausência de uma contabilidade nas operações produtivas; já a agricultura familiar, segundo o mesmo autor, é altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais. Aquilo que era antes de tudo um modo de vida converteu-se numa profissão, numa forma de trabalho.

Este segundo enfoque está associado ao que se conhece como agroecologia. Na agroecologia (ALTIERI, 2002), os objetivos de um programa de desenvolvimento rural seriam:

- segurança alimentar com valorização de produtos tradicionais e conservação de germoplasma de variedades cultivadas locais;
- resgatar e reavaliar o conhecimento das tecnologias camponesas;
- promover o uso eficiente dos recursos locais;
- aumentar a diversidade vegetal e animal de modo a diminuir os riscos;
- reduzir o uso de insumos externos;
- buscar novas relações de mercado e organização social.

Cabe ressaltar que o pensamento agroecológico resgata a figura do camponês e valoriza seus conhecimentos, sobretudo em relação ao convívio com o meio ambiente, aprendido através de gerações de interação do homem com os recursos naturais.

O desenvolvimento rural, dessa forma, representa uma tentativa de ir além da modernização técnico-produtiva, apresentando-se como uma estratégia de sobrevivência das unidades familiares rurais que buscam sua reprodução. O modelo não é mais o do agricultor-empresário, mas o do agricultor camponês que domina tecnologias e que toma decisões sobre o modo de produzir e trabalhar. (SCHNEIDER, 2003).

Contudo, a agroecologia não está pensando numa agricultura apenas de subsistência, mas a integração ao mercado de produtos e insumos deve ser olhada com cautela, para não aumentar a dependência do produtor. Por outro lado, os autores que enfatizam a necessidade de se modernizar a agricultura familiar também não deixam de reconhecer os impactos

ambientais e sociais que muitas das chamadas técnicas modernas têm provocado ou poderão vir a provocar.

Em síntese, há consenso sobre a necessidade de construir uma agricultura mais sustentável, que considere os aspectos sociais e ambientais além dos aspectos econômicos, e sobre a importância dos agricultores familiares na construção desse novo modelo, mas ainda há divergências sobre os modelos mais apropriados para que a agricultura familiar atinja esses objetivos. Há uma linha que defende maior competitividade e integração nos mercados e o enfoque agroecológico que se fundamenta numa profunda mudança no modelo tecnológico, na organização da produção e até mesmo numa mudança de valores e na própria organização da sociedade.

2.4 Relação entre os preços dos alimentos e a renda

A demanda (ou procura) de determinado produto é determinada pelas várias quantidades que os consumidores estão dispostos e aptos a adquirir, em função em função de vários possíveis níveis de preços, em dado período de tempo. (ROSSETTI, 2010, p. 410).

A análise dessa definição, à luz do comportamento normal dos consumidores, pressupõe que as variáveis preço e quantidade correlacionam-se inversamente, podendo a procura ser dada por diversas possibilidades alternativas. Ainda que as reações de cada consumidor aos preços sejam diferentes por razões distintas (padrões de comportamento, necessidades, sensibilidades econômicas, etc.), a soma de todos os comportamentos resultará, em condições normais, em correlação inversa, ou seja, quanto mais baixos os preços maiores serão as quantidades procuradas. Inversamente, quanto mais elevados forem os preços, menores serão as quantidades procuradas. De toda forma, a relação pode ser dada por:

$$QP = f(P) \quad \text{(Equação 1)}$$

Sendo:

QP = quantidade procurada;

P = preço.

Percebe-se aí que, de um modo geral, os preços constituem um obstáculo para os consumidores, sendo esse obstáculo tanto maior (ou menor) quanto maiores (ou menores) forem os preços.

As quantidades procuradas, entretanto, definem um ponto na curva de procura dado um determinado preço. A procura, por outro lado, se define pela sucessão de todos os pontos coordenados, que correlacionam preços e quantidades procuradas, ou seja, a procura é expressa pela função como um todo haja vista sua dependência de outros fatores – pelo que é dada por:

$$QP = f(Y, A, P_s, P_c, E, N) \quad (\text{Equação 2})$$

Sendo:

QP = Procura

Y = níveis e estrutura de repartição da renda nacional;

A = atitudes e preferências dos consumidores;

P_s = preços dos bens substitutos;

P_c = preços dos bens complementares;

E = expectativa sobre a evolução da oferta;

N = número de consumidores potenciais.

A função acima mostra que a procura de um bem depende da renda do consumidor. De acordo com Rossetti (2010), um dos mais importantes fatores determinantes da procura diz respeito ao poder aquisitivo da sociedade, sendo este determinado pelo nível da renda *per capita* e pela estrutura de sua distribuição às diferentes classes sociais – ainda que as variações da procura em resposta a variações na renda não sejam iguais para todos os produtos.

A relação entre renda e procura é definida como elasticidade-renda da procura e mede o quanto e como a procura de um produto reage dada uma variação na renda do consumidor, podendo ser traduzida pela expressão:

$$E_{RP} = \frac{\Delta\% QP}{\Delta\% Y} \quad (\text{Equação 3})$$

Em que:

E_{RP} = Elasticidade-renda da procura;

$\Delta\% QP$ = variação percentual da quantidade procurada;

$\Delta\% Y$ = variação percentual da renda.

Para a maioria dos bens – os bens normais –, incluindo-se os alimentos em geral, uma elevação na renda levará a um aumento na quantidade demandada, significando que as variáveis renda e quantidade procurada caminham na mesma direção, ou seja, a relação entre elas é direta – pelo que a elasticidade-renda da procura é positiva. Alguns alimentos, entretanto, por serem classificados como bens inferiores, possuem elasticidade-renda negativa, significando que, para esse tipo de bens, a relação entre as variáveis renda e quantidade procurada é inversa.

Os bens normais, porém necessários, como é o caso dos alimentos em geral, tendem a apresentar baixa elasticidade-renda pelo fato de que os consumidores sempre compram alguma quantidade desses bens mesmo quando a renda é baixa. (MANKIWI, 2010).

A Tabela 1 apresenta a elasticidade-renda de produtos selecionados.

Tabela 1 – Valores de elasticidade-renda da demanda, produtos selecionados

Bens	Elasticidade-renda
Alimentação (em geral)	0,60 a 0,85
Batatas	- 0,81
Frutas frescas	1,99
Frango	0,42
Ovos	0,37
Carne	0,35
Queijo	0,34
Carne de porco	0,34
Pão	- 0,42
Vegetais frescos	0,26

Fonte: Adaptado de Passos e Nogami (2012).

Apesar de a produção de alimentos ser suficiente para abastecer toda a população mundial, principalmente a população brasileira – fato comprovado pelas super-safras

produzidas, dentre outros países, pelo Brasil e pelos Estados Unidos da América ano a ano –, a pouca disponibilidade de renda monetária das famílias constitui um obstáculo para o acesso aos alimentos por grande parte da população em diversas regiões do planeta, sendo essa pouca disponibilidade de renda ocasionada, em maior ou menor índice conforme o país, pela concentração de renda traduzida em má distribuição da renda nacional. (MALUF, 2004).

Significa dizer que o problema não reside na produção, mas na (in)capacidade de aquisição de alimentos por parcela considerável da população – aquela que sobrevive com renda mensal de até um salário mínimo vigente. Contudo, o simples reconhecimento desse fato não soluciona o problema; é necessário considerar, também, os aspectos de cunho socioeconômico, cultural, espacial e ambiental ligados à produção de alimentos – o que significa ir além da simples disponibilidade física de bens. (MALUF, 2004).

Ainda segundo esse autor

A forma como se organiza a produção agroalimentar reflete as opções de desenvolvimento de um país (ou região) nos aspectos considerados, bem como determina as condições em que os alimentos são ofertados à população em termos de disponibilidade, qualidade e preço. (MALUF, 2004, p. 301).

Na busca do desenvolvimento, o atendimento das necessidades básicas, entre essas a alimentação, depende da oferta de mercadorias e da renda disponível da população, mas essa análise requer cuidados adicionais, pois a oferta de produtos agrícolas pode não ser necessariamente a produção de alimentos e a concentração da riqueza produzida pode mascarar a renda disponível – vale destacar que a renda *per capita* não retrata a forma como a riqueza está distribuída.

2.5 Estudo da Cesta Básica no Brasil

2.5.1 Inflação

A análise econômica utiliza-se de dados numéricos e estatísticos para facilitar o entendimento de diversos fatos: variação do nível geral de preços, consequências do reajuste ou aumento de salários na economia em geral, variações na procura ou na produção de determinados produtos (ou de todos eles), etc., o que remete a cenários macroeconômicos e, sendo assim, é importante considerar a inflação, pois seus efeitos recaem sobre a demanda

agregada. Devido à importância desse indicador, este trabalho limita-se a uma abordagem conceitual tratando seus efeitos e suas causas, de forma superficial, na medida em que possa facilitar o entendimento da necessidade e da importância dos índices de inflação – a medida da inflação – sem, contudo, discorrer sobre planos de estabilização econômica.

O estudo da cesta básica está intrinsecamente relacionado à variação do poder aquisitivo do trabalhador, principalmente aquele de baixa renda – o que ganha um salário mínimo vigente –, pois se os preços dos produtos que compõem a cesta básica sofrem alta de preço o trabalhador tem seu poder aquisitivo diminuído, já que o seu salário é reajustado periodicamente. À alta generalizada e contínua de preços dá-se o nome de inflação.

Nas últimas décadas o Brasil enfrentou graves problemas relacionados à inflação, mais precisamente até meados de 1994, e foi somente a partir daí que conseguiu combater o processo inflacionário – controlar a inflação.

De acordo com Souza (2009, p. 180), “a inflação pode ser definida como uma situação em que há um aumento contínuo e generalizado de preços.” Essas características de continuidade e de generalidade fazem da inflação um processo e não uma ocorrência passageira, daí o porquê de a inflação ser considerada problema grave para a economia de qualquer nação. Por outro lado, se os preços baixam de forma generalizada e contínua tem-se o fenômeno inverso à inflação – a deflação.

Embora a inflação exista há muito tempo, não era mencionada nos dicionários; talvez porque não chegasse a ser um problema muito importante para a sociedade. Com a expansão do sistema bancário e dos meios de pagamento, os agentes econômicos passaram a se preocupar com a inflação. (SOUZA, 2009).

Para Sandroni (1999), a inflação significa:

Aumento persistente dos preços em geral, de que resulta uma contínua perda do poder aquisitivo da moeda. É um fenômeno monetário, e isso coloca uma questão básica: se é a expansão da oferta de moeda que tem efeito inflacionário ou se ela ocorre como resposta à maior demanda de moeda provocada pela inflação. (SANDRONI, 1999, p. 301).

Por ser um processo de aumento contínuo e generalizado de preços, a inflação não pode ser confundida com altas esporádicas de preços – estas são somente ajustes de preços. Ajustes de preços ocorrem quando apenas os preços dos bens produzidos por alguns setores

da economia aumentam por determinado período de tempo e se estabilizam, cessando os aumentos.

2.5.2 Efeitos da inflação

A inflação provoca uma série de problemas e distorções na economia de uma nação, com graves efeitos para todos os segmentos. A maior evidência disso é que o governo de qualquer país sujeito a graves pressões inflacionárias elege, como meta prioritária, o combate à inflação, utilizando, para tanto, políticas públicas constituídas de um conjunto de medidas e ações. Essas políticas públicas que têm por objetivo combater a inflação são chamadas de planos de estabilização econômica.

A gravidade dos problemas e distorções causados pela inflação, entretanto, vão depender do grau e da intensidade com que ela ocorre, ou seja, um país com uma inflação de 10% ao ano tem uma preocupação bem menor do que outro cuja inflação é da ordem de 100% ao ano.

Se uma economia apresenta uma inflação de 10% ao ano durante certo tempo, diz-se que a inflação está estabilizada em 10% ao ano, mas não os preços, pois estes continuam subindo em média 10% a cada ano. Por outro lado, se a inflação passa de 10% num período para 20% no ano seguinte, e depois para 30% no próximo, significando que os preços estarão subindo e subindo cada vez mais, então existe uma aceleração inflacionária, ou seja, na presença de uma aceleração inflacionária a inflação tende a ser mais elevada a cada ano. (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2009),

Ainda segundo esses autores, a inflação pode ser considerada moderada (ou rastejante) se os preços gerais sobem a taxas relativamente pequenas. Ao contrário, se os preços sobem a taxas muito elevadas, tem-se a hiperinflação. Entretanto, não há uma taxa limite para separar a inflação moderada da hiperinflação.

De modo geral, a hiperinflação é uma situação em que a perda do poder aquisitivo da moeda é tão grande ao ponto de fazer com que as pessoas abandonem a moeda corrente, passando a utilizar outra moeda (normalmente uma moeda forte) para definir os preços das mercadorias e até mesmo como meio de pagamento, podendo, inclusive, preferirem trocar mercadorias por mercadorias, a exemplo do que ocorreu na Alemanha no ano de 1923.

As maiores taxas de inflação ocorreram na Alemanha. Em janeiro de 1923, um dólar valia 18 mil marcos. Em novembro do mesmo ano a cotação passou a ser de 1 dólar por 4,2 trilhões de marcos. O marco alemão deixou de servir de parâmetro para as trocas e as mercadorias passaram a ser trocadas por mercadorias; no final de 1923 a moeda alemã estava praticamente destruída. (FLEMANT, 1973, p. 32, apud SOUZA, 2009, p. 179).

Dentre os efeitos causados pela inflação – do ponto de vista social –, talvez o mais grave seja o efeito sobre a distribuição de renda. A distribuição de renda diz respeito à proporção em que a renda (ou o produto) é distribuída entre os proprietários dos fatores de produção (terra, capital, trabalho, capacidade empresarial e conhecimento tecnológico).

Um processo inflacionário causa a diminuição do poder de compra da moeda, significando que as pessoas que recebem rendimentos fixos (salários, aluguéis, pensões, etc.) perdem mais, pois, se de um lado os preços sobem constantemente (às vezes, diariamente), os rendimentos fixos só são reajustados periodicamente e, entre um reajuste e outro, a depender da taxa de inflação, as perdas podem ser desastrosas. Os proprietários de imóveis alugados perdem menos que os assalariados e os pensionistas, haja vista que suas propriedades valorizam com a inflação (os preços dos imóveis também sobem). Já os empresários e os profissionais liberais perdem menos, pois têm como repassar os aumentos de seus custos para os preços finais de seus produtos. (VASCONCELOS, 2007).

Segundo Souza,

A inflação é um dos fenômenos econômicos mais perversos, porque subtrai parte das rendas dos consumidores, afetando mais os que recebem rendimentos fixos e a população pobre, que não consegue se resguardar de seus efeitos, nem mesmo parcialmente. (SOUZA, 2009, p.179).

A inflação provoca também *déficit* no balanço de pagamentos, pois quando ocorre a taxas em níveis superiores ao aumento dos preços externos os produtos nacionais ficam relativamente mais caros que os produzidos fora do país, o que diminui sobremaneira a competitividade das empresas nacionais no mercado externo. Desta forma, haverá estímulo às importações e desestímulos às exportações, reduzindo o saldo da balança comercial, data à tendência de o valor das importações superar o das exportações. (SOUZA, 2009).

Outro efeito negativo da inflação é percebido nas expectativas sobre o futuro, por causar incertezas no setor privado quanto ao retorno dos investimentos. No decorrer de um processo inflacionário os empresários se mantêm numa posição de espera enquanto durar a

situação e dificilmente tomarão iniciativas no sentido de aumentarem seus investimentos para expandir a capacidade produtiva. Desta forma, a capacidade produtiva e o nível de emprego são negativamente afetados pela inflação. (SILVA; LUIZ, 2010).

O mercado de capitais também é impactado negativamente pela inflação. A deterioração da moeda, pela redução de seu poder de aquisitivo, desestimula a aplicação em capitais financeiros e estimula a aplicação em capitais não financeiros (imóveis, joias, metais preciosos, etc.). (VASCONCELLOS, 2007).

Devido aos prejuízos causados pela inflação à economia, os governos estão sempre preocupados em combatê-la e, para tanto, utilizam-se de planos de estabilização econômica. Para a adoção de planos de estabilização econômica eficientes e eficazes faz-se necessário, entretanto, conhecer as causas da inflação. (SILVA; LUIZ, 2010).

2.5.3 Causas da inflação

A inflação deriva, basicamente, de duas causas: uma delas diz respeito ao excesso de demanda agregada ocasionado por emissões de moeda – inflação de demanda, enquanto a outra está relacionada à elevação dos custos de produção das empresas – inflação de custos. (SOUZA, 2009).

A causa da inflação de demanda reside nas emissões de moeda pelo governo para financiar déficits públicos, o que permite aumentar a demanda agregada de bens e serviços, sem a contrapartida do aumento da produção. Dado que a demanda é exercida pela moeda, utilizada pelas pessoas para realizarem suas compras, a inflação de demanda pode ser entendida como excesso de dinheiro na economia, ou seja, muito dinheiro para poucos bens e serviços. (SILVA; LUIZ, 2010).

Para combater esse tipo de inflação o governo deve adotar políticas que visem à inibição da demanda: (a) uma política monetária contracionista, capaz de reduzir a quantidade de moeda na economia (limitações aos empréstimos e financiamentos, controle rígido das emissões de moeda, aumento da parcela dos depósitos à vista recolhida ao Banco Central pelos bancos comerciais, etc.); e, (b) uma política fiscal aumentando a carga tributária (redução na renda disponível do setor privado, via congelamento de preços e salários, que terá

como reflexo a redução da demanda agregada) e o corte de gastos gerais do governo. (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO Jr, 2009).

Quanto à inflação de custos, segundo os mesmos autores, esta tem sua origem na oferta de bens e serviços e é causada por aumentos dos custos de produção (elevação dos salários além do aumento da produtividade da mão de obra, aumento dos preços de insumos, de matérias-primas, etc.), repassados para o consumidor pelo aumento do preço final do produto. Um fator agravante é a existência de monopólio ou de oligopólio, pois sem o perigo da concorrência, as empresas buscam lucros extraordinários pelo aumento dos preços de seus produtos. O controle desse tipo de inflação se dá mediante acompanhamento dos custos de produção das empresas pelo governo que só autoriza aumentos de preços se realmente tiver havido aumento substancial nos custos de produção. (SILVA; LUIZ, 2010).

Para Vasconcellos (2007), a explicação mais frequente para a ocorrência da inflação de custos está associada aos choques de oferta (aumento dos preços das matérias-primas, choques agrícolas por quebra de safras, etc.).

Assim, por exemplo, nos anos 70 a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) reduziu drasticamente a produção de petróleo, o que elevou consideravelmente seu preço no mercado internacional. Para os países importadores de petróleo, como o Brasil, isso significou um aumento importante dos custos de produção, o que terminou sendo repassado a preços. Além disso, o racionamento de combustível reduziu a produção agregada e o emprego, gerando o fenômeno da estagflação (estagnação econômica com inflação). (VASCONCELLOS, 2007, p. 342).

Para Vasconcellos (2007), além dos fatores já descritos como principais causas da inflação, no Brasil o processo inflacionário foi também associado à inércia inflacionária e às expectativas de inflação futura.

A inércia inflacionária significa a resistência que os preços da economia exercem contra as políticas de estabilização econômica que atacam as causas primárias da inflação. Isso ocorre porque, num processo inflacionário, os agentes econômicos desenvolvem mecanismos para se protegerem dos efeitos da inflação, como por exemplo, a indexação dos diversos tipos de contrato (aluguel, trabalho, financiamento, etc.). Se atacadas as causas primárias da inflação e esses contratos não forem desindexados, os preços não baixarão devido à perpetuação da inflação, também chamada de memória inflacionária. (VASCONCELLOS, 2007).

A inflação de expectativas refere-se aos aumentos de preços promovidos pelas expectativas dos agentes econômicos de que a inflação futura poderá ser maior que a atual, pelo que procuram assegurar suas margens de lucro via aumento dos preços. Esse fator tem ocorrido frequentemente no Brasil em períodos que antecedem as mudanças de governo – os empresários procuram se resguardar contra congelamentos de preços e salários elevando os preços de seus produtos. (VASCONCELLOS, 2007).

Ainda segundo esse autor, a partir dos anos 1950 destacou-se na América Latina uma corrente que associa a inflação no continente a tensões de custos causadas por deficiências na estrutura econômica – a corrente estruturalista. Para os estruturalistas a inflação tem suas causas: (a) na estrutura agrária, devido à existência de latifúndios improdutivos e devido ao fato de a agricultura não responder ao aumento da demanda de alimentos, o que leva ao aumento dos preços dos alimentos; (b) na estrutura oligopólica de mercado, o que permite às empresas a fixação e manutenção de suas margens de lucro repassando os aumentos dos custos de produção para os preços finais de seus produtos; e, (c) na estrutura do comércio internacional devido às frequentes desvalorizações cambiais que os países subdesenvolvidos são obrigados a promover na busca de corrigir os constantes déficits de suas balanças comerciais, estes gerados pela deterioração dos termos de troca por exportarem produtos primários (relativamente baratos) e importarem produtos manufaturados (relativamente caros).

As escolas brasileiras de teoria econômica, segundo Vasconcellos (2007), sempre estiveram integradas a diversos centros de estudo de Economia de diversas partes do mundo. Entretanto, algumas aplicações práticas da teoria econômica foram muito estudadas no Brasil, sobretudo no que diz respeito à questão da inflação, como por exemplo, a visão inercialista e o debate entre estruturalistas e monetaristas. O Quadro 2 sintetiza a discussão sobre inflação no Brasil.

Corrente	Causas principais	Políticas anti-inflacionárias
Monetaristas (liberais ou neoliberais)	<ul style="list-style-type: none"> • Desequilíbrio do setor público (o déficit e a dívida pública provocam o descontrole monetário, causando inflação) 	<ul style="list-style-type: none"> • Ajuste fiscal (para reduzir o déficit e a dívida pública via privatização e reformas fiscal, previdenciária) • Controle monetário (juros e moeda) • Liberação do comércio exterior (abertura comercial e valorização cambial)
Inercialistas	<ul style="list-style-type: none"> • Indexação generalizada da economia (formal e informal) 	<ul style="list-style-type: none"> • Desindexação (para apagar a memória ou inércia inflacionária, via congelamento de preços, salários e tarifas – Plano Cruzado e Plano Bresser; ou troca de moeda – Plano Real)
Estruturalistas	<ul style="list-style-type: none"> • Conflitos distributivos (pressões de margens de lucros, pressões salariais, pressões de tarifas e preços públicos provocam inflação) 	<ul style="list-style-type: none"> • Controle de preços de oligopólios • Controle cambial • Reformas estruturais

Quadro 2 – Inflação no Brasil e as correntes econômicas
 Fonte: Adaptado de Vasconcellos (2007).

Conhecida a inflação, suas causas e seus efeitos, é preciso medi-la de forma a auxiliar os diversos agentes econômicos em suas decisões de investimento, de alocação de recursos e de combinação dos insumos produtivos.

Medir a inflação significa avaliar as variações do nível geral de preços ocorrido na economia, mediante a utilização de índices de preços – também denominados índices de inflação.

2.5.4 Índices de inflação

Os índices de inflação, ou índices de preços, são utilizados para avaliar a variação do nível geral de preços na economia, durante determinado período de tempo. Não obstante a existência de grande número de índices de preços no Brasil, estes estão divididos, basicamente, em dois tipos: (a) os Índices Gerais de Preços (IGPs), que pesquisam os preços de todos os bens e serviços produzidos na economia buscando transmitir uma ideia da inflação; e, (b) os Índices de Preços ao Consumidor (IPCs), pesquisam os preços dos bens e serviços consumidos pelas famílias. (SILVA; LUIZ, 2010).

Os índices mais difundidos no Brasil são os índices de preços ao consumidor, que medem a variação do custo de vida de segmentos da população (a taxa de inflação ou de deflação). (BANCO CENTRAL, 2013).

O Quadro 3 mostra o conjunto de indicadores de inflação utilizados no Brasil.

Indicadores	Critérios de cálculo	Utilização/objetivo
DI-PIB: Deflator Implícito do PIB	Média ponderada dos índices de variação de preços da agricultura (peso 1,52), indústria (peso 5,38), comércio (peso 3,22), transportes e comunicação (peso 0,77).	Determinação no deflacionamento dos agregados das contas nacionais.
IGP-DI: Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna	Calculado pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV-RJ) entre 1 e 30 de cada mês. Compreende a média ponderada do IPA (peso 6), IPC-RJ (peso 3) e INCC (peso 1). Exclui a variação de preços dos produtos exportados.	Correção de valores nos contratos em geral.
IGP-FGV: Índice de Preços ao Consumidor	Calculado pela FGV-RJ. Mede a inflação para famílias com rendimentos entre 1 e 33 salários mínimos, nas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, entre o dia 12 e 30 do mês.	Negociações salariais, por indicar os efeitos da inflação no orçamento dos trabalhadores. Contratos de longo prazo, como aluguéis.
IGP-M: Índice Geral de Preços de Mercado	Calculado pela FGV-RJ. É composto por: IPA (60%), IPC (30%) e INCC (10%). A coleta de preços é feita entre os dias 21 do mês anterior e 20 do mês corrente, com divulgação no dia 30. É um dos índices mais utilizados no Brasil.	Correções de títulos do Tesouro Nacional e depósitos bancários com renda pós-fixada acima de um ano. Contratos de aluguel e reajuste de tarifas de energia elétrica.
INPC: Índice Nacional de Preços ao Consumidor	Calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre 1º e 30 de cada mês (famílias das regiões metropolitanas com rendas salariais de um e cinco salários mínimos). Ponderação: Belém (7,03%), Belo Horizonte (11,04%), Brasília (2,39%), Curitiba (7,29%), Fortaleza (6,61%), Goiânia (5,27%), Porto Alegre (7,38%), Recife (7,17%), Rio de Janeiro (9,91%), Salvador (10,67%), São Paulo (25,24%).	Orientar os reajustes de salários dos trabalhadores dos setores público e privado.
IPCA: Índice de Preços ao Consumidor Amplo	Calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre 1º e 30 de cada mês (famílias das regiões metropolitanas com rendas de qualquer natureza de um e quarenta salários mínimos). Ponderação: Belém (4,65%), Belo Horizonte (11,23%), Brasília (3,46%), Curitiba (7,79%), Fortaleza (3,49%), Goiânia (4,44%), Porto Alegre (8,40%), Recife (5,05%), Rio de Janeiro (12,46%), Salvador (7,35%), São Paulo (31,68%).	Corrigir as demonstrações financeiras das companhias abertas e servir de referência para o estabelecimento de metas de inflação do Banco Central do Brasil.
ICVM: Índice do Custo de Vida da Classe Média	Calculado pela Ordem dos Economistas do Brasil. O Índice compara os preços médios do mês atual com os preços médios do mês imediatamente anterior. A pesquisa de preços envolve o município de São Paulo e as despesas das famílias com renda mensal de dez a quarenta salários mínimos.	Determinar o índice de custo de vida da classe média.

Quadro 3 – Principais indicadores de inflação utilizados no Brasil

Fonte: Adaptado de Souza, 2009.

Ainda que reconhecida a importância de todos esses índices para os diversos segmentos da economia, merece destaque o IPCA que, segundo o IBGE (2012), foi criado

com a finalidade de oferecer, para todos os fins práticos, a medida do movimento geral dos preços no mercado varejista e, também, de ser o indicador da inflação segundo o consumo pessoal, pelo que é utilizado pelo Banco Central do Brasil (BACEN), desde janeiro de 1999, como parâmetro principal no monitoramento do sistema de metas de inflação no Brasil. (BACEN. 2013).

Segundo o IBGE (2012), o índice acompanha a variação dos preços de todos os bens e serviços consumidos pelas famílias com renda de qualquer natureza, compreendida entre um e quarenta salários mínimos, em dez regiões metropolitanas mais o Distrito Federal, o que garante cobertura acima de 90% das famílias residentes no país, e é calculado a partir da agregação dos índices regionais obtidos nas áreas pesquisadas, segundo as estruturas de gastos geradas a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008-2009 (Tabela 2).

Tabela 2 – IPCA, ponderação dos índices metropolitanos (%)

Região	Ponderação (%)
Belém	4,65
Belo Horizonte	11,23
Brasília	3,46
Curitiba	7,79
Fortaleza	3,49
Goiânia	4,44
Porto Alegre	8,4
Recife	5,05
Rio de Janeiro	12,46
Salvador	7,35
São Paulo	31,68
Soma	100,00

Fonte: IBGE (2012)

Ainda de acordo com o IBGE (2012), a pesquisa de preços do IPCA considera os seguintes grupos principais de despesa: alimentação e bebidas, habitação, artigos de residência, vestuário, transportes, saúde e cuidados pessoais, despesas pessoais, educação e comunicação, num total de 365 subitens distribuídos nesses grupos. Mensalmente o peso relativo de cada grupo é reestimado levando-se em consideração a cesta de consumo na data-base e a variação relativa dos preços dos bens e serviços do grupo (Tabela 3).

Tabela 3 – IPCA ponderação % dos grupos de despesa e número de subitens por grupo

Grupo	Ponderação (%)	Número de subitens por grupo
Alimentação e bebidas	30,01	154
Habitação	16,25	28
Artigos de residência	5,33	32
Vestuário	7,97	34
Transportes	16,53	28
Saúde e cuidados pessoais	9,59	37
Despesas pessoais	7,26	26
Educação	2,93	18
Comunicação	4,13	8
Soma	100,00	365

Fonte: IBGE (2012)

Os dados apresentados (Tabela3) denotam a relevância do peso do grupo alimentação e bebidas (30,01%) no total das despesas – daí a importância de se comparar a variação ocorrida nos preços dos alimentos que compõem a cesta básica de Imperatriz, durante o período estudado (setembro/2009 a agosto/2012), com o IPCA. Vale destacar também que a soma do peso desse grupo com os pesos dos grupos habitação (16,25%) e transportes (16,53%) atinge o valor 62,79% dos gastos totais – restando, pois, apenas 37,21% para enfrentar as demais despesas (artigos de residência, vestuário, saúde e cuidados pessoais, despesas pessoais, saúde e comunicação).

A política social no Brasil teve início na década de 1930, durante o governo do presidente Getúlio Vargas, quando, em 1937/38, dentro do contexto de sua política trabalhista, a Lei nº. 185 (janeiro/1936) e o Decreto Lei nº. 399 (abril/1938) regulamentaram a instituição do salário mínimo, que teve seu primeiro valor fixado pelo Decreto Lei nº. 2162, de 1º de maio de 1940. (Ministério da Fazenda, 2002).

Para tanto, dividiu-se o país em 22 regiões (os 20 estados existentes na época, mais o território do Acre e o Distrito Federal). Essas 22 regiões, que correspondiam a estados, foram ainda divididas em sub-regiões, num total de 50, e para cada sub-região fixou-se um valor para o salário mínimo, num total de 14 valores distintos em todo o Brasil. (Ministério da Fazenda, 2002).

O critério utilizado para definir o valor do salário mínimo levava em conta a possibilidade de compra da cesta básica de alimentos, cujo valor não deveria ultrapassar o

percentual de 20% do valor definido para o salário mínimo e considerar, ainda, os demais itens de despesa, segundo o IBGE (apud ESCODA et al, 2001), são os seguintes: educação 5%, vestuário 8%, lazer 7%, habitação 30%, saúde 9%, transporte 10%, reserva 5%, imposto 6%.

Art. 6º O salário mínimo será determinado pela fórmula $S_m = a + b + c + d + e$, em que **a**, **b**, **c**, **d** e **e** representam, respectivamente, o valor das despesas diárias com alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte necessários à vida de um trabalhador adulto.

§1º A parcela correspondente à alimentação terá um valor mínimo igual aos valores da lista de provisões – constantes dos quadros anexos – necessárias à alimentação diária do trabalhador adulto. (DECRETO LEI Nº. 399, de 30 de abril de 1938).

Embora existam no Brasil várias propostas de composição para diferentes cestas básicas, o fato é que ainda não se chegou à definição de uma cesta assumida como referência por todos: governo, sociedade e academia. As divergências estão centradas, principalmente, entre a preferência por uma cesta que seja composta por alimentos de maior consumo (independentemente de seus valores nutricionais) e outra composta por alimentos que assegurem a plena necessidade nutricional. Merecem destaque, entretanto, três propostas de cestas básicas no Brasil: a do Decreto 399/38, a do PROCON/DIEESE e a do Estudo Multicêntrico/Ministério da Saúde.

A Cesta Básica que consta do Decreto Lei nº. 399 (30/04/1938), que regulamentou a Ração Essencial Mínima, é constituída de uma lista de alimentos destinados à manutenção de um trabalhador adulto. Esta cesta é pesquisada e divulgada mensalmente pelo Dieese e continua, ainda hoje, sendo a mais utilizada como referência para estudos sobre o poder aquisitivo do trabalhador assalariado. Embora já tenha sido atualizada em alguns itens (como, por exemplo: a substituição da banha pelo óleo, a exclusão da batata para a região dois e a inclusão do leite tipo longa vida integral, devido ao progressivo desaparecimento do leite tipo natural do comércio), ainda não contempla uma série de produtos que, na realidade, são amplamente consumidos (a exemplo dos produtos de limpeza, de higiene e grande quantidade de produtos alimentares de consumo regional).

A Cesta Básica PROCON/DIEESE assumiu importância já há alguns anos, devido à divulgação mensal da relação de seu custo comparado com o salário mínimo, para quase todas as capitais dos estados brasileiros. Esta cesta contempla, além de produtos alimentícios, alguns produtos de limpeza e de higiene pessoal, totalizando 31 componentes presentes no

consumo mensal de uma família formada por quatro pessoas, com renda familiar de 10,3 salários mínimos.

Quanto à cesta proposta no Estudo Multicêntrico/Ministério da Saúde (1996/97), teve por objetivo estabelecer uma cesta básica composta por alimentos mais consumidos pela população e de forma adequada em termos nutricionais. A pesquisa, entretanto, levava em conta apenas a realidade dos hábitos alimentares da região Centro-Sul – razão pela qual o estudo não foi concluído.

A economia e a situação nutricional de uma população estão intrinsecamente relacionadas.

O estado nutricional de uma população, ou de um indivíduo, é determinado na ordem social e desta resultam suas condições de vida, tais como: renda, habitação, preços, subsídios, produção agrícola, etc. A produtividade do trabalhador depende, em parte, da reprodução de sua força de trabalho e esta, por conseguinte, depende do consumo adequado de alimentos em termos quantitativos e qualitativos, ou seja, um indivíduo adequadamente nutrido tende a produzir mais que outro inadequadamente nutrido. (ESCODA et al., 2001, p. 1).

Embora muito se discuta o assunto com foco na busca de possibilidades para a melhoria da renda das classes menos favorecidas, verifica-se que no Brasil grande parte da população ainda sobrevive em situação nutricional vulnerável devido ao baixo poder aquisitivo (Tabela 4), o que exige dos governos federal, estadual e municipal a adoção de políticas públicas que visem a evitar as quebras de produção, os efeitos de calamidades (secas, chuvas excessivas, etc.), as quedas de salários, o desemprego e ainda promover melhorias na distribuição de renda.

Tabela 4 – Distribuição percentual das pessoas ocupadas, por classes de rendimento nominal mensal do trabalho principal, Brasil e Grandes Regiões, 2010

Regiões	Com rendimento até 2 SM			Mais de 2 SM
	Até 1 SM	Mais de 1 a 2 SM	Total	
Brasil	33,20	33,06	66,26	27,11
Norte	42,18	25,91	68,09	19,93
Nordeste	51,93	20,43	72,36	14,05
Sudeste	25,63	38,47	64,10	33,04
Sul	23,88	39,27	63,15	31,57
Centro-Oeste	29,46	35,07	64,53	31,33

Fonte: Adaptado de IBGE (Censo Demográfico 2010).

Notas:

1 – Salário mínimo utilizado (SM): R\$ 510,00.

2 – Excluídas as pessoas sem rendimento, que receberam somente em benefícios.

A Tabela 4 mostra que 66,26% da população brasileira sobrevivem com renda de até dois salários mínimos vigentes; com destaque para o fato de que os que sobrevivem com renda de até um salário mínimo representam 33,20% da população brasileira (praticamente um terço) – um cenário que preocupa. No Nordeste esse cenário é ainda mais preocupante, pois os que se enquadram na faixa de rendimento de até dois salários mínimos correspondem a 72,36% do total da população da região; vale destacar que, desses, mais da metade (51,93%) da população nordestina sobrevive com renda de até um salário mínimo.

Observa-se também na Tabela 4 que todas as regiões brasileiras apresentam parcelas superiores a 23,00% da população com renda de até um salário mínimo – os casos mais graves são o da Região Norte (42,18%) e o da Região Nordeste (51,93%), onde a cidade de Imperatriz está inserida. Esse cenário revela o estado de vulnerabilidade de grande parte da população brasileira, sobretudo o da população nordestina – onde o contingente de baixa renda é maior – quanto ao atendimento das necessidades básicas, inclusive no que respeita à segurança alimentar comprometendo sobremaneira a qualidade de vida da população, o que constitui grave entrave ao desenvolvimento.

O conhecimento do comportamento dos preços dos alimentos que constituem a cesta básica torna-se, pois, de fundamental importância no sentido de auxiliar os governos na busca de soluções capazes de reverterem esse quadro, seja na definição e/ou implementação de políticas públicas com vistas a estimularem o aumento da produção de alimentos – principalmente de alimentos básicos – a promoverem não só melhoria na renda, mas também uma melhor distribuição do produto, contribuindo para a diminuição das desigualdades

sociais com melhorias na qualidade de vida, o que constituirá verdadeira alavancagem rumo ao desenvolvimento.

A pesquisa da Cesta Básica Nacional (CBN) – ração mínima definida pelo Decreto Lei nº. 399 – foi iniciada em 1959 pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), em paralelo à pesquisa para o cálculo do Índice do Custo de Vida (ICV) no município de São Paulo – a partir dos preços coletados mensalmente para o cálculo do ICV começou-se a acompanhar, também, os preços dos treze produtos básicos, com as respectivas quantidades, apresentados pelo Decreto Lei nº. 399/1938. (DIEESE, 1993 – Metodologia de pesquisa da Cesta Básica Nacional).

Ao longo dos anos, com a criação dos Escritórios Regionais do DIEESE, passou-se a acompanhar o custo da cesta em dezessete capitais do país, distribuídas em quatro macrorregiões: Região Centro-Oeste (Brasília e Goiânia), Região Sudeste (Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Vitória), Região Sul (Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre) e Região Norte-Nordeste (Aracajú, Belém, Fortaleza, João Pessoa, Manaus, Natal, Recife e Salvador).

A pesquisa da Cesta Básica, divulgada pelo DIEESE, permite acompanhar mensalmente a variação dos preços de cada um dos produtos que compõem a cesta básica (ração essencial mínima) definida pelo Decreto Lei nº. 399/1938, o custo de cada um deles e quantas horas um trabalhador que ganha salário mínimo precisa trabalhar para adquiri-los. A pesquisa permite também calcular o custo da Cesta Básica Nacional e valor do Salário Mínimo Necessário, que, divulgados mensalmente pelo DIEESE, constituem-se, ambos, em importantes instrumentos de subsídio à definição de políticas públicas – principalmente em defesa do poder aquisitivo do trabalhador de baixa renda.

2.5.1 Cálculo da Quantidade de Horas Trabalhadas para Adquirir a Cesta

A quantidade de horas trabalhadas mensalmente (Q_{HM}), para adquirir a cesta, foi calculada pela relação:

$$\frac{\text{Salário mínimo}}{220 h} = \frac{\text{Custo da cesta}}{Q_{HM}} \quad (\text{Equação 4})$$

De onde se conclui que:

$$Q_{HM} = \frac{\text{Custo da cesta}}{\text{Salário mínimo}} \times 220 h \quad (\text{Equação 5})$$

Onde:

Q_{HM} = Quantidade de horas trabalhadas mensalmente para adquirir a cesta básica;

Custo da cesta = custo mensal da cesta básica (ração mínima essencial), equivalente; ao preço da cesta de maior valor dentre as regiões pesquisadas pelo Dieese;

Salário Mínimo = valor do salário mínimo vigente;

220 h = jornada mensal normal de trabalho.

2.5.2 Cálculo do Salário Mínimo Necessário

A Constituição Federal, promulgada em 5 de outubro de 1988, define o salário mínimo como aquele fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas (do trabalhador) e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim. (Constituição Federativa do Brasil, art. 7º – IV).

Para calcular o Salário Mínimo Necessário, o DIEESE considera o preceito constitucional de que o salário mínimo deve atender às necessidades básicas do trabalhador e de sua família e que é único para todo o país. Usa como base também o Decreto Lei nº 399, que estabelece que o gasto com alimentação de um trabalhador adulto não pode ser inferior ao custo da Cesta Básica Nacional.

A família considerada para o cálculo é composta de 2 adultos e 2 crianças, que, por hipótese, consomem como 1 adulto.

Utilizando-se o custo da maior cesta, dentre as 18 capitais que pesquisam a Cesta básica Nacional, e multiplicando-se por 3, obtém-se o gasto alimentar de uma família.

A Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) realizada pelo Dieese no município de São Paulo em 1994/1995 demonstra que a alimentação representa 35,71% das despesas das famílias do Estrato 1 (baixa renda). Comparando-se o custo familiar da alimentação (a maior ração multiplicada por 3), com a parcela orçamentária das famílias de baixa renda (35,71%),

pode-se inferir o orçamento total, capaz de suprir, também, as demais despesas como habitação, vestuário, transporte, etc.

Assim, pode-se resumir o cálculo do salário mínimo necessário (*SmN*) da seguinte forma:

$$\frac{CFA}{SmN} = \frac{0,3571}{1,0000} \quad (\text{Equação 6})$$

$$SmN = \frac{CFA}{0,3571} \quad (\text{Equação 7})$$

Onde:

SmN = Salário mínimo necessário

CFA = Custo familiar de alimentação, correspondente a três vezes custo mensal da cesta básica (ração mínima essencial) de maior valor dentre as regiões pesquisadas pelo Dieese (a família padrão é supostamente constituída de três pessoas adultas);

0,3571 = forma unitária de 35,71% (percentual representativo dos gastos familiares com alimentação segundo a POF 1994/1995 para o município de São Paulo).

O Salário Mínimo Necessário, calculado mensalmente como uma estimativa do que deveria ser o salário mínimo nominal é, também, um instrumento utilizado pelos sindicatos de trabalhadores para denunciar o descumprimento do preceito constitucional que estabelece as bases para a determinação da menor remuneração que vigora no país.

3 MÉTODO

Segundo Gil (2000), o estudo de caso caracteriza-se pelo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos de forma a permitir seu conhecimento amplo e detalhado, com o propósito de, dentre outros, explicar as variáveis causais de determinado fenômeno.

Para Silva e Menezes (2005), a pesquisa é de abordagem quantitativa quando requer o uso de recursos e técnicas estatísticas para classificar e analisar os dados coletados. Já a pesquisa de abordagem qualitativa não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas e os pesquisadores tendem a interpretar e analisar seus dados de maneira indutiva.

A pesquisa da Cesta Básica em Imperatriz foi um estudo de caso com abordagem quantitativa e qualitativa, descritiva quanto ao objetivo e de campo quanto ao procedimento técnico.

O estudo relacionou as variáveis cesta básica e renda do trabalhador que ganha um salário mínimo nominal pelo cálculo da quantidade de horas de trabalho despendidas mensalmente para adquirir a cesta e do cálculo do salário mínimo necessário para atender as necessidades básicas do trabalhador e de sua família no município de Imperatriz – MA, em São Luís (capital do estado) e nas demais capitais da região 2 (Norte-Nordeste) definida pelo DIEESE.

A população é constituída pelos estabelecimentos que comercializam alimentos na cidade de Imperatriz. A amostra foi composta por vinte e quatro estabelecimentos comerciais (um deles localizado no centro e os demais vinte e três localizados em dezesseis bairros) nos quais foram coletados, mensalmente, os preços dos produtos que compõem a cesta básica definida pelo DIEESE para a região 2 (Norte-Nordeste).

A amostra foi definida em julho de 2009, ao início da pesquisa que subsidiou a monografia do autor em sua graduação no curso de Ciências Econômicas. Para definir os locais de compra (componentes da amostra), dividiu-se a cidade de Imperatriz em sete regiões e em cada uma delas foram aplicados 150 questionários, totalizando 1.050 questionários, cujo objetivo era identificar os estabelecimentos onde os produtos que compõem a cesta eram mais frequentemente adquiridos, mas com o cuidado de se compor a amostra de entrevistados por famílias cuja renda familiar não ultrapassasse 1,5 SM.

A pesquisa acompanhou, mensalmente, no período de outubro de 2011 a agosto de 2012, os preços dos doze produtos que compõem a cesta, calculando os gastos de um

trabalhador para adquiri-los nas quantidades determinadas pelo D.L. nº. 399/1938. Outros pontos abordados pela pesquisa foram: (a) a quantidade de horas que um trabalhador que ganha salário mínimo nominal teve que trabalhar para adquirir tal cesta; e, (b) o salário mínimo necessário que o trabalhador deveria receber de forma que pudesse sustentar a si e à sua família.

3.1 Base de Dados

A base de dados do presente estudo foi constituída da seguinte forma:

- a) para a cidade de Imperatriz
 - período de setembro de 2009 a janeiro de 2010, dados da monografia do autor (graduação em Ciências Econômicas pela Faculdade de Imperatriz);
 - período de fevereiro de 2010 a setembro de 2011, dados do Departamento de Economia da Faculdade de Imperatriz;
 - período de outubro de 2011 a agosto de 2012, dados da pesquisa de campo.
- b) para a cidade de São Luís, dados do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), no período de setembro de 2009 a agosto de 2012;
- c) para as capitais da região 2 (Norte-Nordeste), dados do DIEESE no período de setembro de 2009 a agosto de 2012.

3.4 Coleta de Dados

Para a coleta de dados na cidade de Imperatriz foi utilizado um formulário de coleta de preços.

Os preços dos produtos que compõem a cesta foram coletados mensalmente, diretamente nas prateleiras, sem ajuda de informante, em cada um dos estabelecimentos que participaram da amostra, anotando-se no questionário no máximo quatro preços para cada produto, consideradas as marcas mais procuradas destes.

Com o intuito de se evitar as promoções, que normalmente ocorrem de segunda a sexta-feira para atrair clientes devido o movimento ser menor nesses dias, definiu-se que a

coleta de preços referente a um dado mês seria realizada no primeiro sábado do mês subsequente, dia em que a população – principalmente a de baixa renda – vai às compras devido à necessidade de cumprimento de jornada diária de trabalho no decorrer da semana. Se nesse dia houvesse produtos em promoção, seus preços não seriam coletados para não mascarar no preço médio do produto.

Coletados os diversos preços dos produtos da cesta, foi feito o cálculo do preço médio de cada produto por estabelecimento, pela média aritmética simples.

Os preços médios dos produtos, por estabelecimento, foram tabulados na planilha de cálculo de preços médios por produto para, então, por média aritmética simples, ser calculado o preço médio mensal do produto.

O preço da Cesta Básica foi obtido pela soma do produto dos preços médios mensais dos produtos pelas quantidades estabelecidas no Decreto-Lei nº 399/1938.

3.5 Análise dos dados dos preços da Cesta Básica

A análise dos dados teve por objetivo evitar distorções nos preços médios mensais dos produtos e foi executada em dois momentos, conforme segue:

- a) no cálculo do preço médio por estabelecimento, os preços muito acima ou muito abaixo dos preços gerais, foram expurgados;
- b) da mesma forma, no cálculo dos preços médios por produto, os preços médios muito acima ou muito abaixo dos preços médios gerais, esses também foram expurgados.

4 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO – MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ - MA

4.1 O município de Imperatriz - MA

A cidade de Imperatriz foi fundada em 16 de julho de 1852 e sua emancipação política se deu em 22 de abril de 1924, a partir de quando tem se desenvolvido e se consolidado como cidade - polo de uma vasta região (NEGREIROS, 1996). Neste contexto, a cidade apresenta-se como entreposto comercial e de prestação de serviços no qual se abastecem mercados regionais em um raio de 400 km, para aonde acorre a população de pelo menos três dezenas de municípios das regiões Sul e Sudoeste do Maranhão, Sul do Pará e Norte do Tocantins.

Segundo o IBGE (Censo/2010), o município de Imperatriz – MA possui uma área de 1.368,98 km², população de 247.505 habitantes, e densidade demográfica de 181 h/km², estando localizado à margem direita do Rio Tocantins, na região Sudoeste do Maranhão, distando aproximadamente 600 km de São Luís (capital do Estado) e 580 km de Belém (capital do estado do Pará).

A ocupação territorial de Imperatriz se deu por de um processo desordenado em função de diversos aspectos, merecendo destaque os seguintes: grande quantidade de terras devolutas nas imediações; utilização do porto no Rio Tocantins por aventureiros rumo aos garimpos; construção da Rodovia Belém-Brasília; e, centro de abastecimento durante a exploração de ouro em Serra Pelada. O crescimento de Imperatriz iniciou-se no ano de 1972 com a chegada dos pioneiros da Rodovia BR-010 (Belém-Brasília), quando uma forte corrente migratória provocou o crescimento desordenado da cidade. (NEGREIROS, 1996).

A quantidade de pessoas procedentes de outros países e de pelo menos 24 estados, fora o Maranhão, foi responsável por 45% da população do município no período 1970/1980. Segundo o IBGE, incluindo imigrantes de outros municípios maranhenses, foram 100.096 pessoas que chegaram a Imperatriz naquele decênio. (SANCHES, 2002, p. 599).

O crescimento econômico de Imperatriz ocorreu a partir da década de 1970, através das inúmeras atividades que são criadas, principalmente de comércio. Outros setores também apresentaram destaque no final da década de 1990, como o crescimento das atividades de serviços, sobretudo, a educação e a saúde. (SANTOS, 2008).

Paralelamente à força do comércio varejista e à franca expansão do segmento de prestação de serviços, verifica-se também o crescimento do setor atacadista, brindado com a chegada de grandes grupos empresariais que vêm a consolidar a posição da cidade como polo distribuidor de diversificados produtos para toda a região.

Sobressai também na economia de Imperatriz o significativo papel exercido pela pecuária, beneficiada por uma conjugação de fatores excepcionalmente favoráveis, tais como o clima, o solo e os recursos hídricos, o que lhe permite abastecer uma considerável parcela dos mercados regionais com carne, leite e derivados. (SOUSA; ASSUNÇÃO, 2011).

Cortada pela Rodovia Belém-Brasília e pela Ferrovia Norte-Sul, a cidade sedia promissores polos industriais como o de confecções e o de celulose, que apontam para a possibilidade de geração de milhares de empregos, perspectiva alimentada pela revitalização do distrito industrial e grande oferta de energia elétrica e transportes.

A propósito, ressalte-se a recente construção da Hidrelétrica de Estreito e da ponte do rio Tocantins, que permitiu a dinamização do intercâmbio com o Tocantins e com o Pará, por meio de intenso tráfego terrestre, que já conta com grandes empresas de transporte rodoviário de passageiros e cargas, além de ascendente tráfego aéreo. (SOUSA; ASSUNÇÃO, 2011).

Imperatriz dispõe ainda de rico potencial para o agronegócio e o turismo, lastreado por sua privilegiada posição geográfica e fácil acesso a grandes centros, como São Luís – MA, Belém – PA, Goiânia – GO e Brasília – DF, bem como se desenvolvem, na região, expressivos investimentos em piscicultura e uma ampla bacia leiteira.

O progresso econômico ainda enfrenta desafios como a concentração da riqueza produzida, problema esse não exclusivo do município de Imperatriz. No município a renda apropriada pelos 20% mais pobres da população, em 2010, foi de 3,7% do total da riqueza produzida, enquanto os 20% mais ricos 60,4% da riqueza. Ou seja, os 20% mais ricos da população apropriaram 16 vezes mais renda do que os 20% mais pobres. (ODM, 2013).

Ainda segundo os dados publicados pelo Portal ODM (2013) citando a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) 2008-2009, 40,1% das famílias pesquisadas informaram que a quantidade de alimentos consumidos no domicílio às vezes não era suficiente, enquanto que 12,4% afirmaram que normalmente a quantidade de alimentos não era suficiente (ODM, 2013). Ou seja, ainda há um grande desafio de política de segurança alimentar o município e isso é uma realidade nacional, mas, sobretudo na região nordeste do país.

Nas áreas sociais o município se tornou, nas últimas décadas, um avançado centro de assistência médica que atende também a parte da população dos estados vizinhos – Pará e Tocantins. Esses investimentos na área de saúde, por exemplo, foram capazes de reduzir a mortalidade infantil³ de 30,7 em 2001 para 14,3 em 2011. A oferta de alimentos e a renda, provavelmente com o reforço do Programa Federal Bolsa Família, contribuíram para a redução da desnutrição infantil⁴ no município de 20,8% para 1,7% no período acima citado. (ODM, 2013).

A cidade se tornou, nas últimas décadas, um avançado polo universitário devido à instalação de várias faculdades particulares (AIEC, Facimp, Fama, Fest e Unisulma), além das universidades públicas (UEMA e UFMA) que já existiam, as quais vieram atender a um antigo anseio da comunidade estudantil local e regional.

A educação, notadamente a de nível superior, ainda nos dias atuais continua atraindo, para a cidade de Imperatriz, imigrantes (professores e estudantes) não só de outros municípios maranhenses, mas, também, de diversos estados da Federação – o que aponta para a existência de hábitos de consumo bem diversificados, principalmente no que respeita ao consumo de alimentos.

Essa maior oferta de vagas para o ensino superior pode ser consequência da maior escolaridade da população no município, além de ser também um centro educacional de referência regional. Em Imperatriz, em 1991, apenas 11% dos indivíduos na faixa etária de 15 a 17 anos concluíram o ensino fundamental, esse número passou para 61% em 2010. (SOUSA; ASSUNÇÃO, 2011).

Ao longo dos últimos anos Imperatriz vem sendo palco de uma significativa reestruturação urbana, fenômeno que decorre, sobretudo, do crescimento populacional, da intensificação do trânsito de veículos e da dinamização da economia local.

Atualmente Imperatriz é cognominada “Metrópole da Integração Nacional”, pela estrutura de vias de acesso rodoviário (Rodovia Belém-Brasília), ferroviário (Ferrovia Norte-Sul), hidroviário (rio Tocantins) e aeroviário (Aeroporto Renato Cortez Moreira).

A ponte estaiada sobre o rio Tocantins, localizada ao sul da cidade, tem 1.200 m de extensão com 16 m de largura e liga a Rodovia Belém-Brasília à rodovia TO-126. Possui duas

³Taxa de mortalidade de menores de 5 anos de idade a cada mil nascidos vivos

⁴ Percentual de crianças menores de 2 anos desnutridas

faixas centrais para tráfego de veículos motorizados e duas faixas laterais para pedestres e ciclistas.

A cidade conta com serviço de transporte coletivo com linhas ligando todos os bairros ao centro, com terminal de integração; grande frota de taxis e moto taxis e o transporte alternativo – este feito por vans – que liga Imperatriz aos municípios do Maranhão, do Pará e do Tocantins. Com relação ao transporte interestadual de passageiros, a cidade conta com um terminal rodoviário com ônibus partindo para as mais diversas cidades do país.

Segundo informação da Secretaria de Trânsito de Imperatriz (SETRAN), a frota particular, aumentou significativamente nos últimos anos. Há quinze anos a cidade contava com apenas 10.000 veículos registrados, atualmente a frota é composta por cerca de 80.000 veículos, além de aproximadamente 10.000 veículos do tipo flutuantes, ou seja, veículos que vêm de vários municípios do sul do Maranhão, do Pará e do Tocantins.

A cidade é também denominada, nacionalmente, “Capital Brasileira da Energia”, em razão do sistema de alta tecnologia que interliga o Norte do país ao Sul. São, aproximadamente, 1.300 km de cabos e 2.500 torres – obra de grande porte que custou perto de US\$ 800 milhões – além da subestação da Eletronorte, instalada no distrito industrial do município. (SOUSA; ASSUNÇÃO, 2011).

Os serviços de abastecimento de água potável e esgotamento estão sob a responsabilidade da Companhia de Saneamento Ambiental do Estado do Maranhão (CAEMA), que atende 90% da população. A coleta de lixo é feita por caminhões compactadores e atende 80% da população. Há também coleta de lixo hospitalar prestado por empresa especializada, coleta de embalagens de agrotóxicos e coleta de material reciclável. (SOUSA; ASSUNÇÃO, 2011).

4.2 Atividades econômicas e a expansão da renda em Imperatriz

A melhor forma de se analisar a atividade econômica de um país ou região é verificar a evolução de seu Produto Interno Bruto – PIB, haja vista que esse indicador expressa o crescimento das atividades econômicas.

A Tabela 5 apresenta a evolução do PIB de Imperatriz (por setores e total), e a participação percentual de cada setor no PIB total no período de 1999 a 2009. Observa-se que

o principal setor de atividade no município é o setor de serviços que compõe mais de 2/3 da renda gerada no município.

Tabela 5 – Evolução do Produto Interno Bruto* setorial e total do município de Imperatriz – MA, 1999-2009 (Valores em R\$ 1.000,00)

Ano	Produto Interno Bruto por setores – PIB								Total do PIB
	Agropecuária		Indústria		Serviços		Impostos		
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	
1999	5.827	1,13	75.087	14,54	386.600	74,88	48.811	9,45	516.325
2000	6.807	1,10	80.110	12,97	466.608	75,52	64.319	10,41	617.844
2001	7.879	1,16	87.701	12,91	503.360	74,08	80.540	11,85	679.480
2002	8.209	1,02	103.838	12,87	600.413	74,40	94.562	11,72	807.022
2003	13.254	1,44	130.710	14,20	672.107	73,02	104.332	11,34	920.403
2004	16.974	1,64	138.843	13,40	766.598	73,99	113.631	10,97	1.036.046
2005	25.864	2,02	165.006	12,88	955.421	74,59	134.588	10,51	1.280.879
2006	27.565	2,04	195.702	14,45	983.927	72,65	147.128	10,86	1.354.322
2007	100.549	6,44	233.457	14,95	1.063.125	68,07	164.693	10,54	1.561.824
2008	74.418	4,27	267.030	15,34	1.209.967	69,51	189.364	10,88	1.740.779
2009	42.998	2,15	266.880	13,34	1.479.046	73,93	211.810	10,59	2.000.734

Fonte: Adaptado de IBGE (2012).

Nota: * Valor adicionado bruto a preços correntes.

Em relação ao crescimento da atividade econômica no município de Imperatriz (Tabela 5), no período de 1999 a 2009, este foi de 287,5% – passando de R\$ 516.325.000,00 (1999) para R\$ 2.000.734.000,00 (2009) – significando uma variação superior à do IGP-DI/FGV em mais de 70% no mesmo período.

Quanto ao crescimento dos setores, isoladamente, merece destaque o crescimento da Agropecuária (637,91%), tendo passado de R\$ 5.827.000,00 (1999) para R\$ 42.998.000,00 (2009), embora com participação percentual modesta na composição do PIB total. Os demais setores Indústria (255,43%), Serviços (282,58%) e Impostos (334,04%), tiveram crescimentos menos expressivos que a Agropecuária.

O Gráfico1 permite visualizar a participação proporcional do PIB dos setores na composição do PIB total.

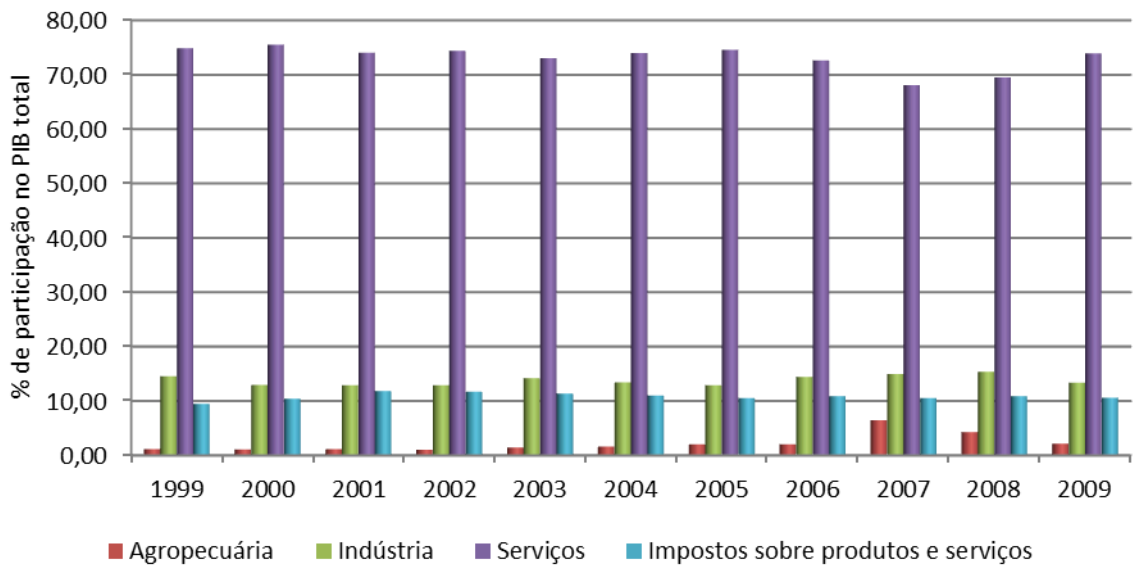


Gráfico 1 – Participação dos setores de Agropecuária, Indústria, Serviços e Impostos sobre Produtos e Serviços no PIB total de Imperatriz, 1999-2009
Fonte: Adaptado de IBGE (2012).

De acordo com Sousa e Assunção (2011), o PIB de Imperatriz deverá continuar crescendo nos próximos anos, devendo atingir, devendo chegar aos 3,5 bilhões de reais em 2015, devido às perspectivas de elevados investimentos na indústria de grande porte e de crescimento da construção civil (Gráfico 2), apontando para a possibilidade de crescimento econômico do município, com impacto positivo para o desenvolvimento.

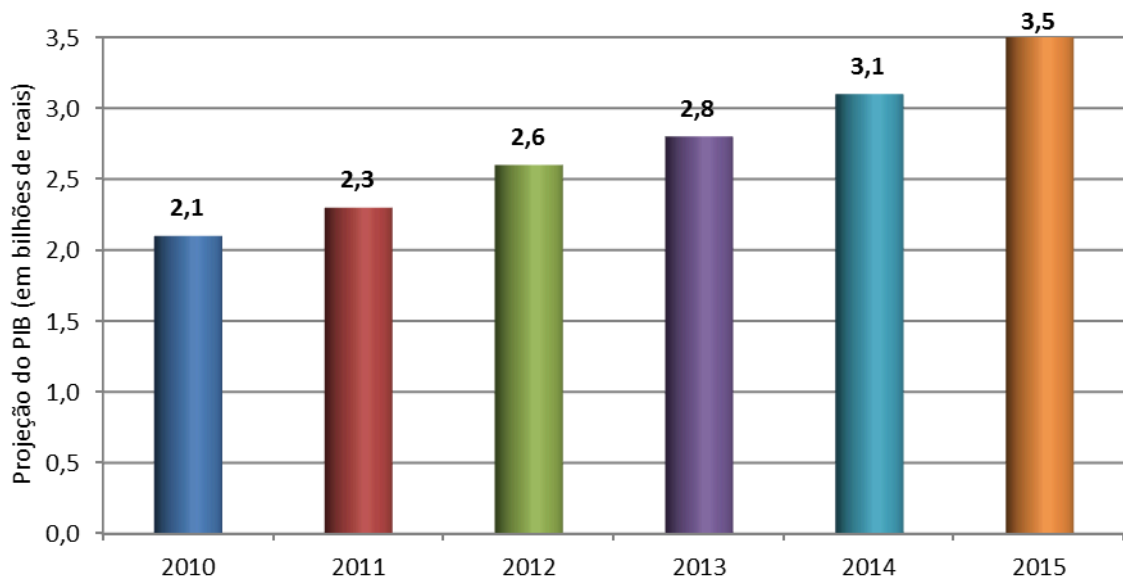


Gráfico 2 – Projeção da evolução do PIB de Imperatriz – MA, 2010-2015
Fonte: Sousa e Assunção (2011).

Com referência ao PIB *per capita* de Imperatriz, o Gráfico 3 apresenta sua evolução no período de 2002 a 2011 indicando que, no período, o crescimento do PIB do município foi sistematicamente superior ao crescimento da população.

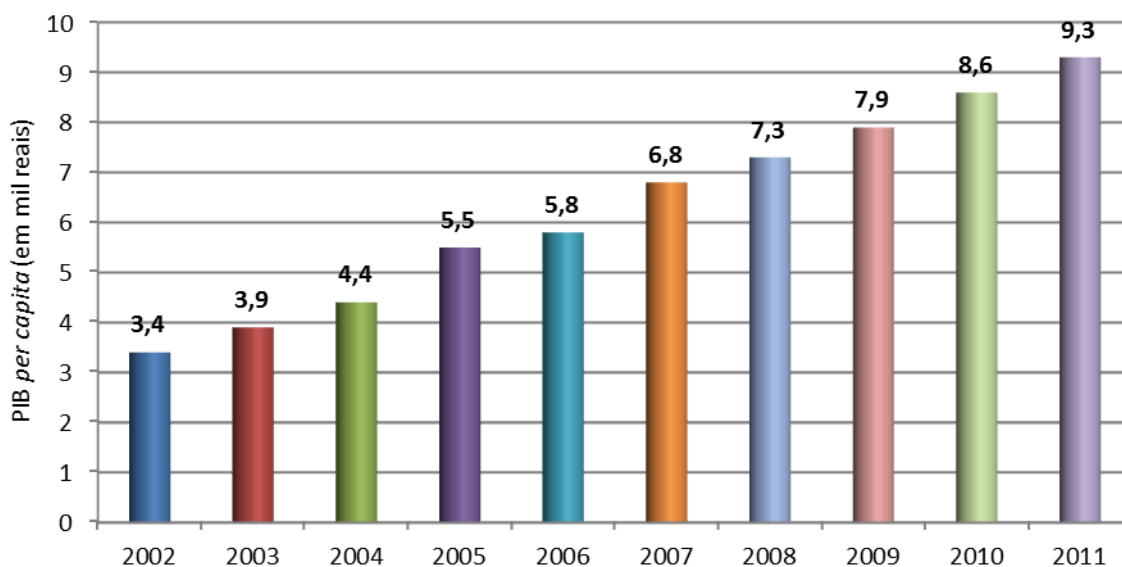


Gráfico 3 – Evolução do PIB *per capita* de Imperatriz – 2002-2011.
Fonte: 2002-2008 – IBGE (2012); 2009-2011 – Sousa e Assunção (2011).

Embora o aumento sistemático do PIB *per capita* ser considerado um dos indicadores do desenvolvimento econômico de um país ou região, esse indicador do valor da renda média da população esconde as desigualdades na distribuição da renda, pois não contabiliza o setor informal da economia, que nos países em desenvolvimento – como é o caso do Brasil – apresenta valores significativos.

Entretanto, o crescimento do PIB *per capita* já denota que, de alguma forma, o município de Imperatriz caminha para um melhor patamar de desenvolvimento.

A Tabela 6 apresenta a distribuição absoluta e percentual da população de Imperatriz, nos anos 2000 e 2010, por classe de rendimento nominal mensal, o que, de certa forma se contrapõe à evolução do PIB *per capita*.

Tabela 6 – Pessoas com 10 anos ou mais de idade, por classe de rendimento nominal mensal, absoluto e percentual, no município de Imperatriz (2000/2010).

Classe de rendimento nominal mensal	2000		2010	
	Número de pessoas	Percentual	Número de pessoas	Percentual
Total	180.568	100,00	205.148	100,00
Até 1 salário mínimo	42.094	23,31	76.107	37,10
Mais de 1 a 2 salários mínimos	26.855	14,87	36.038	17,57
Mais de 2 a 3 salários mínimos	8.932	4,95	9.719	4,74
Mais de 3 a 5 salários mínimos	8.705	4,82	8.521	4,15
Mais de 5 a 10 salários mínimos	6.742	3,73	6.518	3,18
Mais de 10 a 20 salários mínimos	3.181	1,76	1.907	0,93
Mais de 20 salários mínimos	1.463	0,82	1.004	0,48
Sem rendimento	82.596	45,74	65.333	31,85

Fonte: Adaptado de IBGE (2012) – Censo Demográfico (SIDRA).

Notas:

1. Dados da amostra.
2. Para 2000, o salário mínimo utilizado foi R\$ 151,00.
3. Para 2010, o salário mínimo utilizado foi R\$ 510,00.

Ainda que tenha havido um aumento de 34,19% na população com renda de mais de um a dois salários mínimos nominais (passando de 26.855 habitantes em 2000, para 36.038 habitantes em 2010), para que se atingissem índices de desenvolvimento sucessivamente mais elevados no período, consonante a evolução do PIB *per capita*, o ideal seria a concomitante diminuição da população com renda mensal inferior a um salário mínimo nominal.

Verifica-se também na Tabela 6 que o número de trabalhadores de baixa renda (os que ganham até um salário mínimo nominal) aumentou em 80,80% no período de dez anos, passando de 42.094 em 2000 para 76.107 em 2010, não computada a parcela da população sem rendimento haja vista não haver informação quanto à distribuição dos valores dos benefícios auferidos – significando um empobrecimento da população ao longo do período e, conseqüentemente, concentração de renda. Esse elevado percentual de trabalhadores com renda de até um salário mínimo (37,10%) aponta que o crescimento da renda dos trabalhadores não acompanhou o mesmo ritmo da evolução do salário mínimo na década – ainda que o aumento do poder de compra do salário mínimo tenha sido uma das principais bandeiras da política governamental de aumento na renda dos trabalhadores no país na década de 2000.

Considerando-se ainda os dados da Tabela 6, o valor líquido do salário mínimo nominal (R\$ 622,00 – INSS de 8% = R\$ 572,24) e o valor atingido pela cesta básica de Imperatriz em agosto de 2012 (R\$ 201,32), pode-se afirmar que mais de um terço da população compromete, mensalmente, acima de 35% de sua renda líquida na aquisição dos produtos da cesta básica restando-lhes, portanto, parcela inferior a 65% para arcar com as demais despesas (habitação, vestuário, transporte, etc.).

Em Imperatriz essa redução da renda em salário mínimo pode ser consequência da extinção da indústria madeireira e moveleira, bem como à ampliação da área destinada ao agronegócio na região – o que reduziu as oportunidades de emprego.

4.3 Produção Agrícola no município

A oferta de alimentos em Imperatriz é resultado da produção agrícola do município e de aquisições realizadas em outras regiões. A vantagem da produção endógena é que ela é capaz de gerar emprego e renda, contribuindo para a melhora na qualidade de vida da população – significando melhor patamar de desenvolvimento. A renda gerada pela produção agrícola no município de Imperatriz – MA, no período de 2004 a 2011, provém da cultura de poucas lavouras, apresentadas nas Tabelas 7, 8, 9, 10 (lavouras temporárias) e 11 (lavoura permanente). Aqui serão apresentados os principais produtos agrícolas do município, mesmo alguns deles não fazem parte dos produtos que compõe a cesta básica alimentar. Entende-se que esses produtos são importantes na alimentação da população local.

Com relação à rizicultura no município de Imperatriz (Tabela 7), esta pode ser caracterizada como agricultura de subsistência por tratar-se de pequenos plantios para o sustento de agricultores (cerca de mais de 1.500) e de suas famílias – o pouco excedente dessa produção é comercializado a granel em pequenas feiras livres de bairros. O destaque positivo na rizicultura foi o aumento da produtividade, entretanto no período em análise, foi identificada a redução na produção com a menor área plantada no município.

Tabela 7 – Produção de arroz (em casca) no município de Imperatriz, área cultivada, quantidade produzida, produtividade, valor total da produção e valor unitário da produção (2004-2011)

Ano	Área cultivada (ha)	Quantidade produzida (t)	Produtividade (kg/ha)	Valor total da produção (em R\$ 1,00)	Valor unitário da produção* (R\$/kg)
2004	411	586	1.425	346.000	0,59
2005	432	626	1.449	175.000	0,28
2006	458	664	1.449	349.000	0,53
2007	504	756	1.500	507.000	0,67
2008	428	642	1.500	347.000	0,54
2009	364	582	1.598	262.000	0,45
2010	300	480	1.600	249.000	0,52
2011	300	480	1.600	320.000	0,67

Fonte: IBGE (2012) – Produção agrícola municipal.

Nota: * Calculado pelo autor.

A redução da produção de arroz na região (Tabela 7) pode ser decorrente da substituição da área plantada de arroz por pastagens e produção da soja, atividades essas em expansão no município. O Arroz faz parte da alimentação básica dos brasileiros, inclusive em Imperatriz, a redução da oferta local contribui para o aumento das despesas com transporte para o abastecimento local.

As lavouras de arroz existentes geralmente são do tipo “roça de toco” – sem qualquer mecanização – exigindo do produtor o emprego de elevada quantidade de mão de obra (sistema de produção de trabalho intensivo) que, somada à falta de irrigação e técnicas de cultivo adequadas, acabam por onerar demasiadamente a produção, traduzindo-se tudo isso em baixa remuneração ao homem do campo.

O arroz comercializado nos diversos supermercados e mercearias é proveniente, quase na sua totalidade, de outros estados da federação – os demais municípios maranhenses contribuem pouco para o abastecimento do mercado de Imperatriz.

O feijão é um dos principais produtos da alimentação da população local. O cenário dessa cultura (Tabela 8) é semelhante ao da rizicultura, haja vista que o abastecimento do mercado local se dá pela produção oriunda de outros estados da federação. A lavoura de feijão no município de Imperatriz – MA também é de subsistência – cultivada por grande número de agricultores para o sustento familiar.

A produção local é também de trabalho intensivo, significando pouca produtividade e elevado custo de produção com baixa remuneração ao agricultor. Observa-se a queda

acentuada da área de plantio do produto que em 2011 teve a área plantada de 1/4 da área de 2004. Além disso, foi verificada no período em análise a queda na produtividade, exceto em 2011. O resultado da menor área de produção e baixa produtividade foi a queda na produção, mesmo diante desse resultado de menor oferta interna, não se pode atribuir as variações nos preços, exclusivamente, em função da baixa oferta interna, pois a cidade também é abastecida pela produção de outras regiões. Mas, a redução da produção no município contribui para o aumento nos custos de transporte do produto, agora, trazido de outras regiões.

Tabela 8 – Produção de feijão (em grão) no município de Imperatriz, área cultivada, quantidade produzida, produtividade, valor total da produção e valor unitário da produção (2004-2011)

Ano	Área cultivada (ha)	Quantidade produzida (t)	Produtividade (kg/ha)	Valor total da produção (em R\$ 1,00)	Valor unitário da produção* (R\$/kg)
2004	337	165	489	280.000	1,70
2005	349	172	492	218.000	1,27
2006	338	86	254	135.000	1,57
2007	321	153	476	269.000	1,76
2008	238	111	466	272.000	2,45
2009	157	61	388	92.000	1,51
2010	118	45	381	72.000	1,60
2011	73	35	479	94.000	2,69

Fonte: IBGE (2012) – Produção agrícola municipal.

Nota: * Calculado pelo autor.

Outro efeito negativo da redução da produção de feijão é a desestruturação da agricultura familiar, tipicamente produtora desse produto. Na revisão bibliográfica foi apresentado o Pronaf, que é uma das principais bandeiras de política de apoio à agricultura familiar, porém observa-se que no caso da produção de feijão, essa política não foi capaz de reverter a tendência de queda na produção.

Esse cenário da produção de feijão apresentou um recuo mais significativo do que o da rizicultura, haja vista que o abastecimento do mercado local se dá pela produção oriunda de outros estados da federação. A lavoura de feijão no município de Imperatriz – MA também é de subsistência – cultivada por grande número de agricultores para o sustento familiar. Essa produção local é também de trabalho intensivo e é caracterizada pela baixa produtividade e elevado custo de produção com baixa remuneração ao agricultor.

A mandioca (Tabela 9) é outra cultura que pode ser considerada como de subsistência no município de Imperatriz e os poucos agricultores que a cultivam têm como objetivo a transformação das raízes em farinha de mandioca (1 t raízes = 0,25 t de farinha), mediante a utilização das chamadas “casas de farinha” – instalações rudimentares, sem qualquer automação, com cobertura de palha e de chão batido onde as condições de higiene são precárias.

A mandioca e seus derivados, em especial a farinha de mandioca, faz parte da alimentação básica do nordestino. Por isso a região tem relevância no abastecimento e também no processo de subsistência dos agricultores tradicionais, seja na produção para o consumo próprio e/ou na produção para comercialização.

Tabela 9 – Produção de mandioca (em raiz) no município de Imperatriz, área cultivada, quantidade produzida, produtividade, valor total da produção e valor unitário da produção (2004-2011)

Ano	Área cultivada (ha)	Quantidade produzida (t)	Produtividade (kg/ha)	Valor total da produção (em R\$ 1,00)	Valor unitário da produção* (R\$/kg)
2004	57	570	10.000	68.000	0,12
2005	20	180	9.000	22.000	0,12
2006	30	270	9.000	39.000	0,14
2007	20	180	9.000	25.000	0,16
2008	30	255	8.500	36.000	0,14
2009	30	240	8.000	34.000	0,14
2010	15	120	8.000	24.000	0,20
2011	10	80	8.000	16.000	0,20

Fonte: IBGE (2012) – Produção agrícola municipal.

Nota: * Calculado pelo autor.

Os dados do município (Tabela 9) apontam que essa atividade está bastante reduzida, não obstante ser fator cultural a produção de farinha de mandioca no nordeste. A área cultivada em 2004 que era de 57 hectares reduziu para 10 hectares em 2011. Essa queda foi acompanhada pela redução da produtividade e, conseqüentemente, da produção geral. Ou seja, uma das atividades mais tradicionais do município, na economia de subsistência, praticamente desapareceu, característica de uma economia mais assalariada das médias cidades brasileiras.

O tomate é um dos produtos de destaque na cesta básica alimentar dos brasileiros, mesmo não o sendo para a população nordestina. É um cultivo que exige mais cuidados e técnicas de cultivo que outras lavouras.

No município de Imperatriz a produção de tomate é feita por poucos produtores em áreas restritas e de forma rudimentar, traduzindo em baixa produtividade (25 t/ha), quando estados produtores, a exemplo de Goiás, Minas Gerais e São Paulo têm produtividade média acima de 60 t/ha (Tabela 10). A baixa produtividade aliada a pouca área utilizada no cultivo tornam a cultura como de subsistência e, por conseguinte, incapaz de atender a demanda local. Prova disso é que o mercado local é abastecido por outros centros produtores do fruto.

Tabela 10 – Produção de tomate no município de Imperatriz, área cultivada, quantidade produzida, produtividade, valor total da produção e valor unitário da produção (2004-2011)

Ano	Área cultivada (ha)	Quantidade produzida (t)	Produtividade (kg/ha)	Valor total da produção (em R\$ 1,00)	Valor unitário da produção* (R\$/kg)
2004	4	100	25.000	70.000	0,70
2005	5	125	25.000	150.000	1,20
2006	4	100	25.000	84.000	0,84
2007	4	100	25.000	58.000	0,58
2008	5	125	25.000	98.000	0,78
2009	5	125	25.000	116.000	0,93
2010	5	125	25.000	100.000	0,80
2011	5	125	25.000	156.000	1,25

Fonte: IBGE (2012) – Produção agrícola municipal.

Nota: * Calculado pelo autor.

A pequena área de produção de tomate no município de Imperatriz (Tabela 10) evidencia que não é uma lavoura importante para o município e em função do baixo consumo da população local, provavelmente não é um produto de grande importação de outras regiões, salvo no período chuvoso, compreendido entre os meses de novembro e abril, quando se importa o produto da região Sudeste. A justificativa da apresentação desse produto nessa dissertação é seu peso na composição da cesta básica calculada pelo Dieese e, conseqüentemente, na pesquisa. Além disso, nos últimos dois anos, em escala nacional, tem sido um dos principais vilões da cesta básica. Exemplo disso, a tabela 8, mostra que o preço do quilo do produto aumentou de R\$ 0,80 para R\$ 1,25 no período de 2010 para 2011.

A banana (Tabela 11) é a única lavoura permanente que merece destaque no município de Imperatriz. Ainda que a área cultivada e a produção tenham tido apenas uma pequena redução, principalmente, no período de 2004 para 2005, como ocorreu com outras culturas (arroz, feijão, mandioca, etc.), a produção não atende a demanda local, pelo que o mercado é abastecido com frutos produzidos em outras regiões. O destaque negativo é a queda na produtividade, isso implica na redução da competitividade da produção local, frente a outras regiões. Esse produto, assim como o tomate, é justificado sua apresentação nessa dissertação por conta do seu peso na composição da cesta básica.

Tabela 11 – Produção de banana (cacho) no município de Imperatriz, área cultivada, quantidade produzida, produtividade, valor total da produção e valor unitário da produção (2004-2011)

Ano	Área cultivada (ha)	Quantidade produzida (t)	Produtividade (kg/ha)	Valor total da produção (em R\$ 1,00)	Valor unitário da produção* (R\$/kg)
2004	35	875	25.000	438.000,00	0,50
2005	35	790	22.000	385.000,00	0,49
2006	35	735	21.000	448.000,00	0,61
2007	35	735	21.000	368.000,00	0,50
2008	35	735	21.000	412.000,00	0,56
2009	35	735	21.000	492.000,00	0,67
2010	35	735	21.000	477.000,00	0,65
2011	35	735	21.000	441.000,00	0,60

Fonte: IBGE (2012) – Produção agrícola municipal.

Nota: * Calculado pelo autor.

De acordo com o IBGE (2010), existem outras culturas permanentes, como castanha de caju, laranja e limão – estas em escalas bem menores em termos de área cultivada, quantidade produzida e valor da produção, pelo que não foram levantadas.

Outro cultivo de lavouras temporárias existente no município, mas sem base de dados, é o de hortaliças como alface, cebola de palha, coentro, chuchu, cenoura, etc., mas que também não atende completamente a demanda local, em função dessas pequenas áreas e a pouca relevância em relação à segurança alimentar como um todo para ao município.

De um modo geral, a agricultura no município de Imperatriz é constituída por grande número de pequenos plantios e, considerando os sistemas ainda rudimentares de cultivo, leva a crer que a principal preocupação dos produtores reside no sustento de suas famílias, não tendo como meta a geração de excedentes. Como mostrado nas tabelas 7, 8, 9 10 e 11, essa

produção tem apresentado queda constante na área plantada e redução da produtividade, em praticamente todos os produtos, o que aponta para a caracterização do município como cada vez mais importador de alimentos.

A produção agrícola feita pela agricultura familiar poderia contribuir para o desenvolvimento aumentando a renda das famílias dos agricultores e a oferta local de alimentos. A importação de alimentos de outras localidades com maior produtividade pode contribuir de forma positiva na redução dos custos de produção e de forma negativa com maior despesa com transporte. Mas, de um modo geral, não há alternativa, pois a produção local é insuficiente.

4.4 Indicadores de Desenvolvimento no município Imperatriz

Os dados anteriores mostraram a renda disponível e a produção agrícola do município de Imperatriz. Como destacado na revisão bibliográfica, a questão da fome passa, também, por esses indicadores. Mas com objetivo de fazer uma melhor caracterização do município serão apresentados nesse subcapítulo outros indicadores de desenvolvimento que possibilitam uma melhor caracterização da área em estudo.

A Tabela 12 apresenta a distribuição da população do município de Imperatriz por classes de rendimento selecionadas.

Tabela 12 – Pessoas residentes em domicílios particulares ⁽¹⁾, por classes de rendimento selecionadas, município de Imperatriz – MA, 2010

Classe de rendimento	Número de habitantes	Percentual
Até 1/8 SM ⁽²⁾	6.704	2,98
Mais de 1/8 a 1/4 SM	22.595	10,06
Mais de 1/4 a 1/2 SM	63.662	28,34
Mais de 1/2 a 1 SM	56.195	25,01
Mais de 1 a 2 SM	43.982	19,58
Mais de 2 a 3 SM	13.116	5,84
Mais de 3 a 5 SM	8.629	3,84
Mais de 5 a 10 SM	3.872	1,72
Mais de 10 SM	2.370	1,06
Sem rendimento ⁽³⁾	3.531	1,57
Total	224.656	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Notas: ⁽¹⁾ Exclui-se as cuja condição no domicílio era pensionista, empregado(a) doméstico(a) ou parente do(a) empregado(a) doméstico(a); ⁽²⁾ SM = Salário mínimo nominal (R\$ 510,00); ⁽³⁾ Inclui as pessoas que receberam somente em benefícios.

Elaboração pelo autor.

Observa-se (Tabela 12) que 66,39% da população do município tem renda inferior a um salário mínimo vigente. Vale destacar que a quantidade de pessoas com renda inferior a 1/2 salário mínimo corresponde a 41,38% da população. O percentual de famílias com padrão de renda mais elevada é pouco significativo em termos proporcionais no município. Esse cenário de baixa renda *per capita* aponta para o fato de que as condições de vida são ruins para a maior parte da população, constituindo-se num entrave para o desenvolvimento econômico regional.

Quantificar o desenvolvimento econômico é um dos grandes desafios dos pesquisadores da área. Entre esses indicadores o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) é um dos mais utilizados atualmente. É um estudo anual do Sistema FIRJAN que acompanha o desenvolvimento de todos os 5.564 municípios brasileiros em três áreas: Emprego & Renda, Educação e Saúde. Ele é elaborado, exclusivamente, com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, da Educação e da Saúde. De leitura simples, o índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade. Além disso, sua metodologia possibilita determinar, com precisão, se a melhora relativa ocorrida em determinado município decorre da adoção de

políticas específicas ou se o resultado obtido é apenas reflexo da queda dos demais municípios. (FIRJAM, 2012).

A educação no município de Imperatriz contabilizou significativa melhora no período de 2005 a 2010 (Gráfico 4).

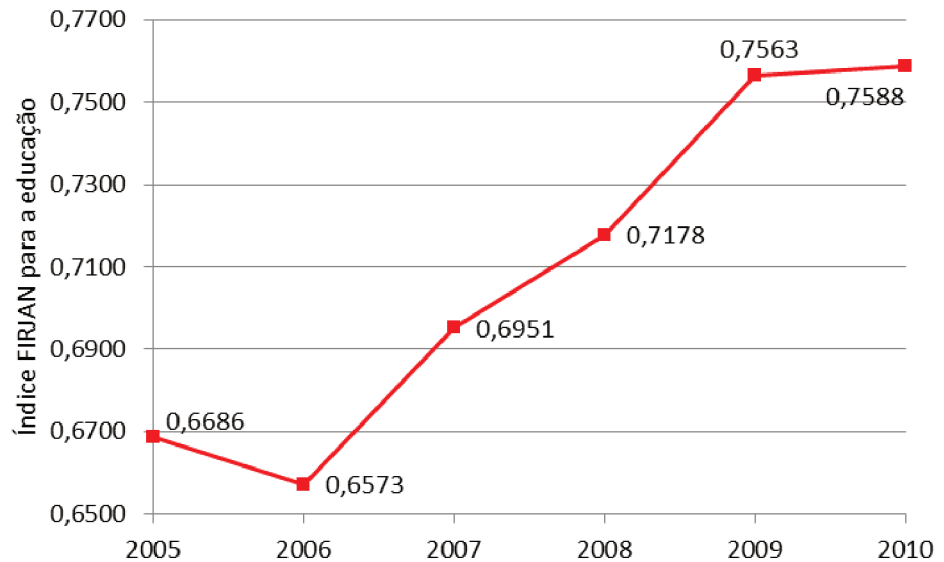


Gráfico 4 –
Evolução do
IFDM -
Educação para o
município de
Imperatriz – MA,
2005 a 2010
Fonte: FIRJAN
(2012).

Percebe-se (Gráfico 4) que o IFDM para a educação melhorou de 0,6686 (2005) para 0,7588 (2010).

Essa melhora tem como causa o fato de a cidade ter se tornado, a partir do ano 2000, um polo universitário devido à instalação de várias faculdades particulares (AIEC, Facimp, Fama, Fest e Unisulma), apresentando resultados positivos a partir de 2006, além das universidades públicas (UEMA e UFMA) que já existiam, as quais vieram atender a um antigo anseio da comunidade estudantil local e regional. Atualmente a cidade conta com significativo número de graduados nas mais diversas áreas, os quais se traduzem em formadores de opinião contribuindo, dessa forma, para melhorar o comportamento e

pensamento geral da sociedade local influenciando, inclusive, na qualidade de tomada de decisões gerais.

Com relação à saúde, o desempenho foi contrário ao da educação, contabilizando resultados negativos no período de 2005 a 2010 (Gráfico 5).

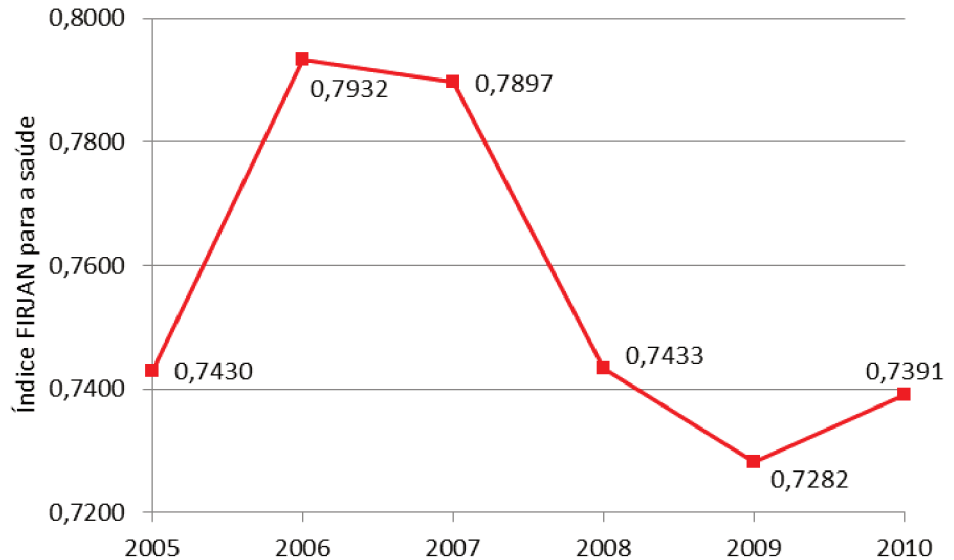


Gráfico 5 –
Evolução do
IFDM-Saúde
para o município
de Imperatriz –
MA, 2005 a 2010
Fonte: FIRJAN
(2012).

O Gráfico 5 mostra ascensão da saúde no decorrer de 2006 seguida de queda para atingir, em 2010, um patamar inferior ao que possuía em 2005.

A melhora apresentada no decorrer de 2006 pode ter sido fruto dos cursos de Enfermagem, Farmácia e Odontologia (Facimp) – com especificidade para o de Enfermagem, que também contou com diversos cursos técnicos na área, cujos egressos começaram a atuar nos hospitais públicos e postos de saúde da rede municipal contribuindo para agilizar e melhorar o atendimento a pacientes nesses estabelecimentos.

O melhor e mais ágil atendimento, entretanto, fez com que a cidade de Imperatriz se tornasse referência regional em saúde gerando uma corrida de pacientes das localidades circunvizinhas em busca de atendimento médico-hospitalar na cidade. Entretanto, a falta de investimento público nessa área não correspondeu, nos anos seguintes, ao aumento da demanda por esses serviços, o que ocasionou a queda do indicador.

Atualmente, os hospitais públicos e postos de saúde do município estão congestionados ao ponto de muitos pacientes buscarem atendimento na cidade de Teresina – PI, que dista aproximadamente 600 km de Imperatriz.

Com referência a emprego e renda, o desempenho contabiliza resultados negativos no período de 2005 a 2010 (Gráfico 6).

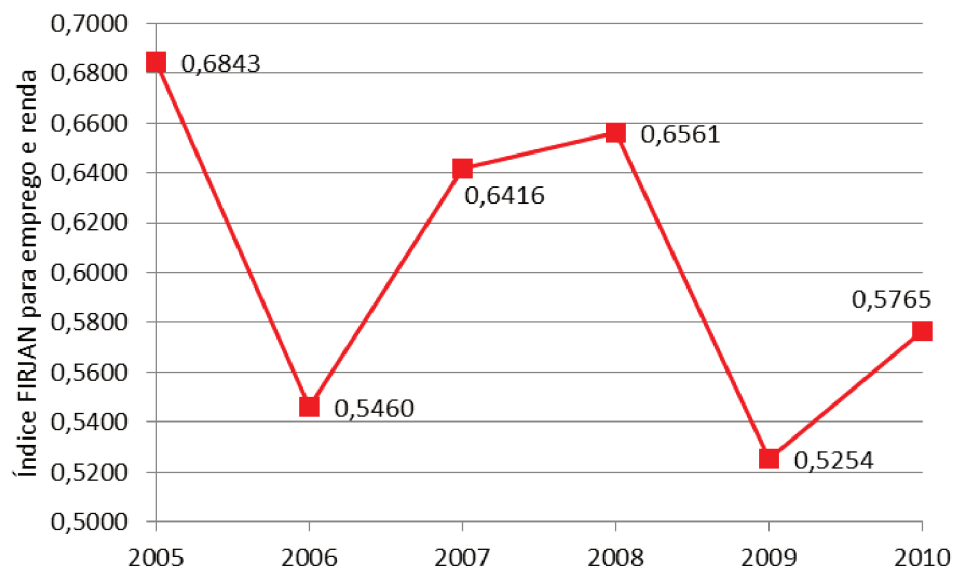


Gráfico 6 –
Evolução do
IFDM-
Emprego e
Renda para o
município de
Imperatriz –
MA, 2005
a2010
Fonte:
Elaboração
pelo autor.

O Gráfico 6 mostra que, não obstante a ascensão nos anos de 2007 e 2008, no geral o índice caiu de 0,6843 (2005) para 0,5765 (2010), significando que o indicador piorou no período.

A queda do indicador no decorrer de 2005 deveu-se ao desempenho geral da economia brasileira nesse ano, quando, na América Latina, o desempenho brasileiro só foi maior que o do Haiti que cresceu 1,5%. No Brasil o crescimento de Indústria foi de 2,5%, o Setor de Serviços expandiu 2,0% e o setor Agropecuário obteve o pior desempenho, 0,8% de

crescimento. A queda no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 2005 é consequência da elevação da taxa básica de juros (Selic) que atingiu, em maio de 2005, 19,75%. (NEVES; FELIPE; LARA, 2006).

A ascensão acentuada do indicador no decorrer de 2006, segundo esses autores, pode ser explicada pela elevação do consumo das famílias em decorrência do reajuste do salário mínimo nominal em 16,67% (de R\$ 300,00 para R\$ 350,00), da expectativa da copa do mundo – que provoca aumento de consumo nos setores de eletrodomésticos e vestuário –, da tendência de que os gastos do governo devam subir em decorrência de ser um ano eleitoral e que o saldo da balança comercial continue positivo, em torno de US\$ 41 bilhões, segundo o IPEA.

O IFDM consolidado leva em consideração o desempenho do IFDM Educação, do IFDM Saúde e do IFDM Emprego e Renda (Gráfico 7).

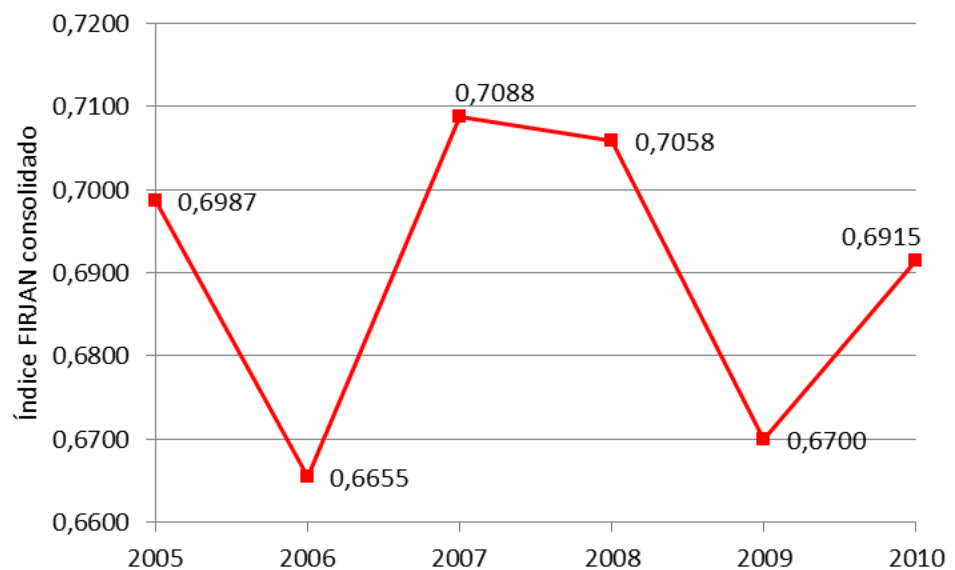


Gráfico 7 –
Evolução do
IFDM -
Consolidado
para o
município de
Imperatriz –
MA, 2005
a2010
Fonte:
Elaboração pelo
autor.

Percebe-se que, apesar do bom desempenho da educação no município de Imperatriz, o indicador IFDM consolidado apresenta, em 2010, leitura inferior à de 2005 (0,6915 contra 0,6987), em decorrência de desempenhos negativos do IFDM Saúde e do IFDM Emprego e Renda – o que se traduz, no geral, na falta de desenvolvimento para o município no período de 2005 a 2010.

Os dados de desenvolvimento do município a partir do Índice Firjan apontam que o maior problema do município é a geração do emprego e renda. É o indicador que apresenta menor índice 0,5765, enquanto a saúde apresenta 0,7391 e educação 0,7588. Além de apresentar uma variação entre os três indicadores, ou seja, a geração de emprego e renda é sem dúvida o maior limitador do desenvolvimento.

A redução da produção agrícola reduz a geração de emprego e renda no setor e pode contribuir para o aumento nos preços dos alimentos e, conseqüentemente, pode agravar ainda mais o problema do desenvolvimento.

5 VARIAÇÕES NO PREÇO DA CESTA BÁSICA

Diante de uma escassez de recursos, torna-se necessário o melhor conhecimento da realidade para que se possa promover a adequação das receitas com as despesas, visando ao melhor aproveitamento desses recursos (escassos) e, para tanto, o conhecimento do valor da Cesta Básica é de fundamental importância, pois grande parte da população brasileira – e em Imperatriz não é diferente – sobrevive com até um salário mínimo.

5.1 A Pesquisa da Cesta Básica em Imperatriz

Em 30 de abril de 1938 foi regulamentada a Lei nº. 185 (14/01/1936), pelo D.L. nº. 399, segundo o qual, em seu art. 2º, o salário mínimo é a remuneração devida ao trabalhador adulto, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, capaz de satisfazer, em determinada época e região do país, às suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte; estabelecendo, ainda, a ração mínima – cesta básica – suficiente para o sustento e bem estar de um trabalhador em idade adulta, contendo quantidades balanceadas de proteínas, calorias, ferro, cálcio e fósforo.

De acordo com o DIEESE, a Região 1 compreende os estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Goiás e o Distrito Federal; a Região 2 é formada pelos estados de Pernambuco, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Amazonas, Pará, Piauí, Tocantins, Acre, Paraíba, Rondônia, Amapá, Roraima e Maranhão; e finalmente a Região 3 pelos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Os bens e as quantidades estipuladas são diferenciados por região, conforme se vê na Tabela 13.

As diferenças na composição dos produtos da cesta em cada região é consequência da característica de consumo de cada região. Por exemplo, na Região 2, formada pelos estados nordestinos, o consumo de batatas não é uma tradição tão intensa como nas demais regiões, além da baixa produção na localidade. Produtos como farinha de mandioca já têm um maior consumo e, conseqüentemente, um maior peso na composição da cesta na região.

Tabela 13 – Provisões mínimas estipuladas pelo Decreto Lei Nº. 399

Alimentos	Região 1	Região 2	Região 3
Carne kg	6,0	4,5	6,6
Leite l	7,5	6,0	7,5
Feijão kg	4,5	4,5	4,5
Arroz kg	3,0	3,6	3,0
Farinha de mandioca kg	1,5	3,0	1,5
Batata kg	6,0	-	6,0
Tomate kg	9,0	12,0	9,0
Pão Francês kg	6,0	6,0	6,0
Café em Pó kg	0,6	0,3	0,6
Banana Unid.	90	90	90
Açúcar kg	3,0	3,0	3,0
Óleo ml	750	750	900
Manteiga kg	0,75	0,75	0,75

Fonte: DIEESE – Metodologia da Cesta Básica Nacional – versão preliminar – a partir de janeiro de 2009.

Na pesquisa da Cesta Básica em Imperatriz (CBI) adotou-se uma metodologia semelhante à metodologia utilizada pelo DIEESE na pesquisa da Cesta Básica Nacional, porém, com algumas adaptações em sua estrutura, devido a peculiaridades regionais (Tabela 14).

Tabela 14 – Provisões mínimas estipuladas pelo Decreto Lei nº. 399, com adaptação para o município de Imperatriz – MA

Alimentos	Região 2 e Imperatriz
Carne ¹ kg	4,5
Leite ² l	6,0
Feijão kg	4,5
Arroz kg	3,6
Farinha de mandioca kg	3,0
Tomate kg	12,0
Pão Francês kg	6,0
Café em Pó kg	0,3
Banana unid.	90
Açúcar ³ kg	3,0
Óleo ⁴ ml	750
Margarina ⁵ kg	0,75

Fonte: DIEESE – Metodologia da Cesta Básica Nacional – versão preliminar – a partir de janeiro de 2009. Adaptado pelo autor.

As adaptações procedidas, dadas as peculiaridades locais detectadas pela Pesquisa dos Locais de Compra, foram às seguintes:

- ¹ Carne – carne com osso e carne dianteira sem osso;
- ² Leite – leite pasteurizado tipo C (de saquinho) e o leite “in natura”, vindo diretamente das fazendas das redondezas, ainda muito consumido na região;
- ³ Açúcar – açúcar cristal;
- ⁴ Óleo – óleo de soja; e
- ⁵ Margarina – utilizada em substituição à manteiga, por ser a de consumo geral na região, principalmente pela população de baixa renda.

5.2 Comparação dos valores das cestas básicas

Na comparação do valor da cesta básica de Imperatriz com o valor da cesta básica de São Luís e com os das demais capitais da região 2 (Norte-Nordeste) definida pelo Dieese, foi utilizado o “Teste-t: duas amostras em par para médias” (Ferramenta de Análise de Dados do Microsoft Excel, versão 2010), obtendo-se os seguintes resultados (Tabela 15).

Tabela 15 – Comparação do valor da cesta básica de Imperatriz com o valor da cesta básica de São Luís e com os das demais capitais da região 2 (Norte-Nordeste) definida pelo Dieese setembro/2009–agosto/2012

Cidades	Valor de P (T<= t) bicaudal	Significância
São Luís	$1,72962 \times 10^{-18}$	99%
<i>Capitais da região 2 (Dieese)</i>		
Aracajú	$2,24582 \times 10^{-10}$	99%
Belém	$1,85677 \times 10^{-36}$	99%
Fortaleza	$1,118 \times 10^{-20}$	99%
João Pessoa	$2,05673 \times 10^{-24}$	99%
Manaus	$5,82755 \times 10^{-38}$	99%
Natal	$7,2638 \times 10^{-24}$	99%
Recife	$1,78882 \times 10^{-23}$	99%
Salvador	$1,45314 \times 10^{-21}$	99%

Fonte: Elaboração pelo autor a partir dos resultados do Teste-t.

Os valores retornados para “ $P(T \leq t)$ bicaudal”, em todas as comparações, foram sempre muito próximos de zero ($P < 0,01$), o que indica a existência de diferenças significativas entre o valor da cesta básica de Imperatriz e os valores das cestas das demais localidades.

A Tabela 16 apresenta o comportamento dos valores das cestas básicas de Imperatriz, de São Luís e das oito capitais da região 2 (Norte-Nordeste) definida pelo Dieese – setembro/2009–agosto/2012.

Tabela 16 – Comportamento dos valores das cestas básicas de Imperatriz, de São Luís e das oito capitais da região 2 (Norte-Nordeste) definida pelo Dieese – setembro/2009–agosto/2012

(continua)

Período	Valores das cestas básicas (R\$)				
	Imperatriz	São Luís	Aracajú	Belém	Fortaleza
2009.09	148,29	169,64	164,50	202,18	172,47
2009.10	155,20	167,55	168,15	202,80	170,29
2009.11	156,97	174,41	167,87	203,56	182,16
2009.12	152,99	168,48	169,18	204,32	176,96
2010.01	150,73	164,26	169,13	204,62	175,86
2010.02	157,04	169,03	169,57	204,93	176,89
2010.03	176,84	189,02	181,70	215,72	182,43
2010.04	169,64	190,18	184,97	227,04	187,21
2010.05	166,40	182,88	187,10	221,74	185,73
2010.06	157,81	177,50	184,17	215,22	181,92
2010.07	155,05	165,98	181,04	215,32	181,73
2010.08	157,95	166,50	174,96	207,97	179,50
2010.09	162,59	170,39	173,56	211,31	185,12
2010.10	167,05	175,68	172,40	219,57	193,38
2010.11	168,61	182,72	179,78	224,00	208,91
2010.12	174,31	186,27	175,88	226,09	205,65
2011.01	176,30	188,89	182,76	228,55	216,45
2011.02	179,34	192,01	190,66	228,94	213,75
2011.03	181,98	194,29	192,35	232,76	218,89
2011.04	182,05	186,30	185,88	231,40	212,62
2011.05	179,92	189,60	186,67	229,62	218,01
2011.06	178,15	190,14	183,24	232,63	225,94
2011.07	176,57	185,40	184,01	233,14	214,71
2011.08	173,41	183,74	187,73	235,66	205,84
2011.09	173,66	185,60	183,61	235,75	203,20
2011.10	177,32	184,28	182,68	237,85	198,68
2011.11	181,19	188,22	181,79	242,82	206,44
2011.12	185,39	192,57	182,22	243,75	215,21
2012.01	186,50	192,67	187,88	248,77	218,06
2012.02	186,63	196,30	188,59	248,84	214,23
2012.03	182,83	199,33	192,41	245,07	211,39
2012.04	188,30	204,04	192,52	248,41	218,87
2012.05	195,40	213,54	199,26	250,61	234,00
2012.06	199,08	213,13	199,70	252,97	235,70
2012.07	198,93	217,34	208,14	259,89	240,80
2012.08	201,91	226,47	212,99	262,33	245,75

Tabela 16 – Comportamento dos valores das cestas básicas de Imperatriz, de São Luís e das oito capitais da região 2 (Norte-Nordeste) definida pelo Dieese – setembro/2009–agosto/2012

(conclusão)

Período	Valores das cestas básicas (R\$)				
	João Pessoa	Manaus	Natal	Recife	Salvador
2009.09	173,98	219,38	182,04	178,42	195,68
2009.10	175,19	217,17	182,95	176,45	197,63
2009.11	175,62	218,99	189,73	175,91	200,45
2009.12	170,63	215,94	186,05	171,31	183,15
2010.01	171,97	216,53	186,72	172,29	185,77
2010.02	179,28	223,90	193,50	184,08	198,24
2010.03	196,29	231,31	199,14	202,01	208,71
2010.04	203,86	241,52	223,22	214,48	220,00
2010.05	200,09	249,39	219,57	216,85	216,18
2010.06	193,94	236,57	211,72	208,79	207,85
2010.07	191,17	233,00	208,92	200,83	202,82
2010.08	183,31	226,26	195,58	188,22	192,69
2010.09	181,23	228,76	193,08	192,20	199,77
2010.10	186,34	229,28	200,97	195,64	205,18
2010.11	193,49	250,56	205,84	206,32	210,64
2010.12	194,24	252,06	219,80	205,50	201,70
2011.01	200,21	255,80	224,58	204,85	209,49
2011.02	203,26	252,75	221,15	211,40	210,44
2011.03	203,94	251,38	234,85	209,77	220,75
2011.04	198,79	247,92	229,39	202,03	203,38
2011.05	200,18	245,54	225,28	207,66	202,40
2011.06	206,22	250,30	230,97	213,64	204,69
2011.07	204,40	249,49	223,31	212,55	206,58
2011.08	202,47	248,10	219,52	211,09	209,35
2011.09	196,69	249,38	205,97	208,51	208,07
2011.10	195,14	251,58	200,55	206,17	205,12
2011.11	198,26	258,32	206,00	210,52	205,11
2011.12	204,21	255,79	212,36	215,99	208,82
2012.01	212,18	258,52	213,63	223,16	214,21
2012.02	212,64	252,93	218,21	219,42	204,53
2012.03	214,54	257,41	219,00	223,10	211,90
2012.04	216,95	267,19	225,41	223,97	217,92
2012.05	225,94	272,86	232,82	239,92	228,25
2012.06	229,56	273,73	234,32	231,46	213,20
2012.07	233,25	279,06	245,17	237,66	218,78
2012.08	233,36	280,81	241,44	240,79	225,23

Fonte: Pesquisa de campo.

Observou-se também que, no período de abrangência do presente estudo, o valor da cesta básica de Imperatriz esteve abaixo dos valores das cestas básicas das demais cidades relacionadas, mantendo, inclusive, um distanciamento razoável para com estas. A exceção, quanto a valores e distanciamento, foi observada na comparação da cesta básica de Imperatriz com a cesta básica de Aracajú, quando se verificou que em alguns momentos o valor da cesta básica de Imperatriz esteve bem próximo do valor da cesta de Aracajú, tendo sido, inclusive, superior ao mesmo em uma única ocasião (Gráficos 8 e 9).

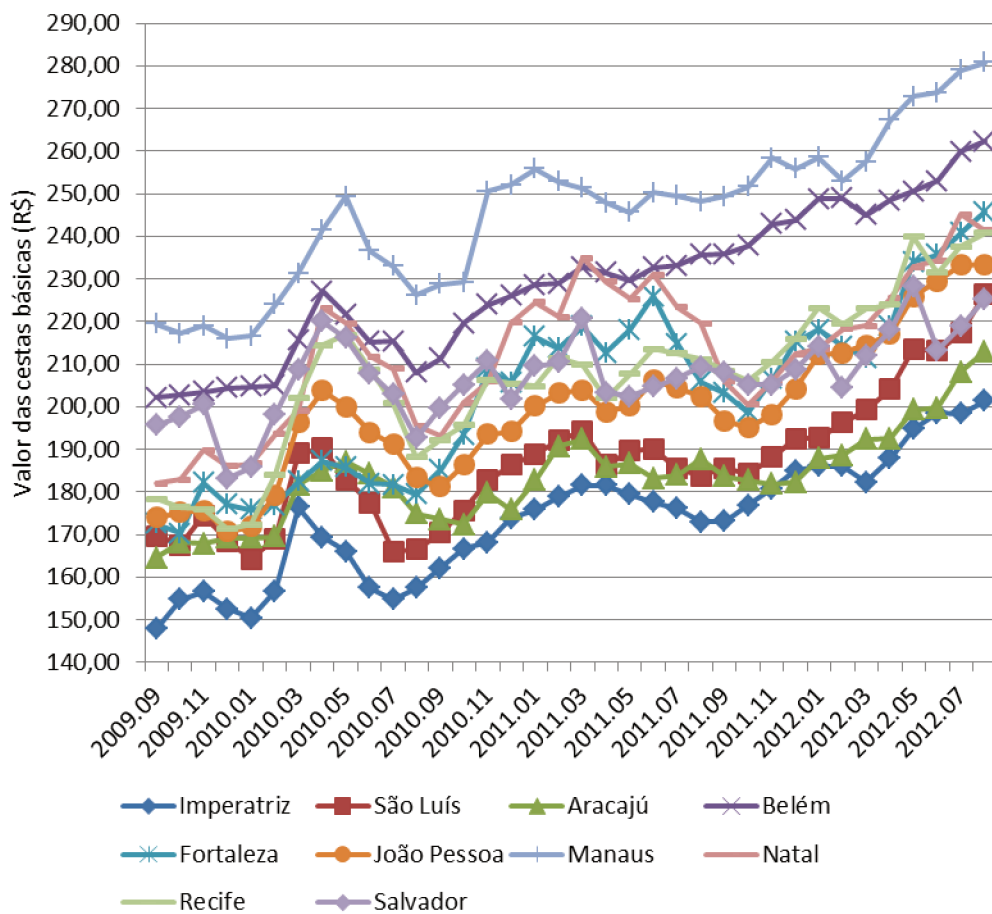


Gráfico 8 – Comportamento dos valores das cestas básicas de Imperatriz, de São Luís e das oito capitais da região 2 (Norte-Nordeste) definida pelo Dieese – setembro/2009–agosto/2012 (R\$)
Fonte: Pesquisa de campo.

Verifica-se (Gráfico 9) que em dezembro de 2011 o valor da cesta básica de Imperatriz esteve 1,48% (R\$ 2,70) superior ao da cesta básica de Aracajú.

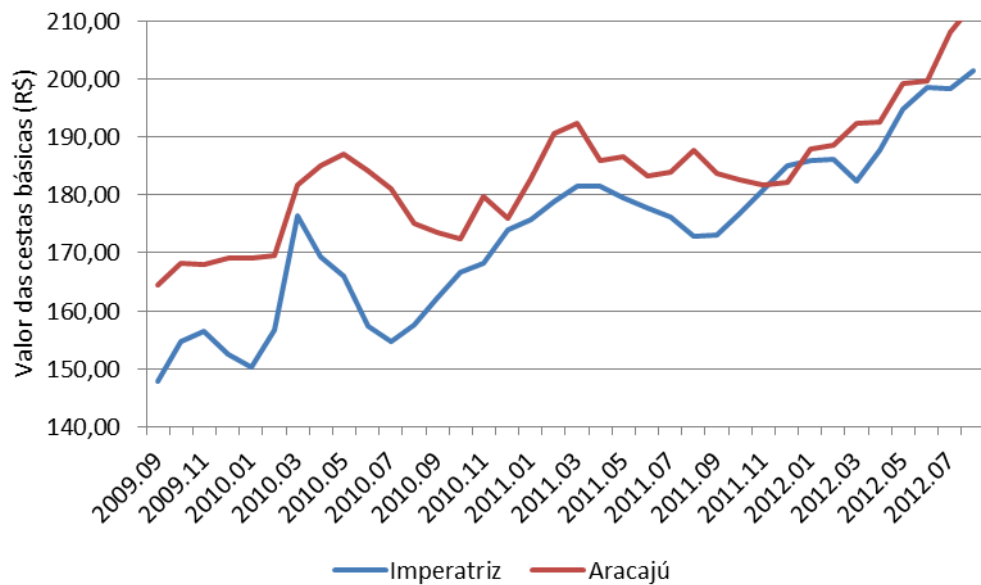


Gráfico 9 – Comparação da cesta básica de Imperatriz com a cesta básica de Aracajú - setembro/2009–agosto/2012 (R\$)

Fonte: Pesquisa de campo.

Os dados mostrados no Gráfico 9 ainda apontam que o valor da cesta básica na média é inferior ao preço de Aracaju – SE, município da região nordeste onde é feita a pesquisa do Dieese. Normalmente, nas cidades do interior os alimentos são mais baratos do que nas capitais por duas razões: a primeira devido ao maior custo de mão de obra no processo de produção, e a outra, em decorrência da maior distância dos centros produtores.

5.3 Comparação do comportamento da variação das cestas básicas

Na comparação do comportamento da variação do valor das cestas básicas de Imperatriz, de São Luís e das demais capitais da região 2 (Norte-Nordeste) definida pelo Dieese, foi utilizado o “cálculo do coeficiente de correlação de Pearson” (Ferramenta de Análise de Dados do Microsoft Excel, versão 2010), obtendo-se os seguintes resultados (Tabela 17).

Tabela 17 – Comparação do comportamento da variação da cesta básica de Imperatriz, de São Luís e das demais oito capitais da região 2 (Norte-Nordeste) definida pelo Dieese com o comportamento da variação na renda do trabalhador que ganha um salário mínimo nominal, setembro/2009 a agosto/2012

Cidades	Coefficiente de correlação de Pearson (<i>r</i>)
Imperatriz	0,8852
São Luís	0,8525
Capitais da região 2 (Dieese)	
Aracajú	0,8476
Belém	0,9216
Fortaleza	0,8383
João Pessoa	0,9052
Manaus	0,8653
Natal	0,7333
Recife	0,8653
Salvador	0,6591

Fonte: Elaboração pelo autor a partir dos resultados do cálculo de correlação de Pearson.

Na comparação do comportamento da variação dos valores das cestas básicas com a variação do salário mínimo nominal (Tabela 17), os valores retornados pelo cálculo do Coeficiente de Correlação de Pearson indicam que existe:

- alta correlação entre a variação da cesta básica de Belém com a variação do salário mínimo nominal ($0,9 \leq r < 1,0$);
- boa correlação entre a variação das cestas básicas de Imperatriz, São Luís, Aracajú, Fortaleza, João Pessoa, Manaus e Recife com a variação do salário mínimo nominal ($0,8 \leq r < 0,9$);
- média correlação entre a variação das cestas básicas de Natal e de Salvador com a variação do salário mínimo nominal ($0,6 \leq r < 0,8$).

5.4 Comparação das quantidades de horas trabalhadas

Na comparação dessas variáveis também foi utilizado o “Teste-t: duas amostras em par para médias” (Ferramenta de Análise de Dados do Microsoft Excel, versão 2010), obtendo-se os resultados (Tabela 18).

Tabela 18 – Comparação da quantidade de horas trabalhadas mensalmente necessárias para aquisição da cesta básica em Imperatriz, em São Luís e nas demais capitais da região 2 (Norte-Nordeste) definida pelo Dieese – setembro/2009–agosto/2012

Cidades	Valor de P (T<= t) bicaudal	Significância
São Luís	$4,52439 \times 10^{-18}$	99%
<i>Capitais da região 2 (Dieese)</i>		
Aracajú	$8,10971 \times 10^{-10}$	99%
Belém	$3,56517 \times 10^{-38}$	99%
Fortaleza	$3,6014 \times 10^{-22}$	99%
João Pessoa	$3,39632 \times 10^{-25}$	99%
Manaus	$9,0388 \times 10^{-37}$	99%
Natal	$6,13258 \times 10^{-23}$	99%
Recife	$8,63932 \times 10^{-24}$	99%
Salvador	$6,78565 \times 10^{-19}$	99%

Fonte: Elaboração pelo autor a partir dos resultados do Teste-t.

Na comparação dessas variáveis, os valores retornados para “P (T<=t) bicaudal”, os valores foram sempre muito próximos de zero ($P < 0,01$), o que indica a inexistência de semelhanças significativas entre a quantidade de horas trabalhadas mensalmente necessárias para a aquisição da cesta básica de Imperatriz e as quantidades necessárias à aquisição das cestas básicas das demais localidades relacionadas.

A Tabela 19 apresenta o comportamento da quantidade de horas trabalhadas mensalmente necessárias à aquisição da cesta básica de Imperatriz, de São Luís e das demais capitais da região 2 (Norte-Nordeste) definida pelo Dieese – setembro/2009–agosto/2012.

Tabela 19 – Comportamento da quantidade de horas trabalhadas mensalmente necessárias à aquisição da cesta básica de Imperatriz, de São Luís e das demais capitais da região 2 (Norte-Nordeste) definida pelo Diece – setembro/2009–agosto/2012

(continua)

Período	Quantidade de horas trabalhadas mensalmente				
	Imperatriz	São Luís	Aracajú	Belém	Fortaleza
2009.09	70,16	80,26	77,83	95,66	81,60
2009.10	73,43	79,27	79,55	95,95	80,57
2009.11	74,27	82,52	79,42	96,31	86,18
2009.12	72,38	79,71	80,04	96,67	83,72
2010.01	65,02	70,86	72,96	88,27	75,86
2010.02	67,74	72,91	73,15	88,40	76,31
2010.03	76,28	81,54	78,38	93,06	78,70
2010.04	73,18	82,04	79,79	97,94	80,76
2010.05	71,78	78,89	80,71	95,65	80,12
2010.06	68,07	76,57	79,45	92,84	78,48
2010.07	66,88	71,60	78,10	92,88	78,39
2010.08	68,14	71,82	75,47	89,71	77,43
2010.09	70,14	73,50	74,87	91,15	79,86
2010.10	72,06	75,78	74,37	94,72	83,42
2010.11	72,73	78,82	77,55	96,63	90,12
2010.12	75,19	80,35	75,87	97,53	88,71
2011.01	71,83	76,96	74,46	93,11	88,18
2011.02	73,06	78,23	77,68	93,27	87,08
2011.03	73,46	78,43	77,65	93,96	88,36
2011.04	73,49	75,20	75,03	93,41	85,83
2011.05	72,63	76,54	75,35	92,69	88,00
2011.06	71,91	76,75	73,97	93,91	91,21
2011.07	71,28	74,84	74,28	94,11	86,67
2011.08	70,00	74,17	75,78	95,13	83,09
2011.09	70,10	74,92	74,12	95,17	82,03
2011.10	71,58	74,39	73,74	96,01	80,20
2011.11	73,14	75,98	73,38	98,02	83,33
2011.12	74,84	77,73	73,56	98,39	86,87
2012.01	65,96	68,15	66,45	87,99	77,13
2012.02	66,01	69,43	66,70	88,01	75,77
2012.03	64,67	70,50	68,05	86,68	74,77
2012.04	66,60	72,17	68,09	87,86	77,41
2012.05	69,11	75,53	70,48	88,64	82,77
2012.06	70,41	75,38	70,63	89,47	83,37
2012.07	70,36	76,87	73,62	91,92	85,17
2012.08	71,42	80,10	75,33	92,79	86,92

Tabela 19 – Comportamento da quantidade de horas trabalhadas mensalmente necessárias à aquisição da cesta básica de Imperatriz, de São Luís e das demais capitais da região 2 (Norte-Nordeste) definida pelo Dieese – setembro/2009–agosto/2012

(conclusão)

Período	Quantidade de horas trabalhadas mensalmente				
	João Pessoa	Manaus	Natal	Recife	Salvador
2009.09	82,31	103,79	86,13	84,41	92,58
2009.10	82,89	102,75	86,56	83,48	93,50
2009.11	83,09	103,61	89,76	83,23	94,84
2009.12	80,73	102,17	88,02	81,05	86,65
2010.01	74,18	93,41	80,55	74,32	80,14
2010.02	77,34	96,58	83,47	79,41	85,52
2010.03	84,67	99,78	85,90	87,14	90,03
2010.04	87,94	104,19	96,29	92,52	94,90
2010.05	86,31	107,58	94,72	93,54	93,25
2010.06	83,66	102,05	91,33	90,07	89,66
2010.07	82,47	100,51	90,12	86,63	87,49
2010.08	79,07	97,60	84,37	81,19	83,12
2010.09	78,18	98,68	83,29	82,91	86,18
2010.10	80,38	98,91	86,69	84,39	88,51
2010.11	83,47	108,08	88,79	89,00	90,86
2010.12	83,79	108,73	94,82	88,65	87,01
2011.01	81,57	104,21	91,50	83,46	85,35
2011.02	82,81	102,97	90,10	86,13	85,73
2011.03	82,32	101,47	94,80	84,68	89,11
2011.04	80,25	100,08	92,60	81,55	82,10
2011.05	80,81	99,12	90,94	83,83	81,70
2011.06	83,24	101,04	93,24	86,24	82,63
2011.07	82,51	100,71	90,14	85,80	83,39
2011.08	81,73	100,15	88,61	85,21	84,51
2011.09	79,40	100,67	83,14	84,17	83,99
2011.10	78,77	101,56	80,96	83,22	82,80
2011.11	80,03	104,28	83,16	84,98	82,80
2011.12	82,43	103,25	85,72	87,19	84,29
2012.01	75,05	91,44	75,56	78,93	75,77
2012.02	75,21	89,46	77,18	77,61	72,34
2012.03	75,88	91,05	77,46	78,91	74,95
2012.04	76,73	94,50	79,73	79,22	77,08
2012.05	79,91	96,51	82,35	84,86	80,73
2012.06	81,19	96,82	82,88	81,87	75,41
2012.07	82,50	98,70	86,72	84,06	77,38
2012.08	82,54	99,32	85,40	85,17	79,66

Fonte: Pesquisa de campo.

Observou-se também que, no período de abrangência do presente estudo, a quantidade de horas trabalhadas mensalmente necessárias à aquisição da cesta básica em Imperatriz esteve sempre abaixo da quantidade necessária à aquisição das cestas básicas das demais cidades relacionadas.

A exceção também aqui foi observada na comparação da quantidade de horas necessárias para aquisição das cestas básicas de Imperatriz e de Aracajú, quando se verificou que em alguns momentos a quantidade de horas necessárias para Imperatriz esteve bem próxima da quantidade necessária a Aracajú, tendo sido, inclusive, superior a esta em uma única ocasião (Gráficos 10 e 11).

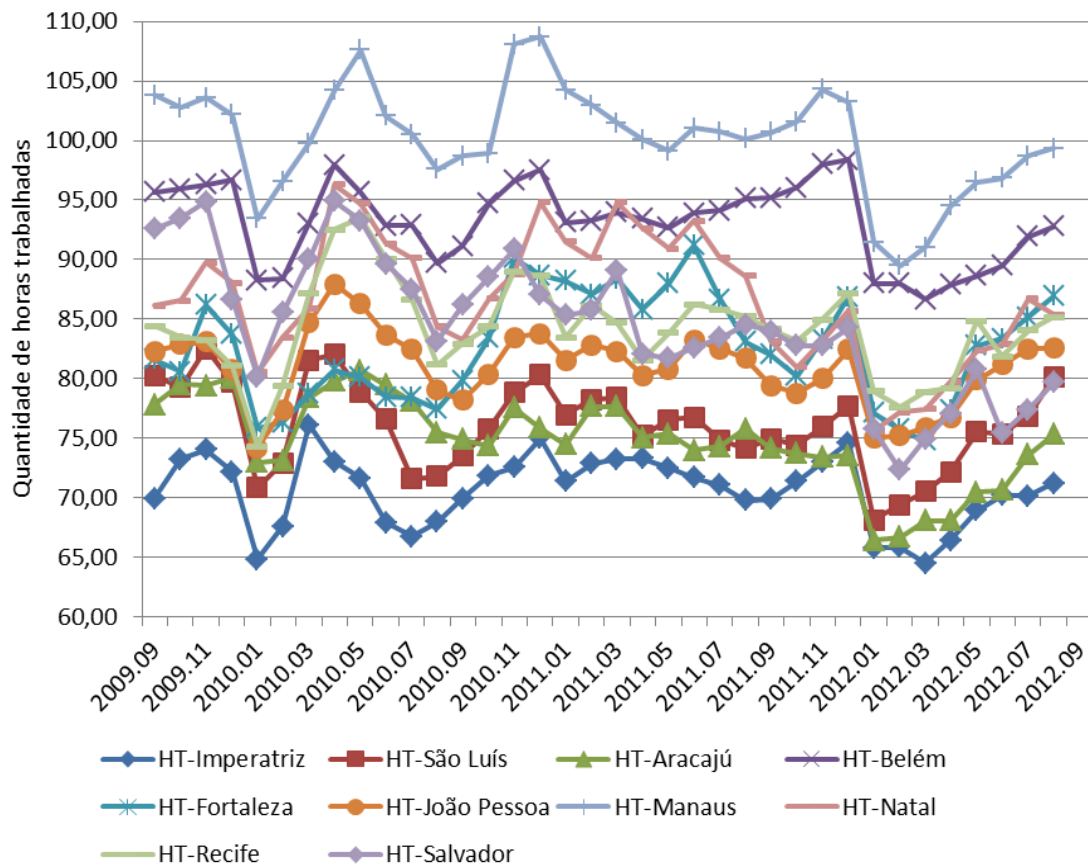


Gráfico 10– Comportamento da quantidade de horas trabalhadas mensalmente necessárias à aquisição da cesta básica de Imperatriz, de São Luís e das demais capitais da região 2 (Norte-Nordeste) definida pelo Dieese – setembro/2009–agosto/2012

Fonte: Pesquisa de campo.

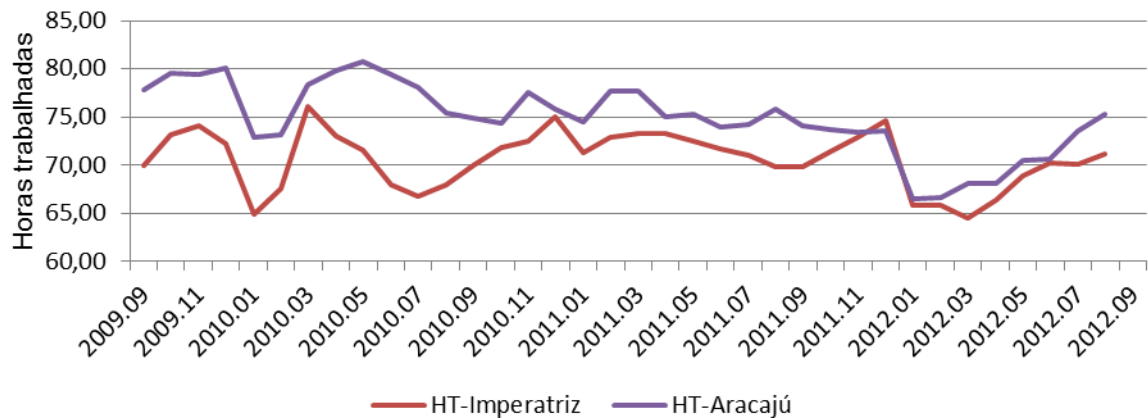


Gráfico 11– Comportamento da quantidade de horas trabalhadas mensalmente necessárias à aquisição da cesta básica de Imperatriz e de Aracajú – setembro/2009–agosto/2012
Fonte: Pesquisa de campo.

Verifica-se (Gráfico 11) que em dezembro de 2011 a quantidade de horas trabalhadas mensalmente necessárias à aquisição da cesta básica de Imperatriz esteve 1,09 horas (1h05min), superior à quantidade correspondente a Aracajú. Observa-se que o comprometimento da renda dos trabalhadores no município de Imperatriz é inferior a média das capitais, mas durante o período em análise o comprometimento da renda dos moradores do município do que nas capitais apresentadas.

5.5 Comparação dos valores dos salários mínimos necessários

Na comparação do valor do salário mínimo necessário para Imperatriz com o valor do salário mínimo necessário para São Luís e com os valores dos salários mínimos necessários para as demais capitais da região 2 (Norte-Nordeste) definida pelo Dieese, utilizou-se também o “Teste-t: duas amostras em par para médias” (Ferramenta de Análise de Dados do Microsoft Excel, versão 2010), obtendo-se os resultados (Tabela 20).

Tabela 20– Comparação do valor do salário mínimo necessário para Imperatriz com o valor do salário mínimo necessário para São Luís e para as demais capitais da região 2 (Norte-Nordeste) definida pelo Dieese – setembro/2009–agosto/2012

Cidades	Valor de P (T<= t) bicaudal	Significância
São Luís	$1,72775 \times 10^{-18}$	99%
<i>Capitais da região 2 (Dieese)</i>		
Aracajú	$2,24508 \times 10^{-10}$	99%
Belém	$1,85578 \times 10^{-36}$	99%
Fortaleza	$1,11784 \times 10^{-20}$	99%
João Pessoa	$2,05694 \times 10^{-24}$	99%
Manaus	$5,82678 \times 10^{-38}$	99%
Natal	$7,2635 \times 10^{-24}$	99%
Recife	$1,7875 \times 10^{-23}$	99%
Salvador	$1,45326 \times 10^{-21}$	99%

Fonte: Elaboração pelo autor a partir dos resultados do Teste-t.

Os valores retornados para “P(T<=t) bicaudal”, em todas as comparações, foram sempre muito próximos de zero ($P < 0,01$), o que indica a existência de diferenças significativas entre o valor do salário mínimo necessário para Imperatriz e os valores dos mínimos necessários para as demais localidades.

A Tabela 21 apresenta o comportamento dos valores dos salários mínimos necessários para Imperatriz, para São Luís e para as oito capitais da região 2 (Norte-Nordeste) definida pelo Dieese – setembro/2009-agosto/2012.

Tabela 21 – Comportamento dos valores dos salários mínimos necessários para Imperatriz, para São Luís e para as oito capitais da região 2 (Norte-Nordeste) definida pelo Dieese - setembro/2009–agosto/2012
(continua)

Período	Salário mínimo necessário (R\$)				
	Imperatriz	São Luís	Aracajú	Belém	Fortaleza
2009.09	1.245,79	1.425,15	1.381,97	1.698,52	1.448,92
2009.10	1.303,84	1.407,59	1.412,63	1.703,72	1.430,61
2009.11	1.318,71	1.465,22	1.410,28	1.710,11	1.530,33
2009.12	1.285,27	1.415,40	1.421,28	1.716,49	1.486,64
2010.01	1.266,28	1.379,95	1.420,86	1.719,01	1.477,40
2010.02	1.319,29	1.420,02	1.424,56	1.721,62	1.486,05
2010.03	1.485,63	1.587,96	1.526,46	1.812,27	1.532,60
2010.04	1.425,15	1.597,70	1.553,93	1.907,36	1.572,75
2010.05	1.397,93	1.536,38	1.571,83	1.862,84	1.560,32
2010.06	1.325,76	1.491,18	1.547,21	1.808,06	1.528,31
2010.07	1.302,58	1.394,40	1.520,92	1.808,91	1.526,72
2010.08	1.326,94	1.398,77	1.469,84	1.747,16	1.507,98
2010.09	1.365,92	1.431,45	1.458,08	1.775,22	1.555,19
2010.10	1.403,39	1.475,89	1.448,33	1.844,61	1.624,59
2010.11	1.416,49	1.535,03	1.510,33	1.881,83	1.755,05
2010.12	1.464,38	1.564,86	1.477,57	1.899,38	1.727,67
2011.01	1.481,10	1.586,87	1.535,37	1.920,05	1.818,40
2011.02	1.506,64	1.613,08	1.601,74	1.923,33	1.795,72
2011.03	1.528,82	1.632,23	1.615,93	1.955,42	1.838,90
2011.04	1.529,40	1.565,11	1.561,58	1.943,99	1.786,22
2011.05	1.511,51	1.592,83	1.568,22	1.929,04	1.831,50
2011.06	1.496,64	1.597,37	1.539,40	1.954,33	1.898,12
2011.07	1.483,37	1.557,55	1.545,87	1.958,61	1.803,78
2011.08	1.456,82	1.543,60	1.577,12	1.979,78	1.729,26
2011.09	1.458,92	1.559,23	1.542,51	1.980,54	1.707,08
2011.10	1.489,67	1.548,14	1.534,70	1.998,18	1.669,11
2011.11	1.522,18	1.581,24	1.527,22	2.039,93	1.734,30
2011.12	1.557,46	1.617,78	1.530,83	2.047,75	1.807,98
2012.01	1.566,79	1.618,62	1.578,38	2.089,92	1.831,92
2012.02	1.567,88	1.649,12	1.584,35	2.090,51	1.799,75
2012.03	1.535,96	1.674,57	1.616,44	2.058,84	1.775,89
2012.04	1.581,91	1.714,14	1.617,36	2.086,89	1.838,73
2012.05	1.641,56	1.793,95	1.673,98	2.105,38	1.965,84
2012.06	1.672,47	1.790,51	1.677,68	2.125,20	1.980,12
2012.07	1.671,21	1.825,88	1.748,59	2.183,34	2.022,96
2012.08	1.696,25	1.902,58	1.789,33	2.203,84	2.064,55

Tabela 21– Comportamento dos valores dos salários mínimos necessários para Imperatriz, para São Luís e para as oito capitais da região 2 (Norte-Nordeste) definida pelo Dieese - setembro/2009–agosto/2012
(conclusão)

Período	Salário mínimo necessário (R\$)				
	João Pessoa	Manaus	Natal	Recife	Salvador
2009.09	1.461,61	1.843,01	1.529,32	1.498,91	1.643,91
2009.10	1.471,77	1.824,45	1.536,96	1.482,36	1.660,29
2009.11	1.475,39	1.839,74	1.593,92	1.477,82	1.683,98
2009.12	1.433,46	1.814,11	1.563,01	1.439,18	1.538,64
2010.01	1.444,72	1.819,07	1.568,64	1.447,41	1.560,66
2010.02	1.506,13	1.880,99	1.625,60	1.546,46	1.665,42
2010.03	1.649,03	1.943,24	1.672,98	1.697,09	1.753,37
2010.04	1.712,63	2.029,01	1.875,27	1.801,85	1.848,22
2010.05	1.680,96	2.095,13	1.844,61	1.821,76	1.816,13
2010.06	1.629,29	1.987,43	1.778,66	1.754,05	1.746,15
2010.07	1.606,02	1.957,43	1.755,14	1.687,17	1.703,89
2010.08	1.539,99	1.900,81	1.643,07	1.581,24	1.618,79
2010.09	1.522,51	1.921,81	1.622,07	1.614,67	1.678,27
2010.10	1.565,44	1.926,18	1.688,35	1.643,57	1.723,72
2010.11	1.625,51	2.104,96	1.729,26	1.733,30	1.769,59
2010.12	1.631,81	2.117,56	1.846,54	1.726,41	1.694,48
2011.01	1.681,97	2.148,98	1.886,70	1.720,95	1.759,93
2011.02	1.707,59	2.123,35	1.857,88	1.775,97	1.767,91
2011.03	1.713,30	2.111,85	1.972,98	1.762,28	1.854,52
2011.04	1.670,04	2.082,78	1.927,11	1.697,26	1.708,60
2011.05	1.681,71	2.062,78	1.892,58	1.744,55	1.700,36
2011.06	1.732,46	2.102,77	1.940,38	1.794,79	1.719,60
2011.07	1.717,17	2.095,97	1.876,03	1.785,63	1.735,48
2011.08	1.700,95	2.084,29	1.844,19	1.773,37	1.758,75
2011.09	1.652,39	2.095,04	1.730,36	1.751,69	1.748,00
2011.10	1.639,37	2.113,53	1.684,82	1.732,04	1.723,21
2011.11	1.665,58	2.170,15	1.730,61	1.768,58	1.723,13
2011.12	1.715,57	2.148,89	1.784,04	1.814,53	1.754,30
2012.01	1.782,53	2.171,83	1.794,71	1.874,77	1.799,58
2012.02	1.786,39	2.124,87	1.833,18	1.843,35	1.718,26
2012.03	1.802,35	2.162,50	1.839,82	1.874,26	1.780,17
2012.04	1.822,60	2.244,67	1.893,67	1.881,57	1.830,75
2012.05	1.898,12	2.292,30	1.955,92	2.015,57	1.917,53
2012.06	1.928,54	2.299,61	1.968,52	1.944,50	1.791,09
2012.07	1.959,54	2.344,39	2.059,68	1.996,58	1.837,97
2012.08	1.960,46	2.359,09	2.028,34	2.022,88	1.892,16

Fonte: Pesquisa de campo.

Observou-se também que, no período de abrangência do presente estudo, o valor do salário mínimo necessário para Imperatriz esteve abaixo dos valores dos salários mínimos necessários para as demais cidades relacionadas, mantendo, inclusive, um distanciamento razoável para com estes. A exceção, quanto a valores e distanciamento, foi observada na comparação com o salário mínimo necessário para Aracajú, quando se verificou que em alguns momentos o valor salário mínimo necessário para Imperatriz esteve bem próximo do valor do salário mínimo necessário para Aracajú, tendo sido, inclusive, superior a este em uma única ocasião (Gráficos 12 e 13).

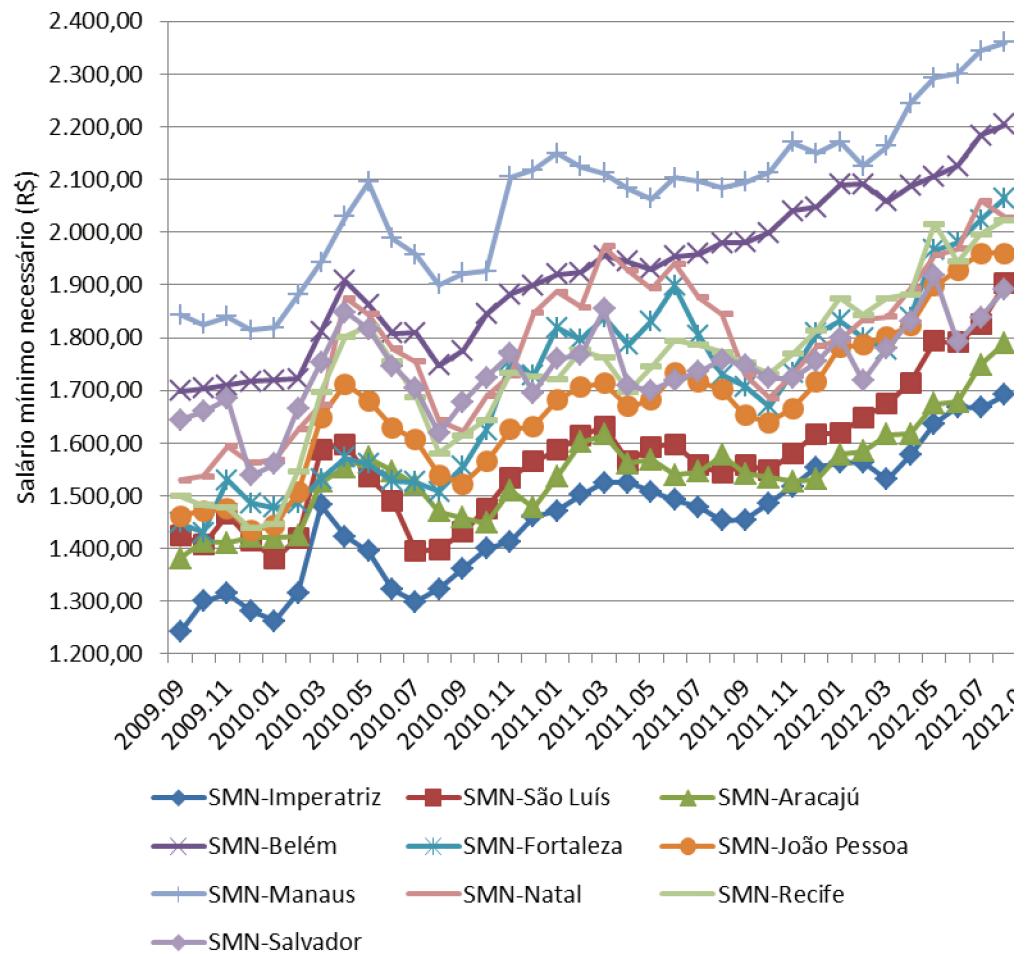


Gráfico 12–
Comportament
o dos valores
dos salários
mínimos
necessários
para
Imperatriz,
para São Luís
e para as oito
capitais da
região 2

(Norte-
Nordeste)
definida pelo
Dieese -
setembro/2009
–agosto/2012
(R\$)

Fonte:
Pesquisa de
campo.

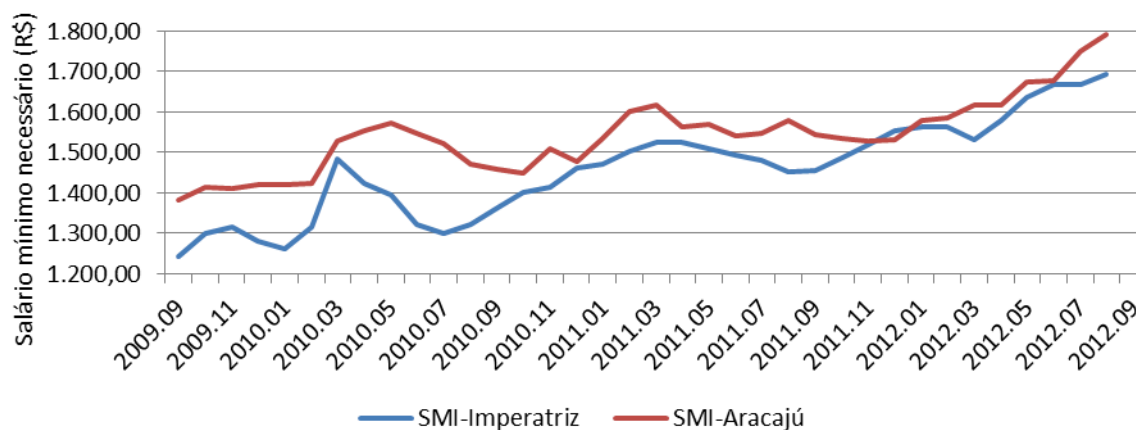


Gráfico 13 – Comportamento do salário mínimo necessário para Imperatriz e do salário mínimo necessário para Aracajú – setembro/2009–agosto/2012 (R\$)

Fonte: Pesquisa de campo.

Verifica-se (Gráfico 13) que em dezembro de 2011 o valor da cesta básica de Imperatriz esteve 1,48% (R\$ 22,68) superior ao da cesta básica de Aracajú.

Os números apresentados neste capítulo apontaram que o preço da cesta básica aumentou em Imperatriz mais do que na cidade de São Luís – MA e nas capitais dos estados nordestinos, com exceção da cidade de Fortaleza – CE (Tabela 22). Mesmo tendo preços menores no município de Imperatriz, essa variação no período foi maior (36,16%). Também cabe destacar que a variação do valor do salário mínimo vigente (33,76%) foi inferior à variação nos preços da cesta.

Tabela 22 – Variação percentual das cestas básicas de Imperatriz, de São Luís e das oito capitais da região 2 (Norte-Nordeste) definida pelo Dieese – setembro/2009–agosto/2012 (R\$)

Localidade	Valor da cesta básica		Variação %
	Setembro/2009	Agosto/2012	
Imperatriz	148,29	201,91	36,16
São Luís	169,64	226,47	33,50
<i>Capitais da região 2 (Dieese)</i>			
Aracajú	164,50	212,99	29,48

Belém	202,18	262,33	29,75
Fortaleza	172,47	245,75	42,49
João Pessoa	173,98	233,36	34,13
Manaus	219,38	280,81	28,00
Natal	182,04	241,44	32,63
Recife	178,42	240,79	34,96
Salvador	195,68	225,23	15,10

Fonte: Pesquisa de campo.

Considerando que em setembro de 2009 o salário mínimo nominal foi de R\$ 465,00 e que em agosto de 2012 seu valor foi de R\$ 622,00, significando uma variação de 33,76% no período, conclui-se que a variação na renda do trabalhador não foi suficiente para fazer frente às variações da cesta básica em todas as localidades (Tabela 22), a exemplo de Imperatriz (36,15%), Fortaleza (42,49%) e Recife (34,96%).

No município de Imperatriz os moradores acabaram por comprometer maior parte de suas rendas na aquisição da cesta básica. Além disso, o aumento do salário mínimo (33,76%) ocorreu em um ritmo menor que os preços e, como foi mostrado na base de dados, a renda dos trabalhadores no município de Imperatriz foi inferior ao aumento do salário mínimo, observado pelo aumento no número de pessoas com renda inferior ao piso mínimo.

O preço da alimentação básica ficou mais elevado em Imperatriz e isso dificulta o desenvolvimento, principalmente porque a renda do trabalhador teve variação inferior. Ou seja, a população do município gastou mais com a alimentação e, conseqüentemente, comprometeu sua qualidade de vida.

5.6 Análise do Comportamento dos Preços dos Produtos da Cesta Básica de Imperatriz – MA no período de Setembro/2009 a Agosto/2012

No período de setembro/2009 a agosto/2012, a variação do salário mínimo (33,76%) foi superior à do IPCA (17,62%), havendo portanto incorporação de ganho real de 13,72%. Contudo, a variação do salário mínimo não foi suficiente para fazer frente à variação da cesta básica no município de Imperatriz no mesmo período (36,16%). Vale destacar que tendo a variação da cesta básica em Imperatriz sido superior à variação do salário mínimo, essa diferença percentual a maior atua como redutor do ganho real incorporado ao salário mínimo para apenas 11,72%, significando uma perda de 2,00 pontos percentuais (Tabela 23).

Tabela 23 – Variação percentual dos preços em reais dos doze produtos que compõem a cesta básica de Imperatriz, da cesta básica de Imperatriz, do IPCA e do salário mínimo vigente no período de setembro/2009 a agosto/2012

Produtos	Setembro/2009	Agosto/2012	Variação %
Carne	7,00	8,99	28,43
Leite "C"	1,50	1,74	16,00
Feijão	2,56	4,50	75,78
Arroz	1,73	2,25	30,06
Farinha de mandioca	2,10	2,80	33,33
Tomate	2,10	3,41	62,38
Pão francês	4,77	5,62	17,82
Café em pó	9,44	13,00	37,71
Banana	2,56	2,92	14,06
Açúcar	0,78	1,78	128,21
Óleo de soja	2,44	3,53	44,67
Margarina	4,14	6,60	59,42
Cesta básica	148,29	201,91	36,16
IPCA*	100,00	117,62	17,62
Salário mínimo	465,00	622,00	33,76

Fonte: Pesquisa de campo; IBGE (2012); DIEESE (2012).

* Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (Setembro/2009 = 100).

De acordo com a Tabela 23, dos doze produtos que compõem a cesta básica, seis deles tiveram alta de preço superior à verificada na cesta básica de Imperatriz (36,16%) no período de setembro/2009 a agosto/2012: feijão (75,78%), tomate (62,37%), café em pó (37,71%) açúcar (128,21%) e margarina (59,42%). Os outros seis produtos tiveram variação de preço

inferior à variação da cesta básica do município: carne (28,43%), leite tipo “C” (16,00%), arroz (30,06%), farinha de mandioca (33,33%), pão francês (17,82%) e banana (14,06%).

Com relação ao IPCA (17,62%), somente dois dos produtos da cesta básica de Imperatriz apresentaram alta de preço inferior, no período em estudo: leite (16,00%) e banana (14,06%). Os demais dez produtos tiveram alta de preço superior: carne (17,62%), feijão (75,78%), arroz (30,06%), farinha de mandioca (33,33%), tomate (62,38%), pão francês (17,82), café em pó (37,71%), açúcar (128,21%), óleo (44,67%) e margarina (59,42%).

Com referência ao salário mínimo (33,76%), seis produtos tiveram alta de preço inferior: carne (28,43%), leite (16,00%), arroz (30,06%), farinha de mandioca (33,33%), pão francês (17,82%) e banana (14,06%). Os demais produtos tiveram alta de preço superior à variação do salário mínimo: feijão (75,78%), tomate (62,38%), café em pó (37,71%), açúcar (128,21%), óleo (44,67%) e margarina (59,42%).

O Gráfico 14 permite melhor visualização da alta dos preços dos produtos que compõem a cesta básica de Imperatriz em relação à variação da própria cesta, em relação à variação do IPCA e em relação à variação do salário mínimo no período de setembro/2009 a agosto/2012.

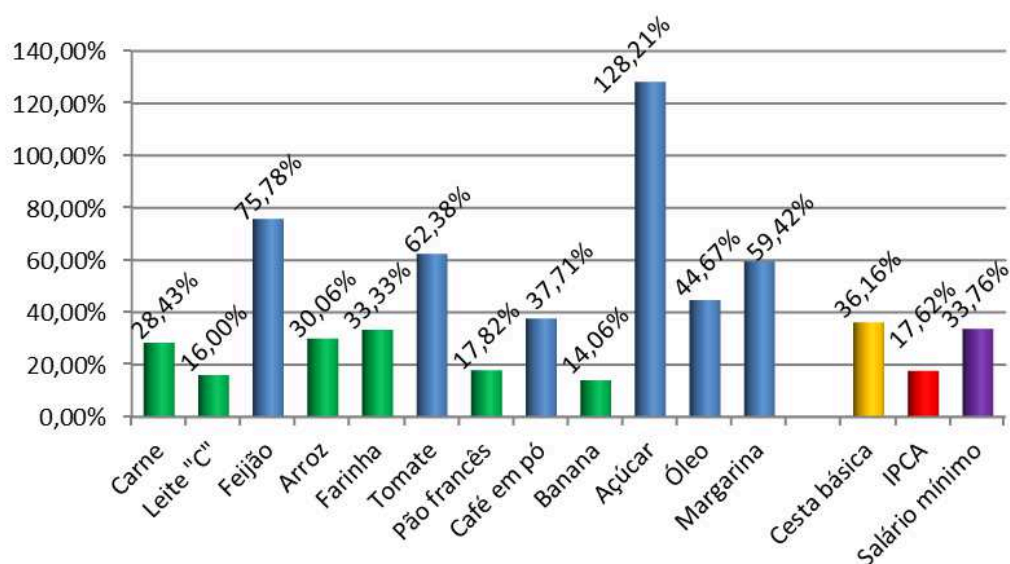


Gráfico 14 – Variação percentual acumulada dos produtos da cesta básica no município de Imperatriz – MA no período de setembro/2009 a agosto/2012

Fonte: Pesquisa de campo; IBGE (2012); DIEESE (2012).

A elevação dos preços de alguns produtos que compõem a cesta básica de Imperatriz pode ter sido influenciada, dentre outros fatores, pelo comportamento dos preços desses produtos no mercado externo (Tabela 24), dado que constituem *commodities*.

Segundo Sandroni (1999), o termo *commodity* significa “mercadoria” em inglês e, nas relações comerciais internacionais, é utilizado para designar um tipo particular de mercadoria em estado bruto ou produto primário de grande participação no comércio internacional, a exemplo do café, do açúcar, da soja, do milho, da carne em geral, do ouro, etc. Desta forma esses produtos (*commodities*) têm seus preços regulados pelo mercado externo – sujeitos, portanto, à oferta e à demanda externas e, também, às variações cambiais.

Tabela 24 – Preços em dólar e em reais de *commodities* selecionadas e variação percentual dos preços em reais (setembro de 2009/agosto de 2012)

<i>Commodities</i> selecionadas	Preços em setembro/2009		Preços em agosto/2012		Variação % dos preços em reais
	US\$	R\$	US\$	R\$	
Açúcar em bruto (t)	339,7	604,67	505,5	1.031,22	70,54
Açúcar refinado (t)	387,7	690,11	576,4	1.175,86	70,39
Café em grão (saca de 60 kg)	143,6	255,61	203,9	415,96	62,73
Carne bovina “in natura” (t)	3.572,2	6.358,52	4.648,8	9.483,55	49,15
Etanol (1.000 l FOB)	407,2	724,82	708,5	1.445,34	99,41
Óleo de soja em bruto (t)	755,0	1.343,90	1.158,3	2.362,93	75,83
Soja em grão (t)	446,7	795,13	586,7	1.196,87	50,53

Fonte: Adaptado de MDIC (Exportações de commodities).

Notas:

1. Setembro/2009: US\$ 1,00 = R\$ 1,78;
2. Agosto/2012: US\$ 1,00 = R\$ 2,04;
3. Variação do dólar no período: 14,61%;
4. Desvalorização cambial de 12,75%.

A Tabela 24 demonstra que todas as *commodities* selecionadas tiveram aumento de preço em dólar no mercado externo. Esse aumento do preço em dólar, aliado à desvalorização cambial ocorrida no período setembro/2009 (US\$ 1,00 = R\$ 1,78) a agosto/2012 (US\$ 1,00 = R\$ 2,04), o que acarretou alta também nos preços em reais, certamente estimularam os produtores a intensificarem as exportações dessas *commodities* em detrimento da oferta desses produtos para o mercado interno, causando pressões ascendentes nos preços internos.

O aumento dos preços dessas *commodities* no mercado internacional pode ter sido motivado pela elevação do nível de consumo mundial desses produtos e/ou por eventuais quebras de produção nos países produtores em decorrência da falta ou excesso de chuva, geadas, etc.

No decorrer do mesmo período (setembro/2009-agosto/2012), entretanto, houve momentos de valorização cambial, principalmente no período de maio/2010 a junho/2011 (Gráfico 15).

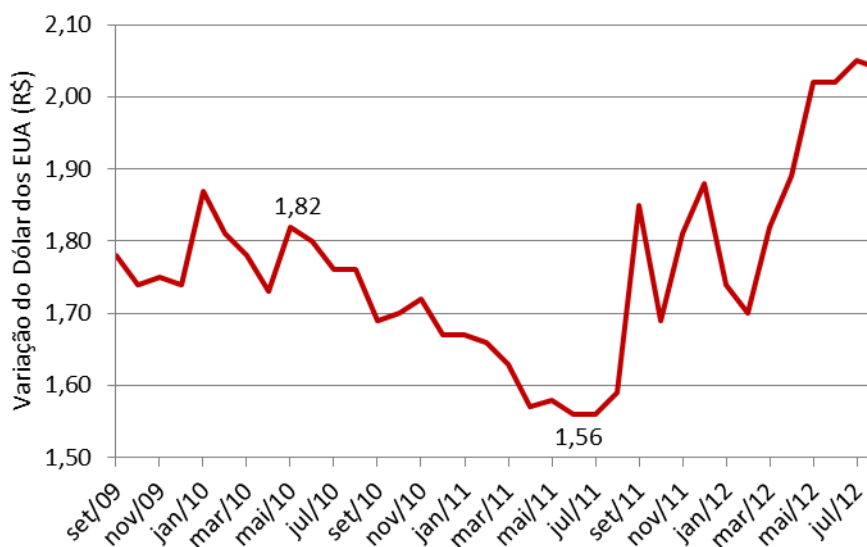


Gráfico 15 – Variação do Dólar dos EUA (R\$) – setembro/2009 a agosto/2012
Fonte: Banco Central do Brasil/Conversão de Moedas (2013).

O Gráfico 15 demonstra que o valor do dólar sofreu baixas constantes de R\$ 1,82 (maio/2010) até atingir o seu valor mais baixo no período em estudo (setembro/2009 a agosto/2012), que foi de R\$ 1,56 (junho/2011), significando uma valorização cambial em 16,67%. Essa valorização cambial pode ter influenciado a importação de alguns produtos tais como leite e trigo.

Carne (bovina)

A variação do preço da carne bovina (28,43%) no município de Imperatriz foi inferior à variação do preço da cesta básica (7,73 pontos percentuais) e à do salário mínimo (5,33 pontos percentuais). Em relação à variação do IPCA, ocorreu o inverso, tendo superado esse indicador em 10,81 pontos percentuais (Gráfico 16).

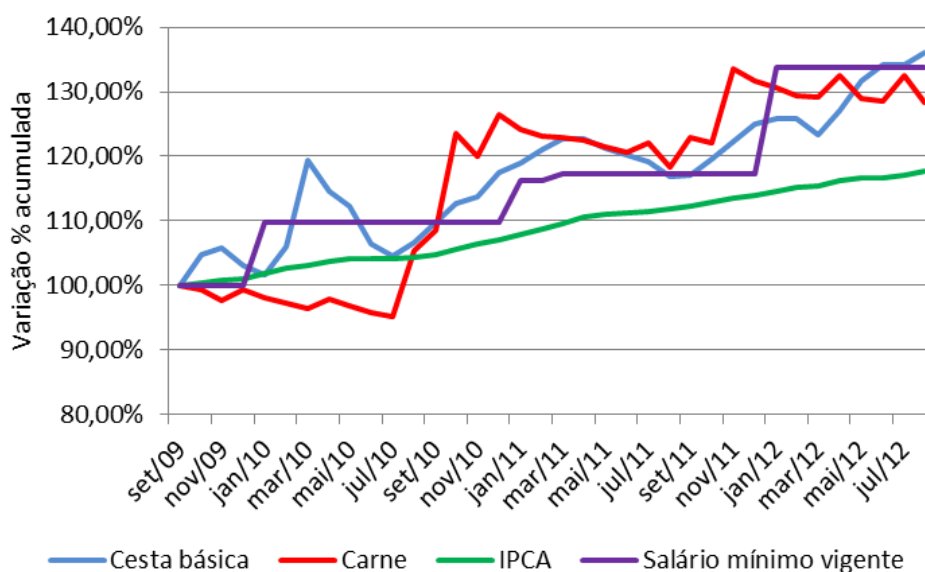


Gráfico 16 – Comportamento da variação acumulada do preço da cesta básica e da carne no município de Imperatriz – MA, do IPCA e do salário mínimo no período de setembro/2009 a agosto/2012
Fonte: Pesquisa de campo.

O preço da carne bovina acumulou alta de 49,15% em reais no mercado internacional, superior, portanto, à variação do IPCA (17,62%), fato que pode ter influenciado o aumento das exportações desse produto contribuindo para aumentar sua escassez no mercado interno com a consequente elevação do nível geral de preços.

Porém, a variação de seu preço a patamares superiores ao verificado na pesquisa em Imperatriz (28,43%) pode ter sido contida pelo fato de que, no período em estudo, o estado do Maranhão não constava como zona livre da febre aftosa, o que inviabilizava a comercialização do produto em outros estados e no mercado externo, mantendo a oferta local em níveis capazes de inibir uma maior pressão no preço para cima.

Leite tipo “C”

O preço do leite teve variação de 16,00% – inferior à variação do preço da cesta básica (36,16%) em 20,16 pontos percentuais, à do IPCA (17,62%) em 1,62 pontos percentuais e à do salário mínimo (33,76%) em 17,76 pontos percentuais (Gráfico 17).

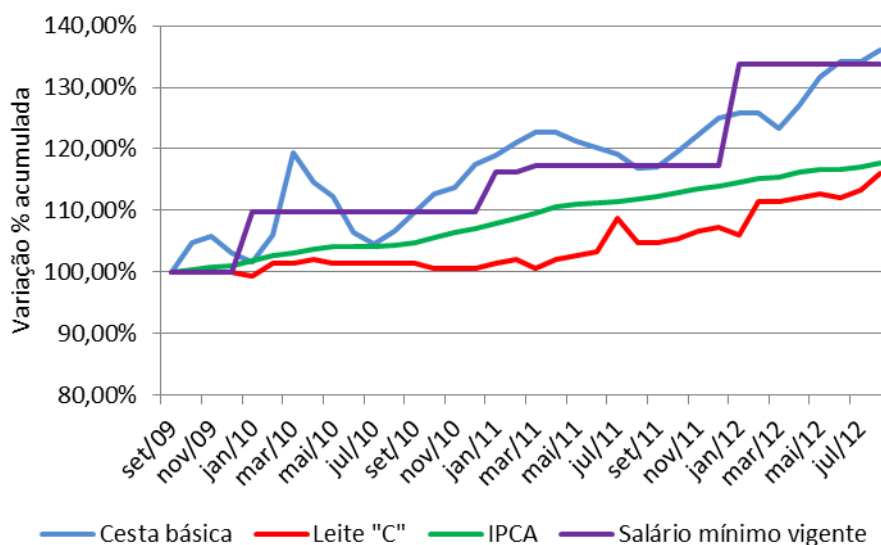


Gráfico 17 – Comportamento da variação acumulada do preço da cesta básica e do leite no município de Imperatriz – MA, do IPCA e do salário mínimo no período de setembro/2009 a agosto/2012

Fonte: Pesquisa de campo.

No período em estudo, o preço do dólar passou de R\$ 1,78 (30/09/2009) para R\$ 2,04 (31/08/2012), acumulando alta de 14,61%, significando uma desvalorização cambial.

Dois fatores podem ter contribuído para a elevação moderada do preço do leite:

- o fato de que, no período em estudo, semelhantemente ao que ocorreu com a carne, o Maranhão não se incluía na zona livre da febre aftosa e isso impossibilitou a comercialização do produto para outras regiões, o que pode ter contribuído para manter a oferta local em níveis capazes de aliviar as pressões inflacionárias.
- a valorização cambial (16,67%) ocorrida no período de maio/2010 (US\$ 1,00 = R\$ 1,82) a junho/2011 (US\$ 1,00 = R\$ 1,56) pode ter favorecido importações de leite de países do Mercosul (Argentina, Chile e Uruguai) a preços atrativos, contribuindo para aumentar a oferta interna do produto a preços competitivos. Vale ainda destacar que, conforme noticiado frequentemente pela mídia, os custos de produção nesses países são inferiores aos custos de produção no Brasil.

Feijão

A variação no preço do feijão (75,78%) superou em muito a variação dos três indicadores utilizados, tendo sido maior que a variação do preço da cesta básica (36,16%) em 39,62 pontos percentuais, à do IPCA (17,62%) em 58,16 pontos percentuais e à do salário mínimo (33,76%) em 42,02 pontos percentuais (Gráfico 18).

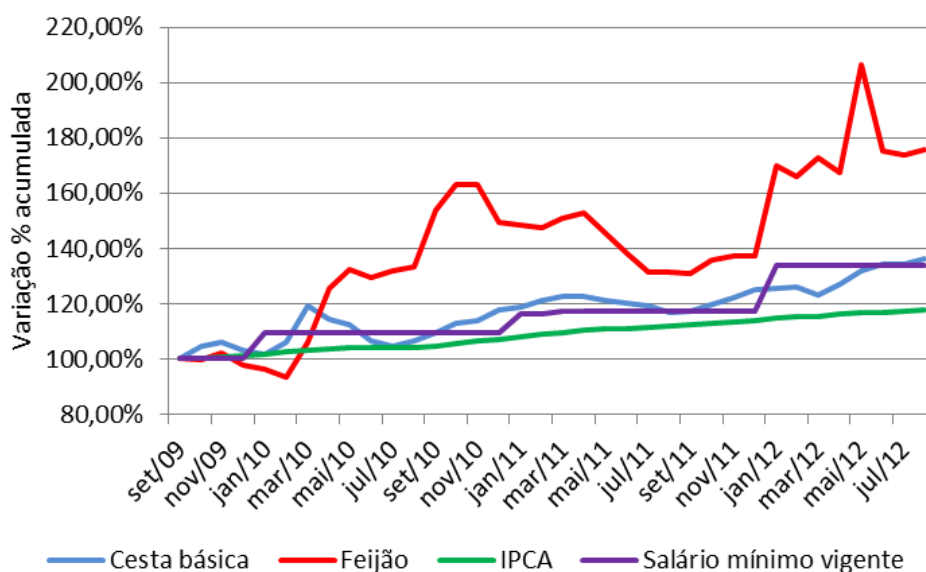


Gráfico 18 – Comportamento da variação acumulada do preço da cesta básica e do feijão no município de Imperatriz – MA, do IPCA e do salário mínimo no período de setembro/2009 a agosto/2012
Fonte: Pesquisa de campo.

Adversidades climáticas (secas ou chuvas excessivas) nas principais regiões produtoras (Minas Gerais, Paraná e estados nordestinos), redução de área plantada e ainda o emprego de técnicas inadequadas de cultivo (principalmente falta adubação e/ou não execução do vazão sanitário – esta última é necessária para eliminar o vírus transmitido pela mosca-branca, capaz de causar danos à lavoura) por parte dos pequenos produtores rurais (em grande maioria, agricultores familiares) são fatores que podem ter contribuído para a redução oferta do produto no período em estudo, gerando pressões no preço para cima.

O feijão é um dos alimentos mais consumidos por populações de menor renda, constituindo-se em alimento básico, como é o caso da população nordestina. Prova disso é que, de acordo com a POF/IBGE 2008-2009, na Região Nordeste, o consumo anual *per capita* registrado para o feijão foi de 12,29 kg, enquanto a média nacional ficou em 9,12 kg. Vale destacar que o consumo *per capita* anual na zona rural da Região Nordeste, onde a renda é menor, é de 12,97 kg enquanto na zona urbana da mesma região é de 10,09 kg.

Por ser o feijão um alimento básico e de maior consumo por populações de menor renda, essa alta no seu preço gerou considerável redução no ganho real incorporado ao salário mínimo no período em estudo e, portanto, o trabalhador nordestino que ganha um salário mínimo teve mais dificuldade para adquirir o produto, o que implica também em dificuldade para arcar com a aquisição dos demais itens da cesta e com as demais despesas como moradia,

saúde, lazer, educação, etc., o que certamente contribuiu para diminuir o nível de seu bem estar.

Arroz

A variação do preço do arroz (30,06%) foi inferior à variação do preço da cesta básica (36,16%) em 6,10 pontos percentuais e à do salário mínimo (33,76%) em 3,70 pontos percentuais. Em relação à variação do IPCA (17,62%), ocorreu o inverso, tendo superado esse indicador em 12,44 pontos percentuais (Gráfico 19).

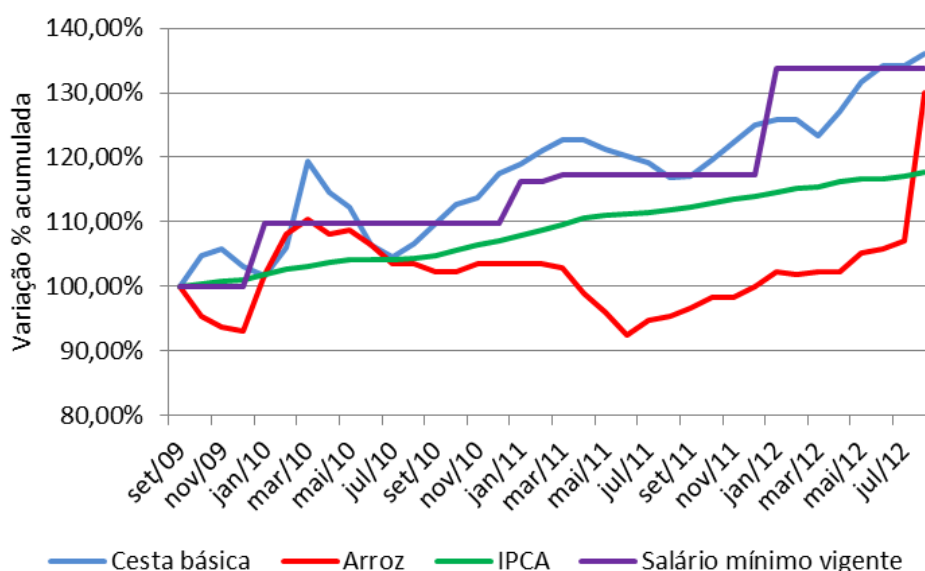


Gráfico 19 – Comportamento da variação acumulada do preço da cesta básica e do arroz no município de Imperatriz – MA, do IPCA e do salário mínimo no período de setembro/2009 a agosto/2012
Fonte: Pesquisa de campo.

O aumento do preço do arroz se justifica pela pouca produção local dos agricultores familiares em “roças de toco”, com elevado custo de produção que se traduz em desestímulo para o aumento da área de cultivo e para o emprego de técnicas adequadas de produção (mecanização do cultivo e emprego de adubação). Este cenário obriga o comércio local a importar o produto de outras regiões produtoras, arcando com o ônus de frete elevado devido à má conservação das estradas, o que contribuiu para a elevação de preço (alta acima do IPCA, mas abaixo do salário mínimo).

Apesar de, no período em estudo, o dólar ter acumulado alta de 14,61%, houve momentos de valorização cambial, a exemplo do período compreendido entre maio/2010

(US\$ 1,00 = R\$ 1,82) e junho/2011 (US\$ 1,00 = R\$ 1,56), o que pode ter favorecido importar o produto aumentando a oferta para consumo interno a preços competitivos, o que pode ter contribuído para inibir a alta de seu preço a patamares mais elevados.

Farinha de mandioca

A variação do preço da farinha de mandioca (33,33%) foi inferior à variação do preço da cesta básica (36,16%) em 2,83 pontos percentuais e à do salário mínimo (33,76%) em 0,43 pontos percentuais, mas superou variação do IPCA (17,62%) em 15,71 pontos percentuais (Gráfico 20).

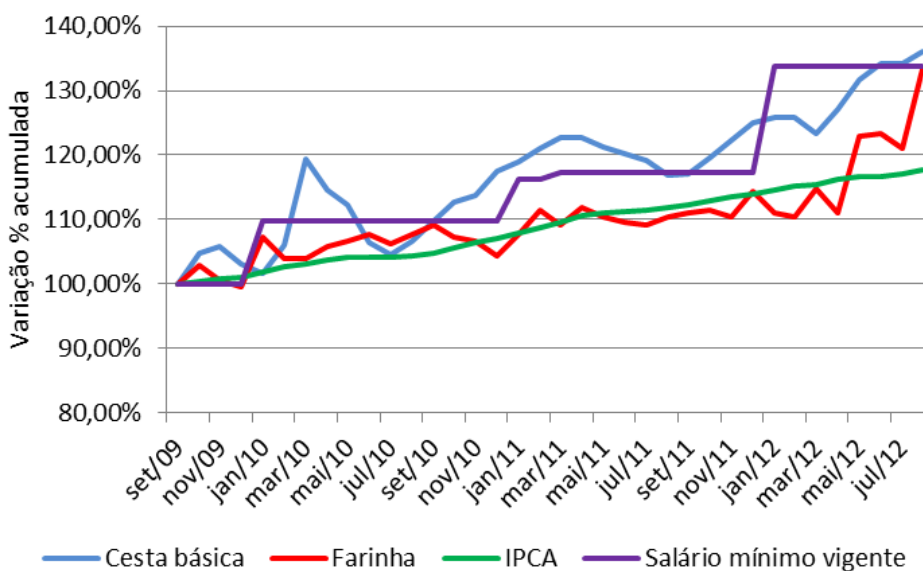


Gráfico 20 – Comportamento da variação acumulada do preço da cesta básica e da farinha de mandioca no município de Imperatriz – MA, do IPCA e do salário mínimo no período de setembro/2009 a agosto/2012
Fonte: Pesquisa de campo.

A farinha de mandioca tem como matéria prima a mandioca, produto ainda cultivado no município de Imperatriz, embora se observe grande redução da área cultivada e, conseqüentemente, da produção. A elevação do preço em patamares menores que a verificada em outros produtos pode ter sido motivada pelo fato de ser a fabricação de farinha de mandioca uma atividade tradicional do município e região circunvizinha – assim como o é em todo o Nordeste. Desta forma, ainda que os comerciantes locais tenham importado farinha de mandioca para atender à demanda local, certamente o fizeram de regiões próximas com frete relativamente baixo.

Contudo não se deve desconsiderar o fato de que a farinha de mandioca é mais um alimento básico para a população nordestina. Segundo a POF/IBGE 2008-2009, o consumo *per capita* anual de farinha de mandioca na Região Nordeste é de 9,67 kg, enquanto a média nacional é de apenas 5,33 kg. Destaca-se ainda que na zona urbana do Nordeste o consumo *per capita* anual é de apenas 6,91 kg, mas na zona rural, onde reside a população de menor renda, o consumo chega a 16,91 kg – mais que o dobro do consumo da zona urbana.

Desta forma, um aumento superior à inflação contribui para reduzir a parcela de ganho real incorporada ao salário mínimo, criando dificuldades para o trabalhador nordestino de baixa renda manter sua tradição de comer farinha de mandioca.

Outro fato que pode ter contribuído para inibir maiores altas no preço da farinha de mandioca pode estar relacionado com a alta do preço do feijão (75,78%), haja vista que, para a população nordestina, a farinha de mandioca e o feijão podem ser considerados bens complementares. Nesse caso, uma redução no consumo de feijão implica na redução do consumo de farinha de mandioca, contribuindo para aliviar as pressões ascendentes em seu preço.

Tomate

A variação no preço do tomate (62,38%) também superou consideravelmente a variação dos três indicadores utilizados, tendo sido maior que a variação do preço da cesta básica (36,16%) em 26,22 pontos percentuais, à do IPCA (17,62%) em 44,76 pontos percentuais e à do salário mínimo (33,76%) em 28,62 pontos percentuais (Gráfico 21).

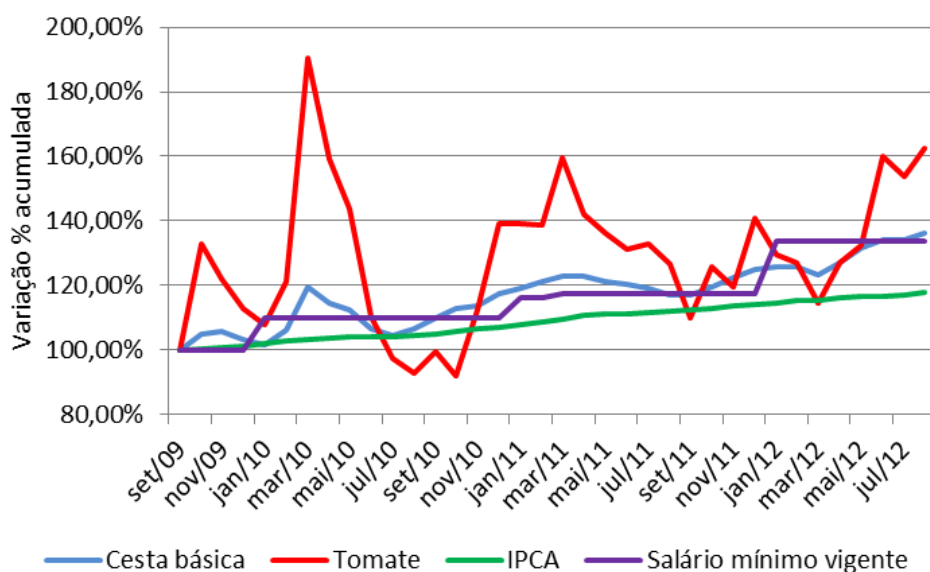


Gráfico 21 – Comportamento da variação acumulada do preço da cesta básica e do tomate no município de Imperatriz – MA, do IPCA e do salário mínimo no período de setembro/2009 a agosto/2012
Fonte: Pesquisa de campo.

A elevação do preço se justifica pela baixa produção local (apenas 125 t/ano) em área constante (5 ha). Por ter demanda elevada, o comércio local importa o produto de outras regiões do país, Sudeste e Centro-Oeste, a fretes elevados devido à má conservação das estradas e, também, por se tratar de produto altamente perecível.

O comportamento muito irregular da variação do preço do tomate está mais relacionado à qualidade momentânea do produto do que propriamente à alta demanda que encerra, já que tem demanda elevado ao longo de todo o ano.

Pão francês

A variação do preço do pão francês (17,82%) ficou abaixo da variação do preço da cesta básica (36,16%) em 18,34 pontos percentuais e à do salário mínimo (33,76%) em 15,94 pontos percentuais, mas superou a variação do IPCA (17,62%) em 0,20 pontos percentuais (Gráfico 22).

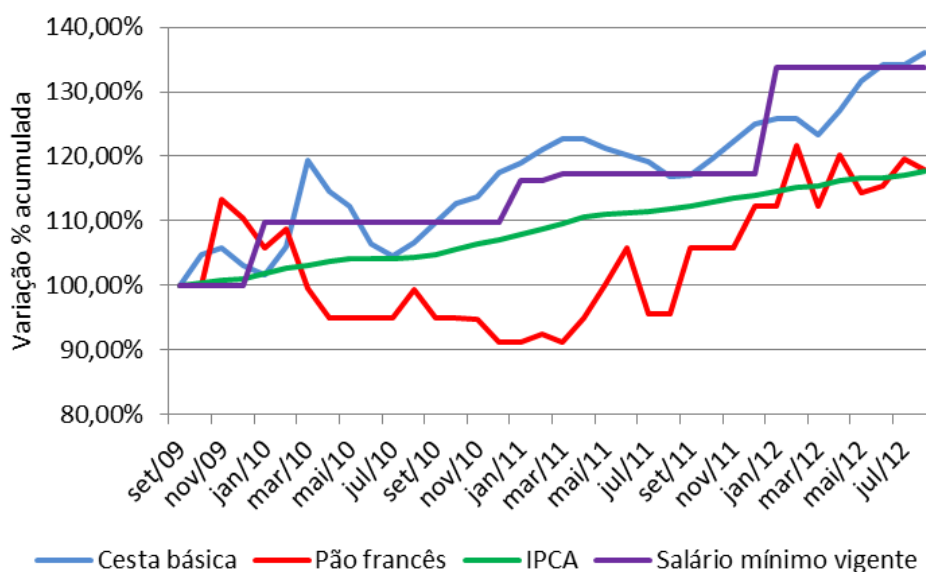


Gráfico 22 – Comportamento da variação acumulada do preço da cesta básica e do pão francês no município de Imperatriz – MA, do IPCA e do salário mínimo no período de setembro/2009 a agosto/2012
Fonte: Pesquisa de campo.

O pão francês tem como matéria prima básica a farinha de trigo. O trigo, por se tratar de *commodity* (produto de demanda mundial), tem seu preço regulado pelo mercado externo e, conforme já visto para o caso do arroz, houve valorização cambial no período de maio/2010 (US\$ 1,00 = R\$ 1,82) a junho/2011 (US\$ 1,00 = R\$ 1,56), o que pode ter favorecido importações do produto nesse período provocando um aumento da oferta no mercado interno contribuindo. O aumento da oferta interna de trigo atua no sentido de aliviar pressões ascendentes sobre o preço do pão francês.

No caso específico de Imperatriz, a irregularidade verificada na curva de comportamento do preço do pão deveu-se ao fato de que, em alguns momentos, alguns produtores de pão resolveram aumentar o preço do produto.

Há que se considerar também o fato de que uma elevação de preços nos demais produtos da cesta ocasiona uma diminuição na renda do consumidor, que tenderá a aumentar o consumo de pão (bem inferior) e um aumento na demanda desse produto influenciará a alta de seu preço.

Café em pó

A variação no preço do café (37,71%) em pó superou a variação a variação do preço da cesta básica (36,16%) em 1,55 pontos percentuais, a do IPCA (17,62%) em 20,09 pontos percentuais e a do salário mínimo (33,76%) em 3,95 pontos percentuais (Gráfico 23).

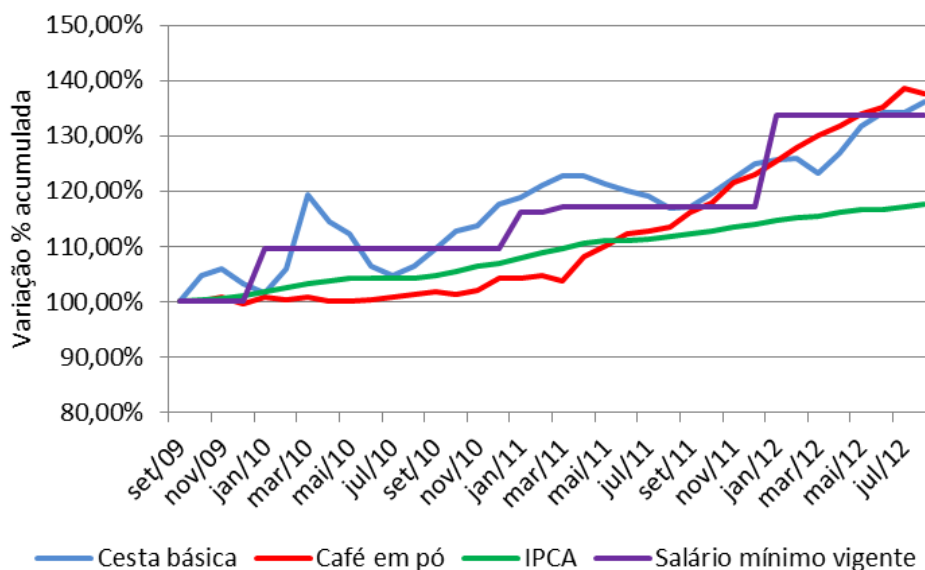


Gráfico 23 – Comportamento da variação acumulada do preço da cesta básica e do café em pó no município de Imperatriz – MA, do IPCA e do salário mínimo no período de setembro/2009 a agosto/2012
Fonte: Pesquisa de campo.

O preço em reais do café em grão (saca de 60 kg) teve alta de 62,73% no mercado internacional (setembro/2009-agosto/2012). Essa elevação do preço externo pode ter influenciado o aumento das exportações do produto contribuindo para diminuir sua oferta para o mercado interno, gerando pressões ascendentes no seu preço.

A ocorrência de adversidades climáticas (secas e geadas) nas principais regiões produtoras de café (Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Bahia, Paraná e Rondônia), além dos elevados custos relativos de produção e redução da área plantada também são fatores que podem ter contribuído para a diminuição da oferta interna pela redução da área plantada, provocando pressões no preço do produto para cima.

Banana

A variação verificada no preço da banana (14,06%) foi inferior à variação do preço da cesta básica (36,16%) em 22,10 pontos percentuais, à do IPCA (17,62%) em 3,56 pontos percentuais e à do salário mínimo (33,76%) em 19,70 pontos percentuais (Gráfico 24).

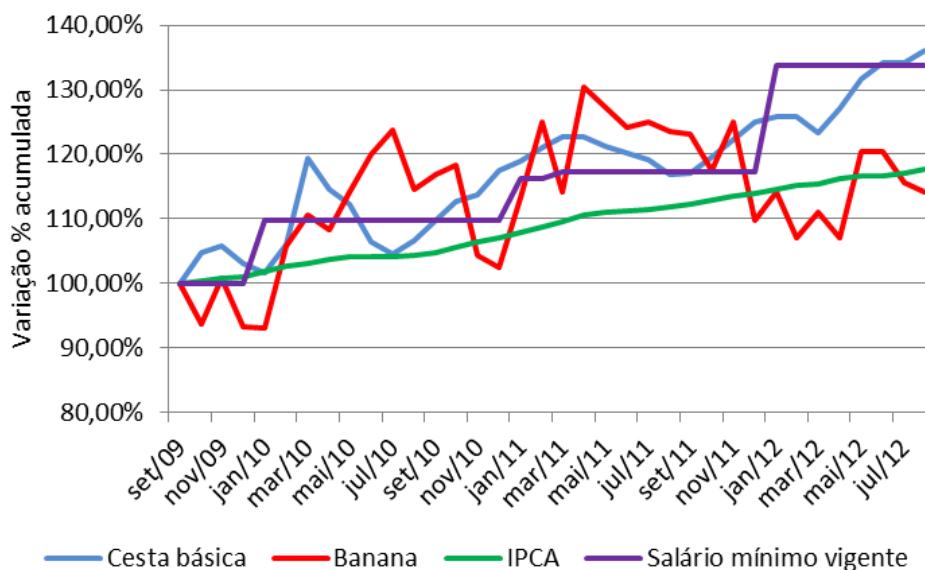


Gráfico 24 – Comportamento da variação acumulada do preço da cesta básica e da banana no município de Imperatriz – MA, do IPCA e do salário mínimo no período de setembro/2009 a agosto/2012
Fonte: Pesquisa de campo.

A banana, embora largamente consumida pela população de baixa renda, é pouco produzida no município de Imperatriz, pelo que o comércio local importa o produto de municípios circunvizinhos com baixo custo de frete nessa importação, o que pode ter inibido maiores altas no preço desse produto.

A irregularidade no comportamento da curva de variação do preço deve-se em grande parte à qualidade momentânea do produto, semelhante ao que ocorre com o tomate, do que propriamente à diminuição da oferta e/ou aumento da demanda.

Açúcar

O açúcar foi, de forma isolada, o produto cujo preço acumulou a maior variação no período em estudo (128,21%), tendo superado a variação do preço da cesta básica (36,16%) em 92,05 pontos percentuais, a do IPCA (17,62%) em 110,59 pontos percentuais e a do salário mínimo (33,76%) em 94,45 pontos percentuais (Gráfico 25).

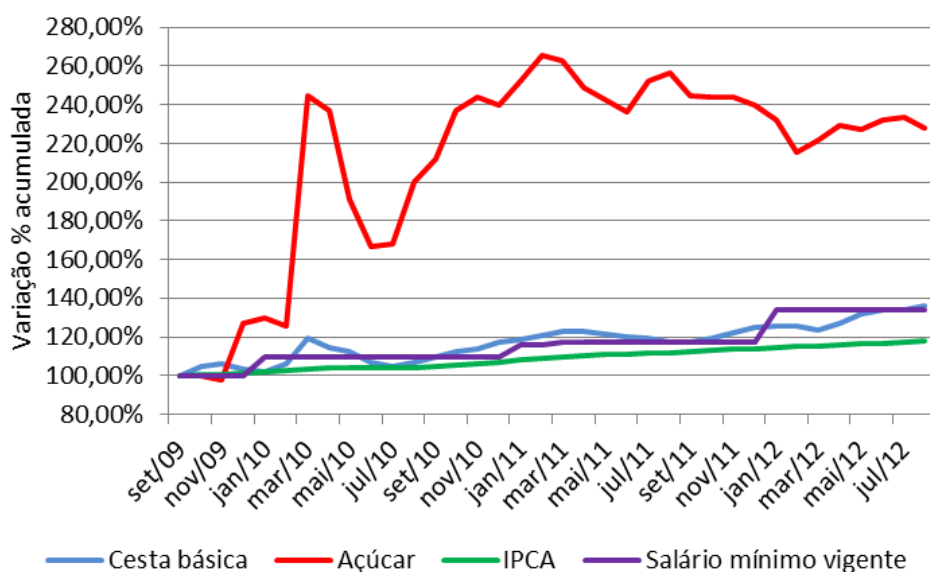


Gráfico 25 – Comportamento da variação acumulada do preço da cesta básica e do açúcar no município de Imperatriz – MA, do IPCA e do salário mínimo no período de setembro/2009 a agosto/2012
Fonte: Pesquisa de campo.

A grande elevação do preço do produto no período em estudo pode ser justificada por dois fatores:

- a) o primeiro deles refere-se ao fato de que o açúcar é uma *commodity* que teve seu preço em reais bastante elevado no mercado internacional durante o período em estudo, tanto o do açúcar em bruto (70,54%) como o do açúcar refinado (70,39%), fato que pode ter estimulado as exportações do produto em detrimento da oferta para o consumo interno, ocasionando pressões no preço interno para cima;
- b) o segundo pelo fato de o aumento das exportações de etanol impactar negativamente a oferta de açúcar, haja vista que o açúcar e o etanol têm, ambos, a mesma matéria-prima: a cana de açúcar. No período de setembro/2009 a agosto/2012 o preço em reais do etanol acumulou alta de 99,41% no mercado internacional – o que aponta para um substancial aumento da demanda mundial por esse produto, pois além de ser uma fonte de energia renovável, sua queima é significativamente menos poluente do que a de combustíveis fósseis. A elevação do preço a esse patamar pode ter influenciado sobremaneira as exportações da *commodity* em quantidades cada vez maiores. Há que se considerar ainda o fato de que produzir mais etanol significa desviar maiores parcelas da produção de cana de açúcar das usinas produtoras de açúcar para as destilarias produtoras de etanol, o que pode ter contribuído para a redução da oferta de açúcar e a consequente elevação de seu preço também no mercado interno.

No caso específico de Imperatriz, a elevada alta de preço do açúcar (128,21%) pode estar associada, também, a uma suposta defasagem no preço do produto ao início da pesquisa no município (R\$ 0,78/kg em setembro/2009), quando dados do Dieese apontam para um preço médio de R\$ 1,73/kg nas capitais que compõem a região 2 (Norte-Nordeste) no mesmo período – mais que o dobro do preço verificado em Imperatriz.

Óleo de soja

O óleo de soja é mais um produto cujo aumento de preço (44,67%), em Imperatriz, superou a variação dos três indicadores, tendo ficado 8,51 pontos percentuais acima da variação do preço da cesta básica (36,16%), 27,05 pontos percentuais acima da variação do IPCA (17,62%) e 10,91 pontos percentuais acima da variação do salário mínimo (33,76%), Gráfico 26.

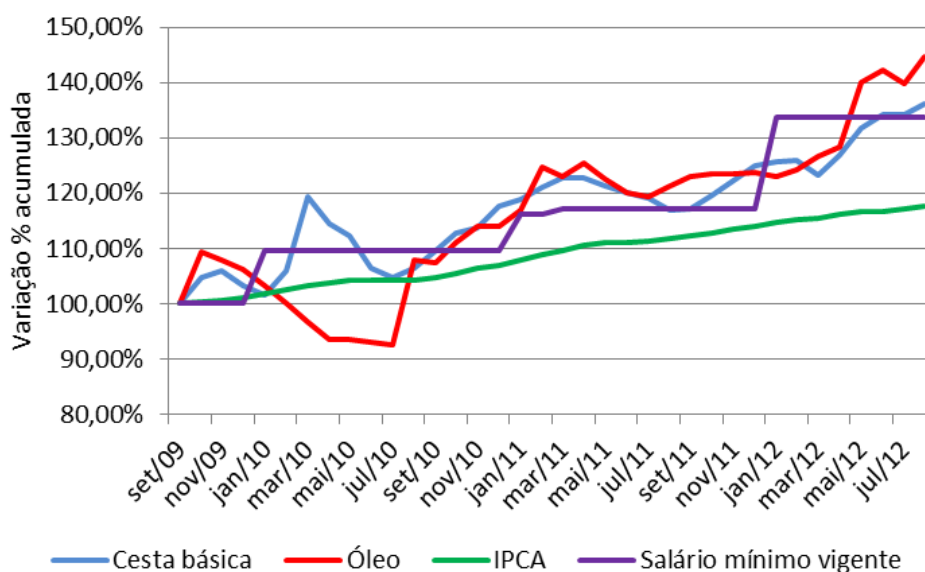


Gráfico 26 – Comportamento da variação acumulada do preço da cesta básica e do óleo de soja no município de Imperatriz – MA, do IPCA e do salário mínimo no período de setembro/2009 a agosto/2012
Fonte: Pesquisa de campo.

A alta do preço do óleo de soja pode estar relacionada à elevação do preço em reais de sua matéria-prima, a *commodity* soja em grão, no mercado externo (50,53%). Outra *commodity* que também tem a soja como matéria-prima é o óleo de soja em bruto, que também alcançou substancial elevação do preço em reais no mercado externo (75,83%). A alta dos preços dessas duas *commodities* aponta para um aumento do consumo mundial desses

dois produtos e os preços aquecidos podem ter estimulado as exportações em detrimento da disponibilidade do grão para a indústria que abastece o mercado nacional causando redução na oferta de óleo de soja e a consequente elevação de seu preço no mercado interno.

Por outro lado, com a superação das safras de soja ano a ano o Brasil tem conseguido atender satisfatoriamente à demanda interna, o que tem contribuído para inibir maiores altas no preço interno do óleo de soja.

Margarina

A variação no preço da margarina também superou consideravelmente a variação dos três indicadores utilizados, tendo sido maior que a variação do preço da cesta básica em 23,26 pontos percentuais, à do IPCA em 41,80 pontos percentuais e à do salário mínimo em 25,66 pontos percentuais (Gráfico 27).

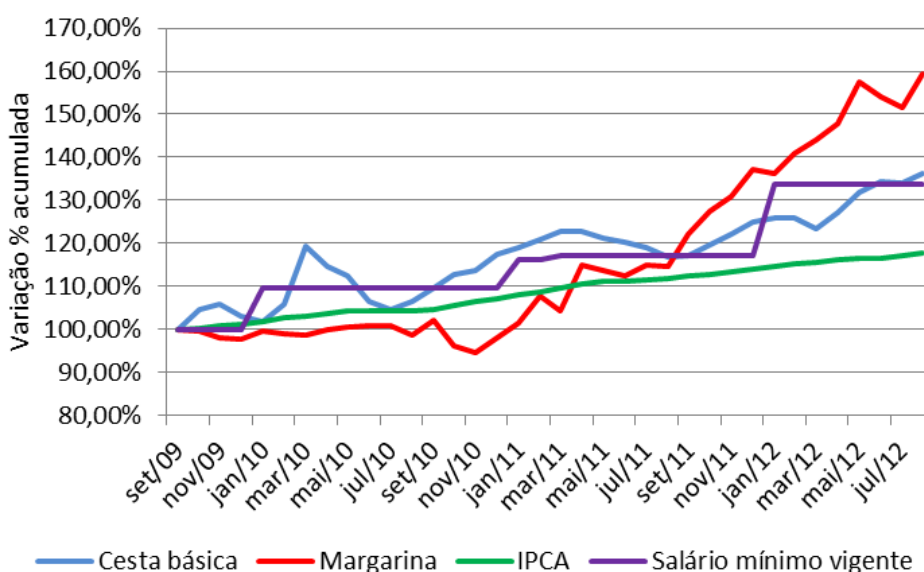


Gráfico 27 – Comportamento da variação acumulada do preço da cesta básica e da margarina no município de Imperatriz – MA, do IPCA e do salário mínimo no período de setembro/2009 a agosto/2012
Fonte: Pesquisa de campo.

Verifica-se que o preço da margarina começou a sofrer altas substanciais a partir de agosto/2011, ocasião em que o pão francês também começou a sofrer elevações contínuas de preço em decorrência do aumento da demanda. Esse fato se explica por ser o pão e a margarina bens complementares e, neste caso, o aumento da demanda por pão tenderá a aumentar a demanda por margarina, culminando com o consequente aumento de seu preço.

6 CONCLUSÃO

Este trabalho analisou e comparou a evolução dos preços da cesta básica de Imperatriz – MA e a evolução da renda do trabalhador que ganha um salário mínimo vigente, além de calcular o salário mínimo necessário e a quantidade de horas trabalhadas mensalmente para adquirir os produtos da cesta nas quantidades estipuladas pelo Decreto Lei nº 399, de 30 de abril de 1939, concluindo que:

No período considerado (setembro/2009 a agosto/2012), o valor do salário mínimo vigente passou de R\$ 465,99 (setembro/2009) para R\$ 622,00 (agosto/2012), significando uma variação de 33,76%, enquanto o valor da cesta básica de Imperatriz passou de R\$ 148,29 (setembro/2009) para R\$ 201,91 (agosto/2012), sofrendo, portanto, um acréscimo de 36,16% – levando à conclusão de que a variação na renda do trabalhador não foi suficiente para fazer frente à variação ocorrida no preço da cesta básica em Imperatriz.

O menor quociente entre o salário mínimo necessário e o salário mínimo vigente ($SMn/SMv = 2,46$) ocorreu no mês de março de 2013, significando que, no período de setembro/2009 a agosto/2012 o salário mínimo necessário esteve sempre acima de 2,4 vezes o salário mínimo vigente, cumprindo ressaltar que, no período estudado, o SMn equivaleu, em média, a 2,7 vezes o SMv.

A menor quantidade de horas que o trabalhador que ganha um salário mínimo vigente teve que trabalhar para adquirir os produtos da cesta ocorreu em março/2013 (64h29min), significando, nesse mês, um comprometimento de 29,31% de sua renda nessa aquisição – restando-lhe uma parcela de apenas 70,69% para fazer frente às demais despesas (habitação, saúde, educação, etc.). Quanto ao tempo médio de trabalho para adquirir a cesta no período estudado, este foi de 70h37min, significando um comprometimento médio de 32,10% de sua renda, restando-lhe sempre parcelas inferiores a 68,00% para fazer frente às demais despesas.

A pesquisa revelou que, dentre os doze produtos que compõem a cesta básica de Imperatriz, seis produtos tiveram alta de preço inferior à alta do salário mínimo vigente (33,76%): carne (28,43%), leite (16,00%), arroz (30,06%), farinha de mandioca (33,33%), pão francês (17,82%) e banana (14,06%). Os demais produtos tiveram alta de preço superior à variação do salário mínimo: feijão (75,78%), tomate (62,38%), café em pó (37,71%), açúcar (128,21%), óleo (44,67%) e margarina (59,42%).

Com relação ao IPCA (17,62%), a pesquisa mostrou que somente dois dos produtos da cesta de Imperatriz apresentaram alta de preços inferior, no período em estudo: leite (16,00%) e banana (14,06%). Os demais produtos tiveram alta de preços superior: carne (17,62%), feijão (75,78%), arroz (30,06%), farinha de mandioca (33,33%), tomate (62,38%), pão francês (17,82), café em pó (37,71%), açúcar (128,21%), óleo (44,67%) e margarina (59,42%).

A pesquisa mostrou ainda que, no geral, o preço da Cesta Básica de Imperatriz passou de R\$ 148,29 (setembro/2009) para R\$ 201,91 (agosto/2012), significando uma alta de 36,16%, superior, portanto, à inflação no período medida pelo IPCA/IBGE (17,62%) e à variação do salário mínimo vigente (33,76%).

A alimentação ficou com o custo mais elevado em Imperatriz e isso dificulta o desenvolvimento, principalmente porque a renda teve variação inferior. Ou seja, a população do município gastou mais com a alimentação e, conseqüentemente, comprometeu sua qualidade de vida.

Os resultados obtidos apontam para a necessidade de definição e implementação de políticas públicas eficientes e eficazes que incentivem a produção local de alimentos básicos com qualidade e em quantidades satisfatórias, além de promoverem o acesso do trabalhador de baixa renda a esses alimentos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1992.

_____. Agricultura Familiar e Reforma Agrária. *In: Estudo da Dimensão Territorial do PPA*. Brasília: CGEE, 2006.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Conversão de Moedas. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/conversao/conversao.asp>>. Acesso em: 7 nov. 2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Índices de Preços no Brasil: com informações até março de 2013. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/gci/port/focus/FAQ%20-%20%20%20C3%8Dndices%20de%20Pre%20%20%20A7os%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 7 nov. 2013.

BRASIL. Decreto-lei nº 399, de 30 de abril de 1938. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=12746>>. Acesso em: 6 nov. 2011.

BRASIL. Lei nº 185, de 14 de janeiro de 1936. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=21191>>. Acesso em: 6 nov. 2011.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Salário mínimo no Brasil**: evolução histórica e impactos sobre o mercado de trabalho e as contas públicas. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/portugues/salariominimo/salario_evolucao.asp>. Acesso em: 17 jun. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Exportações de commodities. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1955&refr=608>> Acesso em: 23 jan. 2014.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos. Cesta Básica Nacional: metodologia da cesta básica nacional. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/rel/rac/metodologia.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2009.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos. Metodologia da Cesta Básica Nacional: atualização. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/rel/rac/metodologiaAtualizacao.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2011.

ESCODA, M. S. Q.; et al. Segurança, cesta básica e planejamento. **Revista Mensal Cadernos de Saúde Pública ENSP 2 (4)**. Rio de Janeiro, 1988. Atualizado em 2001.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. *In: SACHS, W. Dicionário do desenvolvimento*: guia para conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.

FIRJAN – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal. Disponível em:

<<http://www.firjan.org.br/ifdm/consulta-ao-indice/consulta-ao-indice-grafico.htm?UF=MA&IdCidade=210530&Indicador=1&Ano=2005>>. Acesso em: 20 set. 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Técnicas de Pesquisa em economia e elaboração de monografias**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, marco Antonio Sandoval de; TONETO Jr, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. 7. ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico 2010. Disponível em:
<[http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=210530&search=maranhao limperatriz](http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=210530&search=maranhao%20imperatriz)>. Acesso em: 7. nov. 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema nacional de índices de preços ao consumidor: métodos de cálculos. v. 14. 6. ed. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/Metodos_de_Calculo_6ed.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2013

LADEIA, A. E. N. **Cesta básica no Brasil: um estudo de caso no município de Imperatriz no período de setembro de 2009 a janeiro de 2010**. 2010. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas), Faculdade de Imperatriz, Imperatriz – MA.

LOPES, Brenner; AMARAL, Jefferson Ney; CALDAS, Ricardo Wahrendorff. **Políticas públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

MALTHUS, Thomas Robert. **Ensaio sobre a população**. Tradução de: Antonio Alves Cury. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MALUF, R. S. Segurança alimentar e desenvolvimento econômico na América Latina: o caso do Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 15, n. 1(57), p. 133-136, jan./mar.1995.

_____. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, abr. 2004.

MANKIWI, N. Gregory. **Princípios de Microeconomia**. 5. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

MAY, Peter H. Org. **Economia e Meio Ambiente; teoria e prática**. São Paulo: Campus, 2003.

MELLO, Roxane Lopes. **Agricultura familiar: sustentabilidade social e ambiental**. Disponível em:
<http://www.agro.unitau.br:8080/dspace/handle/2315/137?mode=simple&submit_simple=Mostrar+o+registro+em+formato+simples>. Acesso em: 2 nov. 2013.

_____. Desenvolvimento rural regional e articulações extrarregionais. In: **I FÓRUM INTERNACIONAL: TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO RURAL E DEMOCRACIA**. Fortaleza 2003.

NEGREIROS, S. **A história de um jornalista despretenioso: fatos que marcaram a história de Imperatriz**. Imperatriz: Ética, 1996.

NEVES, André Lúcio; FELIPPE, Evanio do Nascimento; LARA, Luciano Rodrigues. NÍVEL DE ATIVIDADE, INFLAÇÃO E POLÍTICA MONETÁRIA: a economia brasileira em 2005 e as perspectivas para 2006. In: **Economia & Tecnologia**, ano 02, v. 04, jan./mar. 2006.

PASSOS, Carlos Roberto Martins; NOGAMI, Otto. **Princípios de Economia**. 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO – ODM. **Portal ODM**. Disponível em: <<http://www.portalodm.com.br/relatorios/1-acabar-com-a-fome-e-a-miseria/ma/imperatriz>>. Acesso em: 26 out. 2013.

RICARDO, David. **Princípios de economia política**. Tradução de: Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia**. 20. ed. 7. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

SANCHES, Edmilson. **Enciclopédia de Imperatriz 150 anos 1852-2002**. Imperatriz: Instituto Imperatriz, 2003.

SANDRONI, Paulo (Org.). **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SANTOS, Edgar Oliveira. Características e Perspectivas de Imperatriz como Cidade-polo do Sul do Maranhão. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 39, n.º. 3, jul.-set. 2008.

SANTOS, Elinaldo Leal; BRAGA, Vitor; SANTOS, Reginaldo Souza; BRAGA, Alexandra Maria da Silva. Desenvolvimento: Um conceito Multidimensional. **Revista Desenvolvimento Regional em debate**, Ano 2, n.1, jul.2012.

SCHNEIDER, Sergio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir Antonio. HISTÓRICO, CARACTERIZAÇÃO E DINÂMICA RECENTE DO PRONAF –Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: Froehlich, J.M.; Vivien Diesel. (Org.). **Desenvolvimento Rural - Tendências e debates contemporâneos**. Ijuí: Unijuí, 2006.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, César Roberto Leite da; LUIZ, Sinclayr. **Economia e mercados**. 19. ed. reform. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.

SILVA, Jorge Luiz Mariano da; SOUSA, Michelle André de. Análise da distribuição dos recursos do Pronaf crédito entre as regiões nordeste e sul. **Economia e Desenvolvimento**, Recife, v. 6, n. 2, p. 237-258, 2007.

SILVA, Dorival Francisco da, et al. Salário mínimo e segurança alimentar em Taubaté – SP. In: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 3, n. 1, p. 70-83, jan./abr. 2007.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muzskat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. ver. Atual. Florianópolis: UFSC, 2005.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. Tradução de: Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SOUSA, Eduardo Soares; ASSUNÇÃO, Tasso. **Perfil Imperatriz Maranhão**: socioeconomia, história, geografia, demografia, gestão empresarial. Imperatriz: Ponto Gráfico, 2011.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Desenvolvimento econômico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

_____. **Desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Economia básica**. 1. ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Economia**: micro e macro. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

VIEIRA, Edson Trajano. **Industrialização e Políticas de Desenvolvimento Regional**: o Vale do Paraíba paulista na segunda metade do século XX. Tese (Doutorado em História Econômica)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

VIEIRA, Edson Trajano; SANTOS, Moacir José dos. Desenvolvimento econômico regional – uma revisão histórica e teórica. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v. 8, n. 2, p. 344-369, mai./ago. 2012, Taubaté, SP, Brasil.

WANDERLEY, N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: UPF, 2001.